



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

José Manuel Bastião Veríssimo

Operacionalização das TIC na Valorização do Património Arquitetónico Religioso Intramuros - Cidade de Valença -

Mestrado em Gestão Artística e Cultural
Área de Especialização em Gestão Artística e Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do Professor
Doutor António Jácomo

Fevereiro de 2012

À Ivone, ao Afonso e à Rita

RESUMO

No contexto da dissertação de mestrado em Gestão Artística e Cultural surge esta tese que pretende ser inovadora ao colocar as Tecnologias de Informação e Comunicação “ao serviço” da fruição do Património Cultural, tendo como estudo os bens Arquitetónicos Religiosos Intramuros da Praça Forte de Valença do Minho.

O que se pretende é a estruturação de um sistema de informação disponível em suportes tecnológicos que possibilite ao visitante o acesso a dados específicos bem como a interação com essa mesma informação.

O visitante poderá ainda aceder não só à informação “escrita” mas também à informação em formato multimédia como sejam imagens e pequenos filmes acerca do património edificado e cultural.

O objetivo é mostrar de que modo é que uma investigação acerca do património e da sua contextualização poderá sair das páginas de um livro e transformar-se numa aplicação portátil, dinâmica e interativa. A meta que se pretende atingir é a de divulgar o Património levando o “público” a interagir com ele.

ABSTRACT

In the master degree dissertation context of artistic and cultural management appears this thesis which intends to be innovative using information and communicative technologies serving cultural patrimony, based on study of architectural and religious patrimony within the walls of the fort of Valença do Minho.

It is intended to structure on informative system available in technological support which allows the visitor to have access to specific data as well as the interaction with the information.

The visitor can not only have access to the “written” information but also to the digital information, such as the images and short films about cultural and building patrimony.

The aim is to show how the patrimony’s research and its context can leave the pages of a book and be transformed in a digital dynamic and interactive application. The goal which we pretend to achieve is to make the patrimony become known and interact with it.

AGRADECIMENTOS

Devo este trabalho ao apoio e contributo de numerosas pessoas e entidades que me auxiliaram em diferentes tarefas e fases de investigação, assim, agradeço:

Ao Professor Doutor António Jácomo, pelo incentivo e apoio manifestado, pelo acompanhamento realizado ao longo de todo o trabalho, pelas sugestões críticas que permitiram melhorar as versões anteriores e, principalmente, por me ter ajudado a crescer no domínio científico e pessoal.

A todos os entrevistados nesta investigação, pela disponibilidade e simpatia com que me acolheram e pelo entusiasmo com que receberam este estudo.

Aos meus alunos que, amavelmente participaram na visita de estudo, tornando assim possível a realização empírica na aplicação dos suportes tecnológicos.

Ao meu colega de mestrado Eugénio, pela partilha, colaboração e amizade.

Aos meus pais e irmão que acreditaram, sempre me apoiaram e me deram ânimo para levar a cabo este projeto.

Finalmente, e os últimos são, neste caso, seguramente os primeiros, à minha esposa, Ivone, e meus filhos, Afonso e Rita, o meu reconhecimento e gratidão pelo apoio permanente, pelo estímulo, pela compreensão para com as minhas ausências e impedimentos e por partilharem comigo a convicção de que vale a pena um sacrifício quando estão em causa valores e objetivos relevantes.

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	v
ABSTRACT	vii
AGRADECIMENTOS.....	ix
ÍNDICE GERAL	1
ÍNDICE DE FIGURAS.....	3
ÍNDICE DOS QUADROS.....	5
CAPITULO I - INTRODUÇÃO	7
1. Contexto da Investigação.....	8
1.1 Problema da Investigação.....	12
1.2 Finalidades da Pesquisa	13
1.3 Questões da Investigação.....	14
1.4 Pertinência do Estudo	15
1.5 Conceitos Chave.....	15
1.6 Sumário	16
CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA.....	17
2. Património Cultural e Identidade	17
2.1 Educação Patrimonial	23
2.2 Tecnologias de Comunicação e Sistemas de Informação	25
2.3 Sumário	28
CAPÍTULO III – CARATERIZAÇÃO, CONCEÇÃO E EVOLUÇÃO DO PROTÓTIPO.....	31
3. Conceito Geral do Protótipo	31
3.1 Sistemas de Informação Geográfica (SIG).....	33
3.2 User Environment Design (UED).....	35
3.2.1 Memória descritiva do UED.....	36
3.3 Base de Dados (Património Arquitetónico Religioso)	40
3.3.1 Contexto Histórico.....	40
3.3.2 Identificação do Património da Rota das Igrejas.....	44
3.4 Inventariação e Conceção da Rota das Igrejas	49
3.5 Sumário	53
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CAMPO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	55
4. Metodologia de Investigação.....	55
4.1 Estudo de Caso	57

4.1.1 Vantagens e desvantagens.....	57
4.1.2 Instrumentos de recolha de dados	59
4.1.3 Plano de Ação.....	63
4.1.4 Considerações Éticas	64
4.2 Apresentação, análise e interpretação de resultados	64
4.3 Sumário	72
CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E FUTURAS IMPLICAÇÕES.....	73
5. Inovação nas formas de fruição do Património.....	73
5.1 O papel das TIC no desenvolvimento do Projeto	74
5.2 Conclusões	76
5.3 Implicações para futuras investigações.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
WEBGRAFIA	85
LEGISLAÇÃO.....	85
ANEXOS.....	87
Anexo I – Guião da Entrevista.....	89
Anexo II – Sinopse das Entrevistas.....	95
Anexo III – Estudo de Opinião.....	115

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Fortaleza de Valença	8
Figura 2 – Baluarte de S. Francisco e do Socorro	11
Figura 3 – Desenhos da Fortaleza de Valença (Duarte D'Armas);	42
Figura 4 – Marquês de Vauban (Engenheiro Militar Francês)	43
Figura 5 – Fortaleza de Valença (Baluarte da Lapa)	44
Figura 6 – Igreja Matriz de Santa Maria dos Anjos	46
Figura 7 – Igreja de Santo Estevão	46
Figura 8 – Tríptico de Santo Estevão (Séc. XV)	47
Figura 9 – Capela do Bom Jesus	47
Figura 10 – Capela do Bom Jesus (Altar-Mor e Retábulos)	48
Figura 11 – Capela do Senhor do Encontro	48
Figura 12 – Capela da Misericórdia	49
Figura 13 – Visita de Estudo (Igreja Santa Maria dos Anjos)	61
Figura 14 – Utilização das Tecnologias na fruição do Património	62

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 – UED (1ª Área)	36
Quadro 2 – UED (2ª Área)	37
Quadro 3 – UED (3ª Área)	37
Quadro 4 – UED (4º e 5ª Área)	38
Quadro 5 - User Environment Design	39
Quadro 6 – Fortaleza de Valença (Rota das Igrejas)	52

CAPITULO I - INTRODUÇÃO

As sociedades estão cada vez mais motivadas para preservarem os testemunhos do passado. Essa atitude, consubstanciada em políticas, leis, instituições e atividades têm gerado várias iniciativas orientadas para a preservação e valorização do património, como forma de salvar os testemunhos materiais do passado. Como afirma Almeida e Belo o “atributo património implica um certo tipo de herança e de posse, com correspondentes direitos e deveres, nomeadamente o direito à fruição e o dever de proteção.” (2007, p. 7).

A salvaguarda do nosso património passa por uma completa inventariação, uma adequada gestão, pela sua valorização e divulgação e também pela utilização das novas tecnologias e sistemas de informação, como forma de prevenir a sua destruição e esquecimento.

Neste capítulo propomo-nos realizar uma reflexão geral acerca do contexto da investigação, os motivos que delinearam o problema, as finalidades, as questões orientadoras do estudo e a pertinência da investigação.

As novas tecnologias e os hábitos implícitos à sociedade de informação e conhecimento, conduzem a uma necessidade de inovação da memória das organizações, reinventando-se a si próprias e descobrindo formas de valorização dos recursos culturais em seu poder, sejam estes de origem tradicional ou digital. A inovação tecnológica desempenha, assim, um importante papel na forma como as instituições pretendem valorizar o seu património, por um lado, e, por outro, no modo como estas instituições se relacionam com as demais organizações com quem trabalham no cumprimento da sua missão central, nomeadamente, a tradução, a difusão e a preservação da cultura.

Em termos metodológicos, o estudo assenta na investigação qualitativa sob forma de um estudo de caso tendo por base o inventário do património arquitetónico religioso intramuros da Praça-Forte da cidade de Valença, focalizado nas observações, entrevistas semiestruturadas, notas de campo e análise de documentos. Alves assegura que “todas as civilizações, que marcaram os destinos dos povos, nasceram e desenvolveram-se num clima religioso, motivador da realização de obras monumentais que ainda hoje constituem a admiração da Humanidade.” (1988, p. 12).

Os resultados deste estudo permitirão revelar a existência ou não de um sistema de informação capaz de gerir o inventário do património identificado, promovendo a elaboração de memórias e da nossa identidade, numa perspetiva de gestão dos bens patrimoniais.

1. Contexto da Investigação

O conjunto arquitetónico, natural e de origem militar denominado Fortaleza de Valença encontra-se situado em território do Norte de Portugal, sobranceiro ao rio Minho. A Fortaleza de Valença integra a malha da Cidade/Concelho de Valença, situada na Euro-Região Galiza/Norte de Portugal, na margem esquerda do rio Minho, fronteira a Tui, constituindo um notável exemplo de arquitetura militar, de grande valor estratégico e assumindo-se como elemento-chave na defesa da província do Minho. Como dizia Pereira de Castro,

A eventualidade da ocupação da fortaleza pelos espanhóis constituía uma ameaça permanente, e este lado, com acesso pelos lados do Paraíso e da Raposeira – lugares situados a poente, nos arrabaldes da fortaleza – era o mais vulnerável. Essa preocupação tornou-se maior, e mais frequente, durante o período da Guerra da Restauração que, como se sabe, se prolongou por 28 longos anos (1640 a 1668), devido aos constantes assédios.

(2006, p. 79)

O dispositivo defensivo de Valença que hoje imprime a fisionomia da cidade data do século XVII, e deveu-se à ameaça espanhola durante a guerra da Restauração. Mas o sítio já conhecera anteriores muralhas, quer na idade média, quer mesmo em época castreja e da romanização, de que nos chegam apenas alguns vestígios arqueológicos. À cintura defensiva da cidade agregou-se uma obra avançada de defesa, a Coroada, que acabou por se transformar numa segunda fortaleza.



Figura 1 – Fortaleza de Valença

Ao longo dos séculos a Fortaleza de Valença foi um local privilegiado de vigilância dos poderes militares instalados. Romanos, Árabes, Visigodos, Asturianos, Portugueses, Castelhanos, Leoneses, Franceses, Alemães, Suíços e Ingleses deixaram marca da sua presença e capacidades técnicas inscritas no território: muralhas, ruas, casario, modos de vida e tradições, legando ao futuro conjuntos arquitetónicos, enquadramentos paisagísticos, linguajar e formas únicas de estar e viver, que se transformou num espaço multicultural de portas abertas ao mundo e ao futuro, feito de lutas, cumplicidades e muitas vivências compartilhadas. Estas características constituem um fator de identidade coletiva e um motor de desenvolvimento económico e social das comunidades. No âmbito do Projeto “Atlante”¹, os seus autores afirmam que

Numa sociedade globalizada, com fortes tendências à uniformidade, é nos imposta a obrigação, mais que nunca, de conservar o património cultural e monumental destas cidades, sem as parar no tempo, dotando-as de vida própria e consciência histórica, e procurando o desenvolvimento e bem-estar dos seus habitantes.

(Mantiñán, Vilariño, Bregua, & López, 2005, p. 55)

A Fortaleza de Valença é habitada por cerca de 300 cidadãos, onde trabalham cerca de dois mil indivíduos, numa cidade/concelho com 14.129 habitantes².

No presente, sem as funções militares que a história lhe reclamou, a Fortaleza de Valença transformou-se num espaço de trocas comerciais, convívio e cultura, diariamente visitado por mais de 10 mil pessoas, de diferentes partes do mundo. Valença oferece a quem a visita um comércio original que se espalha das lojas até à rua, sem paralelo fora dos espaços de feiras, a grandiosidade das muralhas, a singular beleza dos monumentos intramuros, testemunhos vivos da história e cultura. O Património urbanístico e arquitetónico é

o recurso por excelência das cidades históricas, o mais valorizado pela procura turística e o mais oferecido pelos responsáveis urbanos. Por isso, um dos traços mais singulares da sua personalidade está na existência de uma organização urbanística complexa, algo que se aprecia não só através da monumentalidade dos seus principais elementos construtivos, como também na arquitetura doméstica que caracteriza os espaços entre os monumentos e que serve de suporte entre todos eles.

(Mantiñán, Vilariño, Bregua, & López, 2005, p. 91)

¹ Acordo transnacional assinado entre os Municípios Atlânticos com Centro Histórico classificado pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade.

² Censos de 2011.

A Fortaleza de Valença foi classificada Monumento Nacional em 1928³, com a zona especial de proteção alterada em 2010⁴. As funções de ordenamento e gestão urbanística e de conservação dos espaços constituintes da Fortaleza de Valença são da competência da Câmara Municipal de Valença.

A área que se apresenta à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade é constituída por fortificações medievais e abaluartadas, núcleo edificado intramuros, com área de 212 233 m², amuralhada, composta de 224 edifícios formando 32 quarteirões, que se desenvolve em dois corpos, o Recinto Magistral e a Coroada, interligados pelas denominadas Portas do Meio, área de proteção com 432.737 m² e a ponte centenária metálica, sobre o rio Minho, principal símbolo das relações transfronteiriças entre Portugal e Espanha.

A Fortaleza de Valença é constituída por três níveis de defesa cuja extensão amuralhada é, aproximadamente, de 5,5 Km. O primeiro nível, considerado a uma cota altimétrica mais baixa, apresenta uma extensão de 2800 metros; o segundo e terceiros níveis, abrangendo a área da Coroada e Recinto Magistral apresentam-se respetivamente, com uma extensão de 1157 e 1543 metros.

Toma como medidas gerais, uma largura de aproximadamente 325 metros, uma extensão longitudinal (sentido Norte/Sul) de 918 metros e uma altura média de 15 metros.

O Reconto Magistral, localizado no outeiro Norte, é composto por sete baluartes, três revelins e três portas de entrada; a Coroada, em Horneveque, localiza-se no outeiro Sul e é composta por três baluartes, dois meios baluartes, um revelim e uma porta de entrada. Ainda na Coroada, na gola dos baluartes de Santa Ana e de S. Jerónimo, existe um revelim em torrão.

O aglomerado está totalmente rodeado pela cintura defensiva escalonada, preservando grande parte da esplanada, revestida por vegetação rasteira e arbustiva. A vertente mais escarpada está orientada para a margem ribeirinha.

De uma forma geral, o edificado é constituído por paredes exteriores em alvenaria em pedra de granito maioritariamente caiadas a branco; vãos guarnecidos a cantaria; caixilharia de madeira e ferro; estrutura dos pisos em madeira; coberturas revestidas com telha cerâmica de canudo ou de aba e canudo.

Os arruamentos da Fortaleza apresentam-se compostos maioritariamente por calçada portuguesa, lajeados em granito e revestimentos em seixos, com passeios em blocos de granito.

³ Decreto 15.178 de 14.03.1928.

⁴ Portaria 65/2010, de 19.01.2010.

O espaço construído é diversificado e apresenta um razoável número de construções excepcionais. Salientam-se as grandes casas marcadas por cornijas muito balançadas e alguns edifícios revivalistas, marca estilística perceptível na arquitetura doméstica e na arquitetura cultural e civil.

Na Proposta de Candidatura da Fortaleza de Valença a Património da Humanidade da Unesco, apresentada pela Câmara Municipal de Valença, podemos ler as razões que fundamentam a sua inclusão:

- A. A área da Fortaleza de Valença intramuros e extramuros é um espaço natural e urbano consolidado, de elevado valor estético, fruto do génio criador do Homem ao longo dos séculos;
- B. A Fortaleza de Valença é testemunho único de inovadoras técnicas de construção militar, da cultura de diferentes povos e de vivências sociais ao longo dos tempos, sobretudo a partir do século XVII;
- C. A Fortaleza de Valença, com espaço de valor universal excepcional, tem integridade e autenticidade. As intervenções urbanísticas e paisagísticas que nela ocorreram ao longo dos tempos preservaram e mantiveram a identidade e a integridade da Fortaleza.

(Valença, 2011, p. 31)

A classificação da Fortaleza de Valença como Património da Humanidade dará um forte contributo para a sua permanência, dentro de valores culturais de unidade, de integridade e de autenticidade do tecido construído. O património deve ser salvaguardado, faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis de cada país, e de toda a Humanidade.

Proteger, Conservar, Valorizar e Transmitir às gerações futuras o Património Cultural e Natural, exige esforço para assegurar uma eficaz protecção, conservação e valorização, através de políticas e acções que cumpram esses objectivos.

(Valença, 2011, p. 83)

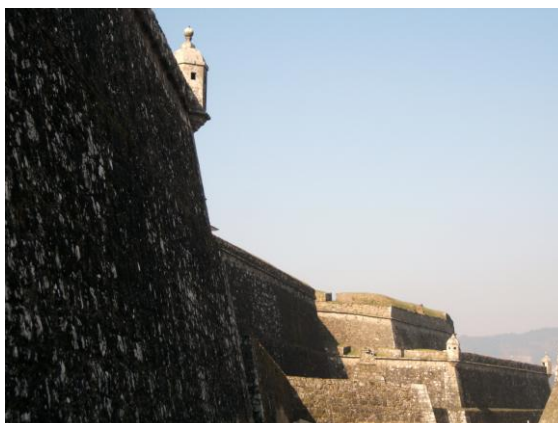


Figura 2 – Baluarte de S. Francisco e do Socorro

1.1 Problema da Investigação

As cidades hoje, por mais pequenas e isoladas, não podem escapar à extrema velocidade da mudança imposta pelas sociedades modernas nas suas variadas influências. O que nos coloca duas interrogações fundamentais: Como conciliar a preservação da autenticidade do património face ao poder da mudança? Como demonstrar o papel fundamental desempenhado pelas TIC no crescimento sustentável da economia das cidades?

Uma projeção eficaz tem que prever a proteção do património nas diferentes vertentes, passando pela vertente arquitetónica. A defesa deste património passa, em larga medida, pela sua inventariação e divulgação. O conhecimento acerca do património, onde se localiza, que características têm, como se relacionam com as comunidades que com ele convivem e em que estado se encontram, é um importante contributo para a sua salvaguarda. Como afirma Castells,

O que caracteriza a actual revolução tecnológica não é a centralidade do conhecimento e da informação, mas a aplicação desse conhecimento e informação na produção de conhecimento e de dispositivos de processamento/comunicação da informação num ciclo de realimentação cumulativo entre inovação e o seu uso.

(Castell, 2002, p. 36)

Perante a constatação das dificuldades de um sistema de informação de forma a reunir, guardar, processar e facultar dados relevantes, as Tecnologias de Informação são relevantes na concretização desta tarefa. Apoiam a gestão dos dados associados ao património e garantem o suporte a trabalhos de pesquisa e de divulgação dos valores patrimoniais. Estas tecnologias permitem ainda desenvolver modelos para elaboração de rotas ou roteiros turísticos.

A nova convenção sobre o Património cultural baseia-se, no fundo, na consideração do Património cultural como um recurso que serve não só ao desenvolvimento humano e à promoção do diálogo entre culturas, mas também ao progresso económico e social, seguindo os princípios da utilização sustentável dos recursos disponíveis.

Sem dúvida, a informação e o conhecimento foram sempre elementos cruciais no crescimento da economia e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como as formas sociais da organização económica.

(Castell, 2002, p. 95)

1.2 Finalidades da Pesquisa

Para Portugal, é, evidentemente, uma honra e um compromisso muito sério possuir alguns monumentos e conjuntos de reconhecido valor universal inscritos na lista do património mundial da UNESCO e outros em fase de candidatura, como é o caso da Fortaleza de Valença.

Este estudo visa contribuir para um melhor conhecimento do riquíssimo património arquitetónico religioso existente na Praça-Forte da cidade de Valença. Da constatação deste facto, a informação recolhida será tratada a diferentes níveis, complementares e orientados num único sentido: a proteção de uma memória física existente e a sua adequação a um uso contínuo e valorizador com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Pretende-se:

- Inventariar, analisar, descrever e interpretar o património arquitetónico religioso com recurso às TIC, identificando os fatores mais significativos da sua eficácia;
- Perceber e identificar, processos e métodos tecnológicos que conduzam a uma correta aplicação das TIC na exploração da base de dados e sistemas de informação do Património;
- Produzir reflexões e recomendações que possam apoiar tomadas de decisão relativas à mudança e melhoria do desenvolvimento sustentado do Património;
- Divulgar o Património ao público, fornecendo informação de forma a proporcionar o desenvolvimento de projetos interativos;
- Fornecer informação a nível municipal, numa perspetiva de gestão sustentável dos bens patrimoniais.

A gestão destas mudanças e incertezas exige a conceção e a implementação de instrumentos que permitam integrar, atualizar, analisar e disponibilizar uma grande quantidade de dados de uma forma relativamente fácil e célere, como sejam os sistemas de informação.

Para elaborar uma rota do Património Arquitetónico Religioso com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação os dados georreferenciados e os conhecimentos associados ganham relevância tendo em conta a capacidade de análise e o potencial ganho de mobilidade da informação. Hoje, os roteiros ou guias municipais do património local “perderam muito da sua funcionalidade de guias do património como o foram no seu tempo,

por desatualização da informação, mas também pela distância a que se encontram dos critérios e das técnicas de recolha e registo hoje disponíveis” (Almeida & Belo, 2007, p. 8). Deste modo, a elaboração de uma rota do património arquitetónico religioso intramuros constitui um imperativo de salvaguarda sustentável da herança patrimonial apresentando-se como um sistema de informação capaz de gerir o inventário, apoiada na gestão de dados, tendo como principal finalidade o recurso às tecnologias.

1.3 Questões da Investigação

Neste sentido, e em torno da problemática do património arquitetónico religioso e TIC colocam-se quatro questões fundamentais:

- Como pode o património arquitetónico religioso ser reapropriado ou reinventado pela comunidade valenciana, para, através dos seus próprios projetos de informação, comunicação e tecnológicos, incentivarem à recriação das suas identidades em face do processo de globalização atual?
- Como é que uma investigação acerca do património e da sua contextualização, poderá garantir a conservação de valores patrimoniais e identidade cultural, sair das páginas de um livro e transformar-se numa aplicação portátil, dinâmica e interativa, satisfazendo as atuais exigências e modos de vida, para que a Praça-Forte de Valença possa ser vivido?
- Como desenvolver de forma sustentável a gestão do Património Arquitetónico Religioso, a nível municipal, numa perspetiva económica/financeira?
- Como resolver a aparente contradição entre os ideais pós-modernos da inovação, da liberdade individual, da urbanização, da competitividade, do culto pelo novo, e o germinar de um interesse, sem precedentes, pelo património, pela herança cultural?

1.4 Pertinência do Estudo

Para Guilherme d' Oliveira Martins, o Património cultural é uma realidade viva e

Está sempre na encruzilhada entre a memória e a criação. Por isso, a sua preservação obriga ao conhecimento da História, ao recurso rigoroso às melhores técnicas de conservação, à inteligência da ligação ao presente e à capacidade inovadora.

(Martins, 2009, p. 55)

Na sociedade da informação, desenvolvida neste final do milénio, as diferenças tendem a perder-se. O desafio atual é a construção de instrumentos de reconhecimento, estudo e investigação multidisciplinar, inventários que constituam um recurso de base para a conservação e gestão patrimonial, de fácil acesso, partilhada pela investigação, pela educação e pela fruição pessoal.

A capacidade dos meios tecnológicos manejarem largas quantidades de informação que podem ser cruzadas, incrementadas, atualizadas e difundidas de forma interessante e polivalente, permitirá disponibilizar dados do património estudado, num processo de participação aberto a todos os cidadãos.

Os sistemas de informação devem evoluir em torno das inovações tecnológicas, da melhoria da captura dos dados e das mudanças de atitude dos utilizadores. Nesse sentido, para Guilherme d'Oliveira Martins,

a cultura exige reflexão que permita o enraizamento do Património (material e imaterial), da Herança (transmitida incessantemente entre gerações) e da Memória (como garantia de permanência) enquanto factores de desenvolvimento humano.

(Martins, 2009, p. 55)

1.5 Conceitos Chave

Os conceitos deste estudo são: Património Cultural e Identidade; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Educação Patrimonial.

1.6 Sumário

Este capítulo aborda o contexto da investigação onde se insere o conjunto arquitetónico, denominado Fortaleza de Valença, tendo como estudo os bens Arquitetónicos Religiosos Intramuros da Praça-Forte.

O que se pretende é a estruturação de um sistema de informação disponível em suportes tecnológicos que possibilite ao visitante o acesso a dados desse Património bem como a interação com essa mesma informação.

É feita a declaração do problema em torno da preservação da autenticidade do património Arquitetónico Religioso Intramuros face ao poder da mudança e das inovações tecnológicas. A pertinência e as finalidades apontam a razão para a realização deste estudo, procurando uma análise e reflexão de forma a possibilitar a elaboração de um sistema de informação capaz de gerir os dados e a informação do património identificado, promovendo a nossa identidade, numa perspetiva sustentável desses bens patrimoniais.

CAPÍTULO II - REVISÃO DE LITERATURA

Como espaço de reflexão, apresentamos neste capítulo conceitos que estão relacionados com o Património Cultural, Educação Patrimonial, Identidade e Tecnologias de Informação e Comunicação apresentando algumas perspetivas teóricas de autores nacionais e internacionais.

Nos últimos tempos temos verificado uma progressiva consciencialização da sociedade pela preservação e divulgação do património cultural, enquanto elemento aglutinador e fundamental da nossa identidade como povo. Porém, os processos de sensibilização e divulgação devem ser iniciados desde muito cedo, acompanhando o desenvolvimento e a formação dos indivíduos. É nesse sentido que consideramos fundamental a criação de situações favoráveis que levem ao desenvolvimento dos valores culturais nas camadas mais jovens da população.

Pretendemos, também, refletir sobre a vantagem das novas tecnologias de informação e comunicação na gestão dos bens patrimoniais e sua divulgação.

Depois desta introdução abordaremos os seguintes subcapítulos: Património Cultural e Identidade, educação patrimonial e, finalmente, Tecnologias de Comunicação e Sistemas de Informação.

2. Património Cultural e Identidade

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea “património” provém do latim *patrimonium* e adquire, atualmente, vários significados. Este poderá significar conjunto dos bens de família, transmitidos por herança - conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos pelos antepassados e que constituem uma herança coletiva; Compete ao Estado e a cada cidadão a salvaguarda e valorização do património cultural. (Lisboa, 2001, p. 2784).

O património foi tendo, ao longo dos tempos, uma definição sacralizada em torno da família e evoluiu para uma espécie de património social, de fruição partilhada, tornando-se assim um bem comum a um grupo, a uma nação, sendo, por isso, aglutinador de identidade (Almeida & Belo, 2007). O termo “património”, mobilizado num leque cada vez mais vasto de acepções, aplica-se também a esta ideia de referência da identidade.

Património e identidade são conceitos que andam a par e cuja difusão corre nos mesmos canais globais. A identidade de um grupo fundamenta-se, muitas vezes, em construções históricas e marcos patrimoniais (na sua versão quer material quer imaterial).

A representação cultural de património é, pois, à semelhança da identidade, um processo incompleto e sujeito a revisões contínuas. Envolve um conjunto de experiências e sentimentos, de um ou mais grupos sociais, que procuram representar simbolicamente o que os distingue dos demais, usando para isso um instrumento privilegiado: o reconhecimento de um passado comum (Silva E. , 2000). O património tornou-se uma forma de proteção de identidades locais, sendo a intensidade com que é reinventado proporcional à descaracterização operada pela globalização. Consequentemente, assiste-se hoje, um pouco por toda a parte, à generalização de um conjunto de iniciativas, individuais e coletivas, que visam a preservação patrimonial e parecem corresponder a reações locais ao fenómeno de globalização cultural, e ao espectro dos efeitos da homogeneização a ele inerentes (Silva E. , 2000).

Como observamos, nem sempre foi indubitável a noção ampla de património. O conceito, tal como é hoje conhecido, evoluiu ao longo dos tempos. Só a partir da segunda metade do século XX se assistiu ao alargamento do conceito património, que deixou de estar ligado a um monumento e aumentou o seu objeto de estudo para o património material e imaterial, tangível e intangível. Neste sentido,

Património abrange toda uma gama de objectos, realizações, conceitos, tradições, usos e práticas que foram criadas pelo homem, no decorrer dos séculos, para satisfazer as necessidades mais prementes, ou ainda para atalhar a desejos, preocupações e cuidados em ordem a uma vida equilibrada e sã, num mundo que, constantemente, o interpela e desafia.

(Alves, 1988, p. 11)

A evolução do conceito dá-se a nível tipológico, cronológico e geográfico, em parte pela “mundialização”, “democratização” e “globalização” do conceito. A evolução tipológica culmina, nos dias de hoje, em considerar património, não apenas o construído, mas também, outros, tais como: o património móvel, imaterial e natural.

A noção de património tinha como ideia de base a ligação direta ao monumento, tendo evoluído, aos poucos, para outros conceitos patrimoniais mais diversificados, como são: os conjuntos edificados, tecidos urbanos, o meio ambiente natural e cultural, as noções de paisagem, sítios naturais, noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais e tradicionais.

Verificamos, também, uma evolução a nível geográfico, porque é um conceito que se desenvolve na Europa e, gradualmente se prolonga pelo espaço universal. Este conceito, para além de abranger, no tempo dos “gabinetes de curiosidades”, os bens patrimoniais “Clássicos”, existentes no território europeu, encerra, atualmente, todos os bens mundiais.

O desenvolvimento da noção de património e o aprofundamento dessa noção levaram, ao longo dos tempos, a um incessante apelo para a sua proteção e valorização pelas diversas entidades, pois este pode constituir um fator de integração social, (Almeida & Belo, 2007); as entidades, ao promoverem o seu conhecimento e envolvendo a comunidade, podem valorizar o património e conservar a sua identidade.

Toda esta herança patrimonial, ao ser preservada, identifica o indivíduo com o mundo e com a cultura em que está inserido “(...) património es un activo valioso que transcurre del pasado al futuro relacionando a las distintas generaciones...” (Ballart & Tresserras, 2004, p. 12).

É um legado que se recebe do passado, que se vive no presente e que transmitir-se-á às gerações futuras. Pela amplitude da noção de património é impossível neste projeto de investigação abranger todos os conceitos existentes.

A definição do património construído, religioso e civil, integrando também os “conjuntos”, está bem definida na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, assinada em Paris a 16 de Novembro de 1972, pela UNESCO, referindo que monumentos constituem:

Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência” e os “conjuntos” constituem “grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico adotada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de Setembro de 1975, e proclamada no Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu que teve lugar em Amesterdão, de 21 a 25 de Outubro de 1975, refere que:

O património arquitectónico europeu é constituído, não só pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos de construções mais modestas das nossas cidades antigas e aldeias tradicionais inseridas nas suas envolventes naturais ou construídas pelo homem. (...) que apresentam um interesse histórico ou cultural.

(Correia & Lopes, 2004, pp. 155-161)

O Património edificado, pela sua monumentalidade, sobressai na paisagem e constitui testemunho de civilização. Este caracteriza a região onde está inserido. O seu conhecimento ou reconhecimento promove a criação de laços identitários comuns na comunidade, uma vez que pode revelar, através dos seus elementos estéticos, artísticos e construtivos a evolução histórico-cultural de um determinado local.

Considerando que o património consiste numa categoria valorativa, que os sujeitos atribuem a determinados bens, que selecionam em função dos símbolos que cada época elege como representativos dos seus lugares de memória, a sua produção, à semelhança da produção da identidade, resulta, como refere Marc Guillaume, “de uma dialéctica infinita entre trajectórias individuais e operadores colectivos (...) que destas trajectórias retiram apenas raros elementos, transformando-os e combinando-os para construir a ficção de um passado colectivo”. (Guillaume, 2003, p. 138)

Esta construção assenta, naturalmente, nas memórias selecionadas por alguns agentes sociais, pelo que importa compreender os mecanismos que conduzem à elaboração dessas memórias específicas, sobre as quais residem os fundamentos do conceito de “identidade coletiva”. Tejerina (2003) descreve esta noção como um sentimento de pertença partilhado pelos membros de um grupo ou por vários grupos, mediante o qual a realidade é definida e interpretada, orientando as ações dos que dele participam. A identidade coletiva pode cristalizar e objetivar-se, porém está sujeita a todo o momento à possibilidade de mudança e reelaboração. (Tejerina, 2003, pp. 24-25)

O património para existir e fazer sentido tem que ser vivenciado, só assim se justifica que ele subsista e que permaneça como parte de nós, do que somos e de como somos. Cada edifício conta uma história, tem uma narrativa própria que vale por si só, no entanto quando interpretado à luz de uma narrativa de conjunto, todos juntos contam uma história mais global, mais urbana, traçando assim o percurso de uma comunidade e de um núcleo urbano, como é o caso da investigação que pretendemos fazer sobre a Fortaleza de Valença, concretamente sobre o património arquitectónico religioso intramuros.

No entanto todo o valor que é intrínseco ao património não chega muitas vezes para atrair “turistas” (num sentido mais económico e que é efetivamente necessário à subsistência das

idades, das suas gentes e dos seus patrimónios) mas também o simples visitante que frui apenas pelo prazer de fruir a multiplicidade de vivências que cada “património” encerra em si mesmo.

Em Portugal, em 1985, foi publicada a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, Lei do Património Cultural Português, que define no seu Artigo 1º que: “O património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”.

Esta definição é, posteriormente, retomada no Artigo 2º da Lei n.º 107/2001 (Lei de Bases do Património Cultural Português), ao referir que o património cultural é constituído pelo conjunto de “bens materiais e imateriais” que “constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas”.

Ao analisar os artigos supra citados, constata-se a influência de convenções internacionais (Convenção de Haia 1954, Carta de Veneza 1964, Carta de Paris 1972).

De acordo com a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, podemos constatar que no seu Artigo 11.º, já existe a preocupação com a preservação e defesa do património cultural. Para tal:

1. Todos têm o dever de preservar o património cultural, não atentando contra a integridade dos bens culturais e não contribuindo para a sua saída do território nacional em termos não permitidos pela lei.
2. Todos têm o dever de defender e conservar o património cultural, impedindo, no âmbito das faculdades jurídicas próprias, em especial, a destruição, deterioração ou perda de bens culturais.
3. Todos têm o dever de valorizar o património cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respectivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam.

A definição atual de património cultural, como já dissemos, encontra-se patente na presente Lei – Base do Património n.º 107/2001, que define o mesmo como: “...todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. (...) A Língua Portuguesa (...) o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (...) integram (...) o património cultural aqueles bens imateriais que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas.”

Património cultural é, portanto, um conjunto de bens materiais e imateriais transmitidos pelos nossos antepassados, que possuem um valor identitário e, por essa razão, constituem uma herança coletiva e cultural.

É necessária uma rápida intervenção dos órgãos responsáveis (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Paróquias, as várias Regiões de Turismo e outras instituições) para que se criem infraestruturas e estratégias para um renascimento das vivências dos patrimónios.

Para Guilherme d' Oliveira Martins,

Todas as pessoas têm o direito, respeitando os direitos e liberdades dos outros, de se implicar no Património cultural, segundo as suas escolhas, como expressão do direito a tomar parte livremente na vida cultural. Daí a importância de promover e aprofundar a participação dos cidadãos na gestão e preservação do Património cultural. Daí a necessidade de colocar a pessoa humana e os seus valores no centro de conceito alargado e transversal de Património cultural. Por isso destacamos o valor e o potencial do Património cultural bem gerido, como recurso do desenvolvimento durável e da qualidade de vida, numa sociedade em permanente evolução.

(Martins, 2009, p. 50)

O conjunto das múltiplas responsabilidades no domínio do património cultural deve ser partilhado pelos diversos agentes culturais, como as autarquias, universidades, escolas, fundações, empresas e outras instituições públicas e privadas, bem como por todos os cidadãos, em geral.

Cabe ao poder central e/ou local um papel determinante na preservação e divulgação do património.

O Património artístico e cultural esteve, está e estará sempre sujeito a toda a espécie de depredações, mesmo que exista legislação adequada, enquanto os homens não ganharem consciência do seu valor económico, social e cultural.

(Alves, 1988, p. 12)

Somos um povo com história e em todo o território encontramos vestígios desse passado. É um testemunho que devemos manter, através de uma intervenção que integre as componentes da vida urbana. Este processo é a nossa melhor garantia de bem-estar, e o seu desenvolvimento está diretamente associado aos proprietários dos edifícios a quem cabe a conservação da sua propriedade; diz respeito aos municípios que tem de fiscalizar o estado de conservação das cidades e responder pela gestão do seu próprio património.

O Património Cultural e Natural faz parte dos bens inestimáveis e insubstituíveis, não só de cada país mas de toda a Humanidade. A perda por degradação ou destruição desses bens constitui um empobrecimento do património de todos os povos do Mundo.

Deste modo, a elaboração de um Plano de Gestão para a Fortaleza, da Câmara Municipal de Valença, constitui um imperativo de salvaguarda sustentável da herança patrimonial, apresentando-se como um espaço de reflexão partilhada sobre o importante contributo deste recurso para a valorização da dinâmica local, regional, nacional e internacional.

2.1 Educação Patrimonial

A origem da expressão Educação Patrimonial é inglesa (Heritage Education) e pode ser entendida como “o acto de educar, isto é, gerar e potenciar a totalidade das capacidades de cada um no sentido de um conhecimento das coisas e dos outros de forma livre e solidária, processo durante o qual a personalidade se forma pela interacção de todos os elementos educativos e se projecta em valores de participação, de diálogo, de solidariedade social e identidade cultural e se realiza através de acções e soluções para os diversos problemas” (Custódio, 1995, p. 11).

A educação patrimonial deverá procurar estabelecer uma relação de afeto da comunidade pelo património. Desta forma desencadeia-se um processo de aproximação da população ao património, à memória, aos bens culturais, de forma agradável e lúdica, devendo contemplar todos os grupos de idades e ser aplicada a qualquer bem cultural. Deste modo, proporciona um encontro com o passado enriquecendo o presente.

Nesta perspetiva, também Ramos defende que a Educação Patrimonial,

É um processo permanente e participativo de comunicação de conhecimentos, explicação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o património, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem e promovam comportamentos e actuações concretas de defesa, conservação e valorização do património, resolvendo problemas actuais e evitando outros que se ponham no futuro.

(Ramos, 1993, p. 44)

A educação patrimonial, tal como muitas outras «educações» (saúde, ambiental, etc.), tem as suas próprias linhas de orientação e objetivos. Entre eles, gostaríamos de salientar os seguintes (Custódio, 1995):

- tomar consciência das questões do património;

- adquirir conhecimentos de forma a obter uma compreensão do património e da resolução dos seus problemas;
- desenvolver atitudes capazes de motivarem as pessoas a participarem ativamente na preservação e conservação do património;
- promover o fortalecimento da identidade cultural individual e coletiva, reforçando o sentimento de autoestima, considerando a cultura de um país múltipla e plural;
- estimular o diálogo entre a comunidade, meios de comunicação social, a escola e os órgãos responsáveis pela identificação, proteção e promoção do património, promovendo uma troca de conhecimentos.

Apesar da educação patrimonial ter como destinatários toda a população, deverá assumir um papel decisivo junto das camadas jovens. Nos últimos anos, perante a crescente consciencialização da importância da preservação do património cultural como condição indispensável para a garantia da identidade nacional, tornou-se importante a inclusão desta temática na escola.

Segundo Machado Pais (1999, p. 51), é importante que, por exemplo, os jovens nas suas aulas, principalmente nas de História, façam “uma aprendizagem regionalista/patrimonial, onde o importante é aprender a reconhecer as tradições, características, valores e tarefas da nação ou sociedade em que se nasceu ou vive; aprender a valorizar a preservação das ruínas históricas e das construções antigas do património histórico”.

A escola é um poderoso agente de socialização dos jovens. Assim, parte importante do tempo a ele respeitante desenvolve-se dentro ou em redor da escola, e esse facto marca de forma decisiva o seu modo de vida e os seus comportamentos.

Como poderemos constatar, a alínea a) do Artigo 3º da Lei 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), refere que “o sistema educativo organiza-se de forma a contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português” (Pires, 1987, p. 110).

Tal orientação reforça, em certa medida, o que se defende na Lei n.º 107/2001 (Lei de Bases do Património Cultural Português), nomeadamente no seu Artigo 11.º, já anteriormente referido.

Não podemos deixar de reconhecer que estamos perante um processo educativo que responde às políticas culturais para o conhecimento, valorização e preservação do património cultural e natural, constituindo-se, deste modo, num instrumento estratégico de

promoção e vivência da cidadania, refletindo a nova aceção dos museus, cada vez mais voltados para o local num espaço global.

Os projetos escolares desenvolvidos no âmbito da salvaguarda e preservação do património são, muitas vezes, sustentados pela ação desenvolvida pelos clubes escolares. Estes são cada vez em maior número nas escolas e têm procurado atingir alguns objetivos importantes (Duarte & Gonçalves, 1996): ocupar os alunos nos seus tempos livres em áreas diversificadas e de acordo com os seus interesses; contribuir para a formação integral dos alunos, sensibilizando-os para as grandes questões do mundo que os rodeia; dar-lhes a conhecer outros modos de vida e de pensamento e outras culturas.

No âmbito dos clubes de Património, os jovens têm tido a oportunidade de tomar contacto com monumentos, museus, conventos, palácios, coleções de escultura e de pinturas, cultura material e imaterial de diversas regiões, pessoas e seus problemas. Entre as diversas metodologias de trabalho utilizadas salientamos a pesquisa – em arquivos, bibliotecas, mediatecas, etc. – a observação do real - aqui o trabalho de campo é fundamental - e a inventariação.

2.2 Tecnologias de Comunicação e Sistemas de Informação

Vive-se numa sociedade informatizada e em constante evolução tecnológica, com reflexos nos hábitos das pessoas, na sua forma de viver, de trabalhar e de relacionamento com os outros. É a era da Informática que exige um contínuo esforço de adaptação à nova realidade. Há que aproveitar as vantagens da informática nas mais variadas esferas da atividade económica e social (no lar, na empresa, na escola, na administração pública, etc.), e utilizá-la no progresso da sociedade e na satisfação das necessidades da população. Como afirma Sá,

Também os domínios da conservação, do património e da herança cultural reflectiram as adequações aos novos tempos, ritmados pelo pulsar do desenvolvimento da Internet e pelo advento do digital em todas as fases da criação e da ciência. As Novas Tecnologias da informação e da Comunicação provocaram mutações na organização sócio-cultural e nas estruturas político-económicas, o que permite afiançar um conjunto de modificações que prefiguram um novo tipo de Sociedade Informativa.

(Sá, 2005, p. 3)

As instituições que gerem o património cultural em geral estão a apostar nas TIC (nomeadamente a Internet) como um meio seguro, fácil e económico e de grande impacto para a difusão da seu Património Cultural.

A informática é, então, a ciência do tratamento racional, nomeadamente, através de máquinas automáticas e da informação considerada como suporte de conhecimento e de comunicação, nos domínios técnico, económico e social.

Resumidamente define-se informática como sendo um conjunto de técnicas e métodos mediante os quais se trata a informação, com a ajuda dos meios automáticos. Interações do Homem com as Novas Tecnologias, não só em situações de lazer, mas principalmente em situação de trabalho.

As TIC, ao permitirem estar em rede, com benefícios de interação e de acesso à informação que daí advém, possuem um potencial de melhoria dos padrões de competitividade económica, social e cultural. De acordo com Sá,

A vantagem das fontes informativas “nascerem” em estado digital permite torna-las automaticamente acessíveis à escala global, constituindo, por este meio, um excelente veículo de democratização cultural e um espaço de relevância para as minorias. Mas tal não seria possível sem o suporte de um todo integrado nos sistemas de informação, numa lógica de redes, em tempo real, entre a micro-electrónica, as telecomunicações, a opto-electrónica e os computadores.

(Sá, 2005, p. 4)

As TIC resultam da aproximação de três domínios distintos: a informática, que favoreceu a interatividade, o audiovisual, em que o som e a imagem estão disponíveis para uso doméstico e profissional (multimédia), e as telecomunicações que permitem o estabelecimento do contacto e da comunicação dos homens entre si, assim como a circulação de dados, de informações e das linguagens, superando o espaço. A junção destes três domínios fazem das TIC um meio de aquisição, produção, armazenamento, tratamento, comunicação, registo e apresentação de informações de forma rápida e em grande quantidade, em forma de voz, imagens, de dados contidos em sinais de natureza acústica, ótica ou eletromagnética.

Estas tecnologias têm características distintivas:

- Instantaneidade – rompe barreiras espaço/temporais do mundo real facilitando a rapidez de conexões, de acesso, de consultas e de intercâmbio de informação.
- Digitalização – sob a codificação numérica de toda a informação analógica permite a produção, armazenamento, mistura e transmissão de todo o tipo de informação pelos

mesmos canais, assim como a reformulação de conteúdos, possibilitando a reinterpretação da realidade (alta definição e realidade virtual).

- Imaterialidade – os textos aparecem em formato digital (hipertexto), abdicando do suporte material da informação (por exemplo o papel).
- Interatividade – relação entre o Homem e a máquina, assim como o indivíduo e os outros membros da sociedade. As TIC vêm gerando novas formas de interatividade donde resultam novos grupos, novas ligações sociais e nomeadamente novas comunidades virtuais.
- Papel ativo do utilizador no que respeita a sua busca de informação.

A perceção do mundo que nos rodeia atinge uma nova dimensão quando usufruímos de tecnologias que estão ao nosso dispor, algumas delas disponíveis há mais de uma década, e as colocamos ao serviço do saber e da construção do conhecimento.

É no final da década de 80 do século XX que assistimos ao desenvolvimento de tecnologias de realidade virtual que nos permitiram aceder a um mundo virtual que nos possibilitaria entrar fisicamente num ambiente realista em três dimensões. Os primeiros ambientes virtuais desenvolvidos foram sobretudo interfaces de jogos realistas e programas de simulação de treino e combate.

Mais recentemente, novas aplicações aparecem fundindo o virtual e a realidade através da “realidade aumentada”, construindo o mundo a partir de dados e de computadores.

Das inovações tecnológicas mais recentes nascem conceitos como computação ubíqua, microgeografia e realidade aumentada que, quando aplicados à visita museológica, oferecem soluções interactivas que proporcionam uma melhor contextualização. O visitante pode agora usufruir mais do museu, numa visita autónoma e completa, mediada por interfaces tecnológicas.

(Valinho & Franco, 2005, p. 1625)

Por Realidade Aumentada (RA) entendemos todo o tipo de sistemas tecnológicos que permitem a adição de informação à realidade; ou seja, integra elementos virtuais no espaço real, em tempo real.

Assistimos à multiplicação das interligações entre espaços, objetos e pessoas. A realidade aumentada contribuiu para a difusão em massa do RFIF (Radio-Frequency Identification – Identificação por radiofrequência) e do GPS (Global Positioning System – Sistema Global de Posicionamento), o desenvolvimento da banda larga e do protocolo V6 da Internet potenciada pelo desenvolvimento dos equipamentos de uso pessoal quer em termos de

Software quer em termos de Hardware, cada vez mais vocacionados para tirar partido que se abrem com esta nova realidade.

A internet móvel e os smartphones invadiram as nossas vidas a uma velocidade incrível e não cessam de transformar a nossa relação com o espaço partilhado. Os tablets e PDA(s) fizeram desaparecer a fronteira entre o espaço público, real e o virtual. Um utilizador tanto pode receber informações sobre os sítios onde se encontra como enviá-las, em tempo real.

Tirando partido de dispositivos móveis como PDA, telemóvel ou leitor MP3 aliados a sistemas de microgeografia, o visitante acede a informação contextual sobre as peças em exposição, na sua própria língua e de um modo bastante inovador: usando apenas a sua proximidade de uma ou outra peça. Este tipo de sistema tem por base toda uma complexa estrutura de dados, que pressupõe ela mesma uma clara identificação dos objectivos específicos do sistema, nomeadamente o número de objectos a referenciar, o tipo de informação a veicular e as indicações geográficas sobre o espaço.

(Valinho & Franco, 2005, p. 1627)

Se inicialmente consistia numa fantasia reservada à ficção científica, a realidade aumentada chegou aos nossos smartphones em virtude do progresso registado tanto nos equipamentos como nos programas/aplicações desenvolvidas. Exemplo disso mesmo é a aplicação Wikitude.me, desenvolvida pela empresa austríaca Mobilizy para o sistema Android, contendo informações sobre 800 mil lugares no mundo inteiro baseados em grande parte em conteúdos da Wikipédia. Estas aplicações utilizam o GPS existente nos telemóveis para determinar a localização do utilizador e a bússola para saber a orientação do aparelho. Estamos perante aplicações assentes na Geoglobalização.

Esta tecnologia pode ser colocada ao serviço do Património e da Cultura. É preciso ligar o “Objeto” com aquele que o procura. Proporcionar informação quando ela é mais necessária. Tudo isso só com o seu telemóvel, e um acesso a internet, se o local tiver acesso wireless poderá ter todas essas informações sem custos. As ferramentas TIC estão aí para que as utilizemos com propriedade pois são armas poderosas para lutarmos pelo Património.

2.3 Sumário

Neste capítulo, tratou-se de analisar e refletir sobre conceitos e pressupostos evolutivos do Património Cultural do ponto de vista legislativo e das convenções internacionais, numa perspectiva local, nacional e internacional.

Abordamos também algumas noções de identidade e especificidade cultural à luz de uma narrativa formativa, perante a crescente consciencialização da importância da preservação do património cultural.

As Tecnologias de Informação e Comunicação completaram a reflexão, constituindo, um excelente veículo de democratização cultural, numa lógica de redes e em tempo real.

CAPÍTULO III – CARATERIZAÇÃO, CONCEÇÃO E EVOLUÇÃO DO PROTÓTIPO

Neste capítulo explicitamos tecnologicamente o protótipo desenvolvido neste estudo. Começaremos por explicar estruturalmente a base conceptual da aplicação e as plataformas tecnológicas adotadas bem como as fases da sua construção. Caracterizamos de forma pormenorizada o ambiente, o contexto da sua utilização e a sua relação com as teorias tecnológicas. Tornaremos ainda clara a forma como elaborámos e estruturámos os conteúdos utilizados e por último, como organizamos todo o processo de criação, implementação e origem conceptual do design, da interface e o respetivo processo de interação, componente essencial na criação de qualquer aplicação tecnológica.

3. Conceito Geral do Protótipo

A criação da aplicação que está na base deste estudo teve como ponto de partida conceptual vários fatores que entendemos terem a pertinência, ou mesmo a urgência necessária para que o projeto avançasse. Conforme explicitámos em 1.4 estiveram na génese conceptual do protótipo a necessidade de dar resposta a diversas questões que se nos colocaram e, de uma forma pró-ativa, levar a cabo um trabalho prático de investigação que permitisse alcançar os seguintes quatro objetivos essenciais:

- Perceber e identificar, processos e métodos tecnológicos que conduzam a uma correta aplicação das TIC na exploração da base de dados e sistemas de informação do Património;
- Produzir reflexões e recomendações que possam apoiar tomadas de decisão relativas à mudança e melhoria do desenvolvimento sustentado do Património;
- Divulgar o Património ao público, fornecendo informação de forma a proporcionar o desenvolvimento de projetos interativos;
- Fornecer informação a nível municipal, numa perspetiva de gestão dos bens patrimoniais.

Designamos a aplicação criada para este estudo de “Rota das Igrejas” da Fortaleza, destinando-se a ser utilizada por turistas/visitantes.

A base de trabalho deste capítulo consiste na conceptualização de um sistema de informação do património arquitetónico religioso centrado numa base de dados convergente, fixa, a partir da qual serão alimentadas bases de dados móveis. Às bases de dados móveis serão fornecidas informações parciais, disponibilizadas pela base de dados central, informação essa considerada essencial para a realização da rota. Do mesmo modo, será a partir da informação recolhida no campo, armazenada nas bases de dados móveis, que numa fase posterior se alimentará a base de dados central.

Este sistema suporta o registo, o armazenamento e a exploração da informação do património e garante a sua correta ligação à cartografia, por forma a facilitar a posterior interpretação e publicação dos resultados.

Propomos uma solução para a recolha da informação no terreno a partir de dispositivos móveis. No que se refere às capacidades de interação e desenho da interface, tivemos o cuidado de tornar a aplicação o mais intuitiva possível, criando uma estrutura que favorecesse e motivasse os utilizadores à sua exploração. Para isso criámos uma interface baseada em secções/áreas assinaladas por diferentes cores.

No que se refere às potencialidades interativas, foram criadas várias abordagens e várias fontes de exploração para cada uma das igrejas identificadas. Para além da utilização dos vários média (texto, imagem, e vídeo) foi possível disponibilizar as possibilidades do hipertexto e do acesso à Internet, que permitiu um conhecimento mais abrangente sobre os assuntos em exploração.

Após a teorização da informação apresentada, surge a componente tecnológica e é a partir daí que esta dissertação vive. Foi difícil transpor a barreira que separa ambos os mundos: o histórico e o tecnológico, os livros e os computadores pois como mundos diferentes que são têm em si “linguagens” diferentes, que para alguém do mundo dos livros nem sempre é facilmente assimilável. User Environment Design e Interface foram alguns dos conceitos novos que significaram novas aprendizagens e novas formas de produzir informação.

Numa era altamente tecnológica não faz sentido que não utilizemos os meios que temos ao nosso dispor para dar um salto qualitativo na forma e na quantidade de informação patrimonial que recebemos. Uns desses meios são os dispositivos móveis de uso pessoal que praticamente todos nós utilizamos: os Telemóveis, Smartphones e Tablet(s).

Embora alguns serviços on-line permitam que os utilizadores recolham informação sobre os sítios que pretendem visitar e façam pesquisas a partir de casa, quando estes chegam ao local a visitar, continuam a utilizar os tradicionais mapas e livros de apoio, como vem sendo habitual de há muitos anos a esta parte.

As principais operadoras portuguesas oferecem, através de aplicações para os dispositivos móveis e/ou dos seus portais WAP, serviços de informação georreferenciada que, apesar de limitados no que diz respeito ao volume dos conteúdos e à forma como apresentam a informação, são um primeiro passo na utilização dos dispositivos móveis como guia. Falar destes serviços implica abordar conceitos como a georreferenciação e informação baseada em contexto. De forma resumida georreferenciação pode ser caracterizada como a definição da posição de algo, através da latitude, longitude e altitude, num determinado espaço físico. E é recorrendo a este dado de posicionamento que se pode fornecer informação baseada em contexto. A informação é apresentada de acordo com a posição do utilizador, com o seu contexto.

3.1 Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

“A informação geográfica assume um papel integrador em sistemas de informação, uma vez que grande parte da informação utilizada no dia-a-dia do Homem é georreferenciável”. (Severino, 2006, p. 17)

Os domínios de aplicação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) são tão numerosos como variados, desde o Marketing, o Planeamento Urbano, a Proteção Civil, os Transportes, a Rede Hidrológica, as Florestas, a Geologia, a Biologia ou o Turismo. Os SIG também auxiliam na documentação, monitorização, avaliação de outras atividades que envolvem o relacionamento entre o utilizador e o espaço.

Os SIG são úteis, também, no planeamento de roteiros e facilitam esta atividade na determinação de zonas com potencial interesse patrimonial. Este planeamento é uma atividade multidimensional que contempla a análise integrada de fatores sociais, económicos, políticos, sociológicos, antropológicos e tecnológicos, em termos passados, presente e futuros. O planeamento de rotas/percursos pressupõe a existência de dados e informação sobre recursos culturais e patrimoniais, sobre a maneira como os recursos são usados pelos utilizadores. O planeamento de itinerários de interesse/temáticos implica a localização dos diferentes recursos, identificação dos percursos possíveis, análise das distâncias, tempos e custos, determinação do percurso final, implementação e monitorização.

Existem três tarefas básicas do SIG que importa referir:
- Armazenamento, gestão e integração de grandes quantidades de dados referenciados ao espaço geográfico;

- Disponibilização dos meios necessários para análises relacionadas com a componente geográfica dos dados;
- Organização e gestão de informação de modo a ser facilmente usada por todos os utilizadores.

(Severino, 2006, p. 22)

Por esta razão, apesar do público-alvo não ser apenas o conjunto de visitantes/turistas, temos consciência que num primeiro momento, ele poderia ser o grupo a aceitar mais rapidamente este dispositivo.

O Sistema de Posicionamento Global, conhecido por GPS, é um sistema de posicionamento via satélite, utilizado para determinar a posição de um recetor na superfície da Terra ou em órbita. Esta tecnologia permite que desempenhemos variadas tarefas da forma mais eficiente, segura, económica e com precisão e de certa forma tem introduzido um novo paradigma na mobilidade de qualquer utilizador que a ela tenha acesso.

O GPS é um sistema de informação eletrónico que fornece, via rádio, a um aparelho recetor móvel a sua posição com referência às coordenadas terrestres. Existem atualmente dois sistemas efetivos de posicionamento por satélite, o GPS americano e o russo e ainda dois sistemas em implantação, o Galileu europeu e o Compass Chinês. Contudo, neste estudo iremos referir apenas o GPS americano, por ser um sistema disponível e gratuito. O sistema americano foi declarado totalmente operacional apenas em 1995 e é composto por um conjunto de 28 satélites sendo 4 sobressalentes em 6 planos orbitais. Este sistema foi criado e é controlado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, DoD (Department of Defense) e pode ser utilizado por qualquer pessoa, gratuitamente, necessitando apenas de um recetor que capte o sinal emitido pelos satélites⁵.

Com a criação e aperfeiçoamento do GPS, nas últimas décadas, houve um avanço tecnológico significativo na cartografia. As técnicas de posicionamento de um ponto na superfície terrestre, ou fora dela, em relação a um referencial têm melhorado. A grande vantagem do GPS é a capacidade de integração com outros sistemas, sendo importante ressaltar a sua relação com os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), capaz de produzir mapas digitais em tempo real com alta precisão. A relação entre os dois sistemas permite uma maior velocidade na obtenção e tratamento dos dados georreferenciados. O GPS é fundamental, pois permite inicialmente a aquisição dos dados, os quais constituirão a base geométrica para a posterior análise espacial pelos SIGs. Deste modo pode-se obter grande velocidade e precisão na recolha de dados, o que determina uma significativa melhoria nos mapeamentos geológicos e ambientais.

⁵ <http://pt.wikipedia.org/wiki/GPS>

O desenvolvimento da navegação espacial e o surgimento do GPS, tem vindo a promover um interesse científico na criação de bancos de dados georreferenciados com extremo rigor, pois o sistema GPS é uma ferramenta importante na implementação deste protótipo, devido à sua precisão, além de permitir em tempo real o posicionamento em 3 dimensões (3D).

Neste sentido, o GPS e a Realidade Aumentada (RA) são duas ferramentas que conjugadas podem ser muito úteis em dispositivos móveis. Permite introduzir conteúdos relacionados com a sua posição e desta forma facilitar a informação em tempo real por ser apresentada no próprio contexto. O GPS possibilita também o acesso a mapas de alta precisão e com extrema rapidez em dispositivos móveis de reduzidas dimensões.

3.2 User Environment Design (UED)

Todos os sistemas têm um User Environment Design (UED), que consiste no design do ambiente em que o utilizador se irá movimentar interagindo com o sistema.

O desenho de interação para a aplicação “Rota das Igrejas da Fortaleza”, teve várias versões de aperfeiçoamento, resultantes da observação e notas de campo. As entrevistas realizadas ao Presidente da Câmara Municipal, aos historiadores e técnico da autarquia que participaram no desenvolvimento deste projeto também tiveram bastante influência. Os sucessivos refinamentos da aplicação tiveram basicamente duas finalidades, melhorá-la ao nível da interação, interface gráfica, e ao nível da organização dos conteúdos.

A interface representa o modelo organizacional da informação, permitindo igualmente a visualização e o acesso aos conteúdos, funcionando ainda como uma ponte entre o sistema e o utilizador. Este modelo organizacional permite ao utilizador: controlar os eventos, comunicar, obter feed-back e em alguns casos ser o próprio utilizador a criar os seus próprios objetos (manipulação direta da interface).

A Interface gráfica é a face visível do sistema. Existem dois valores essenciais numa interface gráfica, que são a simplicidade e a coerência, ou seja, a interface deve permitir ao utilizador explorar a aplicação de uma forma, intuitiva, natural e espontânea, devendo todos os elementos estar reduzidos ao essencial. Deve existir também particular atenção à organização do espaço de interação, ao nível, formal (tipo de letra, alinhamento, espaçamento e relação imagem/texto) e ao nível da utilização da cor (a cor funciona de forma diferente no ecrã e no papel).

3.2.1 Memória descritiva do UED

A primeira área funciona como uma página de Boas-Vindas do sistema ao utilizador. Apresentamos um mapa com a Fortaleza de Valença onde assinala a sua localização específica, mostra um contador de visitantes que estejam em tempo real naquele mesmo ponto patrimonial e exibe ainda um gráfico com a cotação daquele monumento (Fortaleza), traduzida em pequenas muralhas, que variam em número e intensidade de cor, consoante a cotação geral dos visitantes (menu lateral).



Quadro 1 – UED (1ª Área)

Nesta primeira área existe um link (> Rota das Igrejas); clicando sobre ele o utilizador acede à segunda área. O sistema (GPS) conduz o utilizador pelo percurso da rota das Igrejas até ao próximo monumento. O sistema identifica a Igreja/Capela e aqui poderá selecionar o tipo de informação que pretende aceder, para tal existem três links, que conduzem às três áreas seguintes (menu lateral).



Quadro 2 – UED (2ª Área)

O link (> A Arquitetura) permite o acesso à terceira área que mostra ao utilizador as suas opções de interação com o Património. É através desta área que o utilizador poderá selecionar informação sobre um monumento específico, fazendo uma pesquisa e acedendo à ficha sobre o património e ficheiro Áudio. Poderá visionar vídeos ou imagens sobre o ponto patrimonial, o seu contexto e a sua envolvente e ainda (caso seja essa a situação) visionar reconstituições 3D do monumento, parte dele ou da sua envolvente. O acesso a estas opções é intuitivo através dos três links existentes na área: (> Áudio); (> Fichas do Património); (> Vídeos/Imagens); (> Reconstituições 3D).



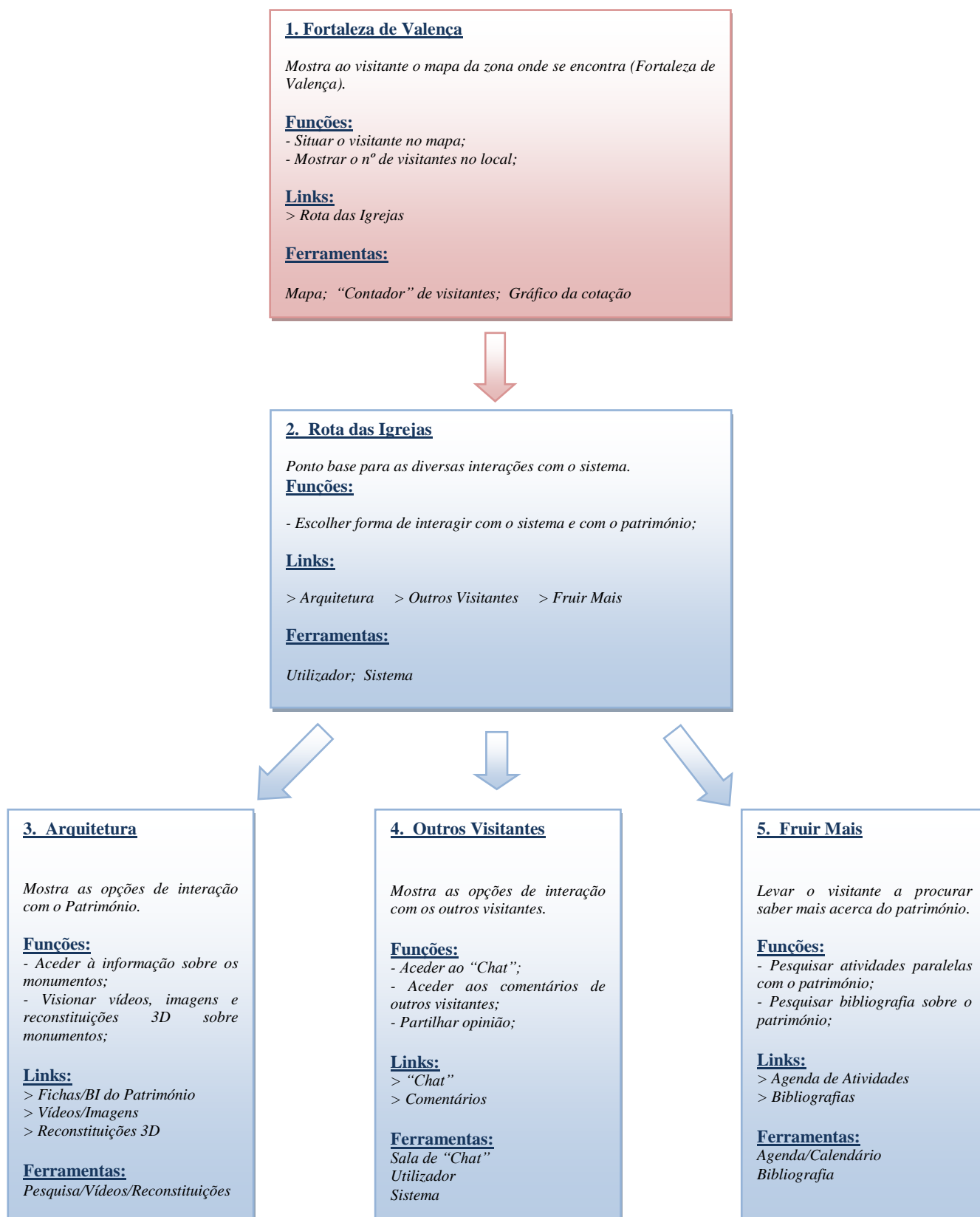
Quadro 3 – UED (3ª Área)

Na quarta área, à qual se acede pelo link (> Outros visitantes), o utilizador terá acesso a uma ferramenta de interação com os outros visitantes, através do chamado “Chat”, onde os visitantes que se encontrem em tempo real num mesmo ponto patrimonial podem trocar opiniões, informações e comentários acerca do património, fruindo-o em conjunto. Para isso basta aceitar o convite do sistema para aceder ao Chat, clicando sobre o link com o mesmo nome. Nesta área o utilizador pode ainda deixar o seu comentário ou sugestão de uma forma mais eterna, clicando no link (> Comentários), acedendo também aos comentários deixados pelos outros visitantes.

A quinta e última área, à qual se acede através do link (> Fruir Mais), é local onde o utilizador poderá consultar a agenda de atividades desenvolvidas em paralelo com as entidades culturais e os pontos patrimoniais, clicando no link (> Agenda de Atividades), ou caso pretenda acesso a uma informação mais científica e por isso mais complexa acerca do património, pode consultar a lista de bibliografia sobre o património e o seu contexto, bem como sobre o contexto e a história da Fortaleza de Valença, para o que basta clicar no link (> Bibliografia).



Quadro 4 – UED (4ª e 5ª Área)



Quadro 5 - User Environment Design

3.3 Base de Dados (Património Arquitetónico Religioso)

A Base de Dados da plataforma online de georreferenciação apresenta-se sob a forma de um site (www.fortalezadevalenca.webs.com) com um modo de visualização de conteúdos acessível a todos os visitantes, mas com a possibilidade de editar e descarregar conteúdos, disponível apenas para utilizadores registados. O registo é permitido para utilizadores que possuam um dispositivo móvel. Neste processo do registo o utilizador tem que responder a um formulário de forma a direcionar o seu perfil de utilizador.

Ao entrar neste site, após o registo, o utilizador pesquisa por localização ou por interesses (palavras-chave). No caso da localização, os seguintes recursos são disponibilizados para o utilizador: um pacote geral da localização, área de fotografias, área de vídeos, área de sons, área de desenhos, pinturas e desenhos de outros utilizadores, área de GPS pop-up e Guias temáticos. O utilizador descarrega os pacotes de informação consoante os seus interesses para o seu dispositivo móvel. O utilizador, com o seu dispositivo móvel, pode fazer o download dos conteúdos disponíveis e o upload dos seus ficheiros.

A Plataforma online de georreferenciação é um dos componentes do Sistema Integrado de Apoio que, por um lado, auxilia o dispositivo móvel, no sentido em que funciona como um contentor de informação, a que este tem acesso sempre que necessita de descarregar conteúdos mas, por outro lado, todos os conteúdos personalizados que os utilizadores descarregarem do dispositivo móvel para a Plataforma online, incrementam a base de dados dos legados de experiências pessoais sobre locais específicos da rota religiosa. Por legados entende-se todo o tipo de documentação que um utilizador tenha recolhido e construído, tal como os locais visitados, fotografias, vídeos, ficheiros de som, memórias textuais, desenhos, isto é, tudo o que o utilizador tenha vivenciado e documentado num determinado espaço, durante um determinado período de tempo.

Todos os conteúdos disponibilizados têm informação sobre os dados da localização, informação da data, hora e temperatura ambiente. O utilizador que disponibiliza os conteúdos na plataforma pode sempre adicionar conteúdos multimédia, de forma a possibilitar pesquisas futuras.

3.3.1 Contexto Histórico

A Fortaleza abaluartada, edificada segundo risco de Michel Lescole, denota uma identidade muito própria. É constituída por duas cinturas fortificadas de traçado poligonal, com desenho

inovador e original, considerado único pela adaptação às condições geográficas do lugar. A construção da Coroadá, a sul do primeiro polígono, no outeiro do Bom Jesus, visava impedir que o recinto principal fosse atingido desde elevação próxima. Estrutura defensiva destinada a funções de carácter militar, para garantia da consolidação do reino e da autoridade régia, equipada com guarnição militar, à sombra da qual foi sendo povoada, expandindo-se para fora do perímetro, devido ao crescimento urbano do recinto magistral.

A Fortaleza de Valença constitui-se um espaço único em Portugal e na Península Ibérica, no período da reconquista, guerra contra os infiéis, desde finais do século XI, o que levou à organização do espaço em função dos objetivos militares. No século XVII, aquando das guerras da restauração da Independência Portuguesa, a fortaleza foi ampliada e transformada numa impressionante fortificação abaluartada, com patamares sobrepostos para aproveitar as condições topográficas do local, projeto grandioso que se assumiu como obra de propaganda do Reino de Portugal, do poder régio e de ameaça face aos reinos da vizinha Espanha.

A construção da Fortaleza, na viragem do século XII/XIII, reinado de D. Sancho I, é anterior à criação do Concelho. O monarca desenvolveu uma intensa ação guerreira que exigia o reforço do povoamento do território, especialmente as zonas da raia (Fronteira), atribuindo forais, nomeando oficiais e aliando-se ao Clero. Por isso, coutou a povoação de Valença, atribuída a Paio Carramundo, para a povoar e organizar, contra os desígnios expansionistas do Bispo de Tui e do Mosteiro de Ganfei, e como afirmação de autoridade régia no Alto Minho, marca da estratégia política dos monarcas portugueses durante a primeira dinastia.

De imediato se terá construído um primitivo reduto defensivo, reformado sucessivamente nos séculos seguintes. Com Foral de 1217, com uma cintura de muralhas provavelmente dessa época, Valença foi assumindo importância estratégica no contexto das relações do Norte de Portugal com o reino vizinho, estatuto reforçado por ser o principal ponto de passagem entre as duas regiões do norte peninsular.

O que resta da Fortaleza Medieval é do reinado de D. Afonso III (1248-1279), época de insurreição interna contra o poder régio, de violência e desordem protagonizadas pelos senhores laicos e eclesiásticos. Em 1262, no processo de centralização do poder; administração da justiça e políticas de “bem comum”; o rei manda reformar o sistema de defesa militar de Valença, com expansão da zona amuralhada até abarcar toda a povoação. Desconhece-se o traçado de configurações primitivas ou posteriores, pelas transformações sofridas, restando alguns vestígios atribuídos a épocas datadas e identificadas.

Na porta do açougue, virada a Norte, é ainda possível verificar a existência de escudo medieval na pedra de fecho. A porta da gaviarra, a nascente, servia de principal entrada na

Fortaleza, voltada à zona ribeirinha e para a barca que fazia a travessia do Minho. Revestia-se de entrada triunfal, de grande impacto cenográfico, concentrava elementos identificativos do patrocínio régio e a passagem era ladeada por duas imponentes torres medievais.

No final da Idade Média, segundo desenho de Duarte d'Armas, na fortaleza afonsinha foram erguidas barbacãs e couraça, elementos que atestam a sua importância defensiva, na transição para guerras de tiro com armas de pólvora.

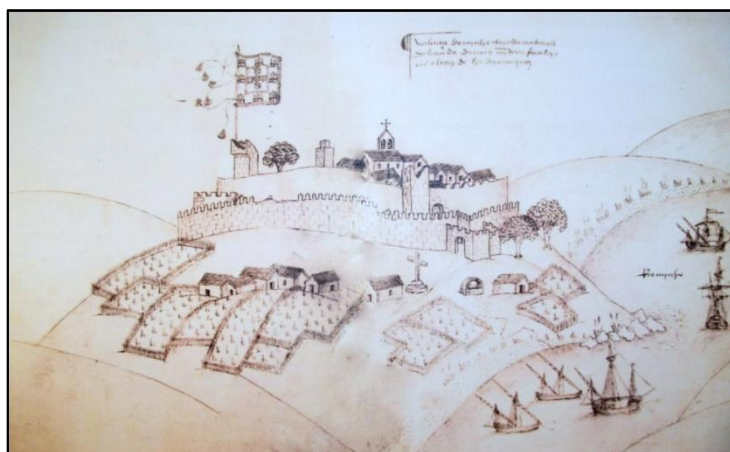


Figura 3 – Desenhos da Fortaleza de Valença (Duarte D'Armas); Lado Poente

Chegados ao século XVII, Valença continuava a ser uma das localidades mais expostas aos ataques espanhóis, cujas tropas a tentaram tomar em 1643 e 1657.

A localização privilegiada no curso do rio Minho e as condições do terreno permitiram ampliar a primitiva muralha construindo uma das mais significativas estruturas militares da História de Portugal. Com projeto de Michel Lescole, engenheiro militar com trabalhos documentados noutras fortalezas do alto Minho, as obras da Fortaleza de Valença foram iniciadas em 1661 e formalmente concluídas em 1713, porque numa planta do último arquiteto, Manuel Pinto de Villalobos, está inscrita a sua conclusão, não obstante haver referências à construção de novos baluartes nos anos seguintes.

Meio século de trabalhos que alteraram radicalmente a fisionomia de Valença e a sua relação com a cenografia do rio, doravante separados por uma gigantesca malha de baluartes e patamares, comunicantes entre si através de fossos e passagens superiores.

Planimetricamente, a nova Fortaleza estava dividida em duas áreas, ainda hoje bem vincadas, ligadas pelas portas do meio: a norte, abrangendo o velho núcleo medieval onde se concentrava o grosso da população e os principais equipamentos sociais; a sul, a Coroadá, correspondendo a uma área menor, praticamente sem construções. A rodear os

espaços urbanos, uma densa malha de baluartes, revelins e fossos isolava a cidade e permitia ampla visibilidade e de fogo sobre os invasores.

As duas fortalezas, a Praça e a Coroada, de planta poligonal irregular, foram desenhadas de acordo com os princípios do marechal e engenheiro militar francês Vauban (1633-1707), precursor de uma nova arquitetura militar que envolvia novas táticas de utilização de artilharia.



Figura 4 – Marquês de Vauban (Engenheiro Militar Francês)

Este complexo sistema defensivo é contornado por um fosso e um perímetro abaluartado envolvente, as falsas-bragas, com canhoeriras. Sobre as inovações, Alberto Pereira de Castro, diz que, o segredo de Vauban da sua arte de fortificar consistia,

(...) em adaptar judiciosamente ao terreno um conjunto de princípios essenciais na fortificação envolvendo conhecimentos de tal forma desenvolvidos e rigorosos que tal arte ou técnica, como referiu Sebastião Teles, notável cientista militar português do século XIX, passou a ser considerada a verdadeira arte ou ciência da guerra para dirigir todos os conhecimentos militares.

(Castro, 2006, p. 80)

“Valença está intimamente ligada ao seu antigo valor militar, que o teve e que perdurou por muitos séculos, ao seu valor comercial e ao seu extraordinário poder turístico que envolve a sua aureolada história e a sua arte empolgante.” (Oliveira, 1978, p. 45).



Figura 5 – Fortaleza de Valença (Baluarte da Lapa)

Na guerra da Restauração (1640-1668) a Fortaleza de Valença foi decisiva na defesa da autonomia de Portugal neste período, sendo a primeira que na Ribeira do Minho aclamou o Rei D. João IV. Apesar das ordens dadas ao Conde de Castelo Melhor para adotar posicionamento defensivo, a Fortaleza de Valença acabou por assumir um papel decisivo.

Com as invasões Francesas, Valença foi o último bastião militar do Norte de Portugal a cair, após várias tentativas para atravessar o rio Minho e conquistar a Praça. A 10 de Abril de 1809 as tropas napoleónicas, comandadas pelos generais Soult e Lamartine entram em Valença. Durante sete dias de ocupação foram prontamente assediados pelo povo, clero e militares que os expulsaram e perseguiram já em terras da Galiza.

Durante a guerra civil Portuguesa (1828-1834), Valença foi palco de momentos marcantes na guerra civil com destaque para a defesa da causa Absolutista, com a aclamação de D. Miguel e a recuperação da Praça, em 1830, pelos Liberais comandados pelo Almirante Inglês Charles Napier.

3.3.2 Identificação do Património da Rota das Igrejas

Ao definir os problemas deste projeto de investigação o primeiro passo em termos de levantamento de informação/dados começou por ser algo tão simples como um levantamento de todo o Património Arquitetónico Religioso intramuros existente na Praça Forte da cidade de Valença.

Para tal foram utilizados como ferramentas e fontes de informação os sites do IPPAR (Instituto Português do Património Arquitetónico) e da DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). Devido ao facto da informação que disponibilizam estar já seccionada e esquematizada foi extremamente útil numa primeira abordagem,

inclusivamente na seleção do Património a figurar no projeto. Não esquecendo que por serem Webs oficiais de órgãos públicos ao nível do património e da cultura tem uma credibilidade acrescida.

Após a seleção do Património a tratar foi feita uma pesquisa de carácter mais científico, com a consulta de bibliografia adequada e recorrendo a manuais acerca da história da cidade, de forma a estruturar uma contextualização do Património e da própria especificidade da cidade de Valença e posteriormente foi feita uma pesquisa semelhante para a caracterização do património tratado.

A informação acerca do património será apresentada como fichas patrimoniais onde constará toda informação referente à data de construção, ao estilo artístico em que se inserem os monumentos, às principais campanhas construtivas e alguma da sua contextualização social e temporal, assim como a sua caracterização artística.

Após a seleção inicia-se o processo de tratamento da informação acerca do Património que se pretende simples e acessível a todos. Como tal há um despojamento da informação no sentido de lhe retirar o supérfluo e o “demasiado” científico, para que ela vá ao encontro do “visitante” comum que frui o património pelo património e que necessita aceder a um tipo de informação correta do ponto vista científico mas facilmente assimilável do ponto de vista dos conteúdos.

Após este processo de tratamento da informação no que refere ao Património Edificado a ser retratado, inicia-se uma outra etapa que é a da definição da rota que será apresentada a título de protótipo no projeto.

Neste projeto de investigação, interessa particularmente, o património arquitetónico religioso Intramuros. As igrejas tiveram um papel relevante na vida valenciana, sobretudo em tempos passados, adaptadas à dimensão demográfica das terras, mas também, naturalmente, à riqueza e desenvolvimento social da comunidade.

O essencial da vida religiosa e sociocultural destas comunidades valencianas (e portuguesas) de 1758, realiza-se, como de há séculos se vem fazendo, à volta da sua igreja paroquial, ou igreja matriz, onde se realizam os atos de culto e os religiosos mais importantes da vida destas comunidades paroquiais.

(Capela, 2003, p. 50)

À cabeça de todas elas vem a igreja de Santa Maria dos Anjos, fundada em 1276. Arquitetonicamente, “os elementos que a compõem são românicos, mas de um período que constitui fim de ciclo com o reinado de D. Afonso II” (Castro, 2006, p. 300). De planta longitudinal, composta de nave única e capela-mor, retangulares, torre sineira,

quadrangular, capela e sacristia, em corpo único retangular, adoçados a sul. Nas cornijas expressivos modilhões com vários animais bíblicos, estrelas de Salomão, cruzes da sagração e outros motivos típicos do românico.



Figura 6 – Igreja Matriz de Santa Maria dos Anjos

A igreja de Santo Estêvão, fundada em 1283, no reinado de D. Dinis, com reconstrução neoclássica (1792) apresenta planta longitudinal, de 3 naves e 3 tramos, separados por possantes pilares quadrangulares e cabeceira tripla, sendo a central rematada no frontispício em frontão triangular e as laterais em cornija reta. Castro relata que,

Em 1755 é esta igreja gravemente afectada pelo terramoto de 1 de Novembro, ruindo totalmente a torre dos sinos onde se achava também o relógio do concelho. Em consequência é, resolvido proceder à sua reconstrução ampliando a igreja de uma para três naves, à custa de velhos edifícios e terrenos que lhe são adjacentes.

(Castro, 2000, p. 21)



Figura 7 – Igreja de Santo Estêvão

No interior cadeiras confrontadas na capela-mor e retábulos em talha policromada neoclássica e cadeira episcopal gótica-mudéjar, do século XV. Na capela-mor existe uma pintura quinhentista da Virgem do Leite e, sobre os cadeirais, painéis maneiristas alusivos à vida de Santo Estêvão.



Figura 8 – Tríptico de Santo Estêvão (Séc. XV)

No interior das muralhas existe, um conjunto muito relevante de capelas datadas de diferentes períodos históricos, que atestam a relevância da Fortaleza: Capela do Bom Jesus, Capela do Senhor do Encontro e Capela da Misericórdia.

Com efeito muitas capelas servem de apoio a um povoamento disperso, aos lugares afastados das igrejas que aí colocam o Santíssimo para o mais fácil socorro aos enfermos e moribundos. Mas a sua importância e presença é também a expressão e manifestação de personalidades comunitárias e vontade de afirmação.

(Capela, 2003, p. 52)



Figura 9 – Capela do Bom Jesus

A capela do Bom Jesus, na Coroadá, antiga capela de Nossa Senhora do Carmo (padroeira militar de Valença) foi mandada construir no período Filipino (século XVII), por Pedro de Saavedra. Antes de ser transferida para o atual lugar, encontrava-se próximo do recinto principal da Praça, à entrada da vila, cercada de arvoredo com as suas devesas de

carvalhos. Esta capela funcionou durante os séculos XVIII a XX como capela militar. Numa mísula da parede sul encontrava-se a pequena imagem de Nossa Senhora do Carmo dentro de uma redoma, padroeira do regimento de infantaria nº 21. Arquitetura religiosa, barroca e neoclássica. Capela de planta longitudinal e nave única. No interior decoração neoclássica com retábulos laterais e altar-mor em talha polícroma.

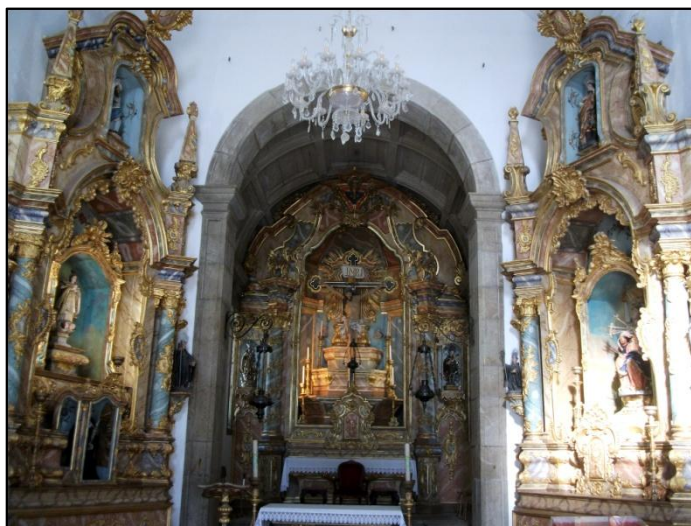


Figura 10 – Capela do Bom Jesus (Altar-Mor e Retábulos)

A capela do Senhor do Encontro está relacionada com a Semana Santa, cujas atividades se revestiam em Valença do Minho de grande solenidade e atingiram o seu ponto mais alto no século XVIII. A construção desta capela deve situar-se por esta data. Barroca de planta longitudinal, de corpo único retangular. Volume simples com cobertura em telhado de duas águas. Fachadas rebocadas e caiadas, percorridas por cornija, pilastras nos cunhais, sobrepostas por pináculos nas empenas.



Figura 11 – Capela do Senhor do Encontro

A capela da Misericórdia, pequena, do século XVI (1558), barroca e neoclássica, de planta longitudinal composta de nave única, muito reformulada no século XVIII em estilo neoclássico em que a sua joia artística é de facto a escultura de Mestre Teixeira Lopes (1860-1942), “Senhor Morto” e a imagem do “Senhor dos Passos”. Ainda no seu interior, dois balcões, possivelmente, para o cadeiral dos mesários, colocados superiormente junto ao coro-alto e retábulos de talha polícroma neoclássica.



Figura 12 – Capela da Misericórdia

As capelas dos Passos estão distribuídas pela praça em número de 5: uma na parte sul da igreja de Santa Maria dos Anjos; outra na rua de S. Francisco, junto ao edifício do antigo hospital; outra num recanto da rua Dr. Pedro Dias, junto à Igreja de Santo Estêvão; outra, mais abaixo, na rua Mouzinho de Albuquerque, num recanto, junto ao edifício da antiga Cadeia do Paço do Concelho; outra, finalmente, na coroadada, no largo Dr. José Augusto Vieira.

3.4 Inventariação e Conceção da Rota das Igrejas

A Fortaleza de Valença continua a ser, hoje, um local privilegiado para todos os que aqui vivem e visitam, permitindo o contacto com a história e o património. Sobre a fruição, Castro considera que

Seria, por tudo isso, de toda a utilidade que, independentemente do meritório esforço na divulgação da história da Fortaleza, que é também – e sobretudo – a nossa história, da sua traça arquitectónica e do seu conteúdo artístico e religioso, a que chamamos as nossas “memórias”, houvesse uma cuidada e completa legendagem de todos esses locais e monumentos para que se pudesse “ler” melhor tudo o que interessa e os visitantes pudessem usufruir, com maior proveito, o espaço e levar consigo uma recordação mais esclarecida da visita; porventura com vontade de voltarem, para verem mais e mais demoradamente, umas quantas coisas, ou tirar umas quantas dúvidas...

(Castro, 2006, p. 334)

O conceito de rota enquanto elemento turístico diz-nos que uma rota é um percurso proporcionado para ser percorrido pelo turista/viajante, que ao visitar o local tem os caminhos e locais de visita previamente marcados. Em relação à conceção da rota apresentada, a metodologia utilizada para a sua definição consistiu inicialmente num levantamento de informação sobre o Património existente e após uma consulta das fontes primárias de investigação puderam definir-se os pontos patrimoniais. A rota apresentada será subordinada a um tema (Igrejas da Fortaleza), tema esse que por sua vez estará submetido à sua própria simbologia.

Um dos objetivos gerais do desenho desta rota é o de dar a conhecer ao público em geral não só o Património Arquitectónico Religioso existente, mas também a sua envolvente e o seu papel na vida da cidade que os acolhe, dando-lhe uma nova “roupagem” a partir do momento em que o “subjugamos” a um tema que por vezes não é óbvio e que por isso mesmo confere uma nova vivência ao fruir do património.

Neste percurso o propósito da sequência é o de fruir o Património interagindo com o sistema, seguindo uma rota pré-definida. Consultando o mapa, podemos ver quais os pontos patrimoniais que compõe a rota e especificar em que ponto se encontra; podendo também consultar a simbologia da rota que está a seguir, saber o porquê daquele tema aglutinador e de que forma os pontos patrimoniais que a compõe se agrupam sob aquela temática.

Consultando a informação sobre o ponto patrimonial em que se encontra podemos aceder não só à informação teórica sobre o ponto como também aos vídeos e imagens e às reconstituições 3D dos monumentos e da sua envolvente.

Seguindo a rota pode optar por seguir até ao ponto patrimonial seguinte; Aqui pode ocorrer um problema no caso de o utilizador se perder e sair do percurso pré-definido, nesse caso o utilizador consultará o mapa de forma a poder encontrar um meio de voltar ao percurso que o levará ao ponto seguinte. O usuário realizará estas ações sucessivamente até chegar ao ponto final da rota, podendo optar por publicar no sistema as suas opiniões, sugestões e

comentários não só sobre a rota que seguiu mas também sobre os pontos patrimoniais por onde passou ou sobre o percurso que seguiu.

A Rota das Igrejas é composta por cinco pontos patrimoniais, cada um correspondendo a uma Igreja/Capela: 1- Capela do Senhor do Encontro; 2- Capela do Bom Jesus; 3- Igreja de Santo Estevão; 4- Igreja de Santa Maria dos Anjos; 5- Capela da Misericórdia. Esta rota procura reunir, num mesmo circuito, exemplares do património arquitetónico religioso.

A importância desta rota reside no seu valor arquitetónico, documental e etnológico criado e enriquecido ao longo da história humana, para satisfação cultural das comunidades cristãs.

Salvaguardar estes bens mobiliários ou imobiliários, tangíveis ou intangíveis, inseparáveis de uma convicção de fé, equivale à conservação da personalidade histórica da Igreja e da nossa memória religiosa. Salvaguardar este legado espiritual, produto da função evangelizadora e pastoral da Igreja, que vê nele um expoente autêntico de culturas e tradições (evolução tecnológica, flutuações económicas, influências culturais, organização política, sistema social, etc), exprime também a defesa do património histórico nacional, logo, do reforço da nossa existência ou identidade profunda e memória cultural

(Jorge V. , 2005, p. 65)

As comunidades religiosas, rurais ou urbanas, só sobrevivem se se identificarem com a sua Igreja, vendo nessa presença física o depósito de uma fé inabalável e o testemunho exultante e convicto da sua crença e da sua orientação moral. Por isso, as igrejas e as capelas estão presentes em todos os aspetos do nosso longo passado nacional: da história da arte à história local e da história cultural à das mentalidades.

O inventário do património foi precedido de um levantamento das necessidades de informação, desenharam-se formulários para levantamento de dados e foi criada uma base de dados, para registo dos elementos recolhidos durante as deslocações aos sítios e nas pesquisas bibliográficas.

A Rota das Igrejas tem início numa das três possíveis entradas para a Fortaleza de Valença (Sul - Portas da Coroada; Leste - Portas do Sol, e Norte - Portas da Gaviarra). Após a identificação do ponto de entrada pelo sistema (GPS) o utilizador só tem que seguir as indicações apresentadas no seu suporte tecnológico através do mapa georreferenciado. Estão identificados os pontos património da rota das Igrejas e outros que consideramos indispensáveis para completar a informação dos bens culturais da Fortaleza de reconhecido valor universal que pretende estar inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO. “O objectivo primacial da salvaguarda do património é a consolidação de marcas culturais”. (Jorge V. , 2005, p. 51) Deste modo, e segundo a Comissão Pontifícia para os bens culturais da Igreja, “ao dever de conservação do património passado corresponde a urgência criadora

3.5 Sumário

Abordamos neste capítulo, a conceptualização de um sistema de informação assente numa base de dados considerada essencial para a realização da Rota das Igrejas. Explanamos de forma básica o Sistema de Posicionamento Global, conhecido por GPS, bem como, as suas aplicações e desenvolvimentos tecnológicos. Desenvolvemos e criamos o User Environment Design descrevendo a interface gráfica.

Apresentamos ainda, o inventário e contexto histórico dos sítios da Praça-Forte da Cidade de Valença que inclui a caracterização de duas igrejas: Santa Maria dos Anjos e Santo Estêvão. Demos conta da existência de três capelas: Bom Jesus, Senhor do Encontro e da Misericórdia.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CAMPO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Este capítulo tem como finalidade refletir sobre os pressupostos metodológicos nos quais se apoia esta investigação. Justifica a escolha e a descrição do método de investigação mais adequado ao problema anteriormente descrito. É feita uma abordagem teórica à investigação qualitativa do Património, incidindo particularmente no estudo de caso com as suas vantagens e desvantagens para esta investigação.

Seguidamente é feita uma breve descrição dos participantes na investigação, assim como do plano da ação. São ainda referidas as estratégias de recolha de dados durante a investigação, nomeadamente a observação, as entrevistas e as notas de campo assim como a sua triangulação. O capítulo termina com algumas considerações éticas que foram tidas em conta durante a investigação e com a apresentação, análise e interpretação de resultados.

4. Metodologia de Investigação

Após a identificação das questões e das finalidades do estudo, escolhemos um método de pesquisa que permitiu dar respostas às questões da investigação. Uma vez que o objetivo central do estudo era desenvolver um sistema de informação capaz de gerir o inventário do património arquitetónico religioso, promovendo a elaboração de memórias identitárias, numa perspetiva de gestão sustentável dos bens patrimoniais, optou-se por uma metodologia qualitativa. Neste sentido Sampieri, Collado e Lúcio (2006), refere que a abordagem qualitativa é usada para descobrir e refinar as questões da pesquisa procurando compreender e interpretar o fenómeno em estudo no seu contexto real, sem o controlar. Assim a nossa abordagem assumiu um carácter descritivo e interpretativo, procurando a compreensão do significado através dos entrevistados e de algumas ações.

A obtenção dos dados nos métodos descritivos, é feita através de vários tipos de procedimentos, entre os quais, o estudo de caso. Segundo Freixo (2009, p. 109), este método baseia-se na exploração intensiva de uma simples unidade de estudo, e tem por base o trabalho de campo, estudando uma entidade no seu contexto real. Neste sentido, o estudo de caso qualitativo surge como o mais adequado nesta pesquisa, tendo em conta que há necessidade de estudar uma unidade de análise: o património arquitetónico religioso.

No nosso estudo os dados serão recolhidos através do recurso a várias fontes: entrevistas, observações e análise de documentos.

Relativamente à abordagem qualitativa ou quantitativa e aos métodos de recolha de informação Bell (1997, p. 20) refere que dependerão da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretende obter. Nesta pesquisa pretendemos, como já foi mencionado atrás, compreender através da observação e análise de documentos, a inventariação e conhecimento do património arquitetónico religioso. Como tal, optamos pelo paradigma qualitativo, porque é o mais adequado para a obtenção dos dados que necessitamos, na medida em que os dados recolhidos através deste paradigma são ricos em pormenores e normalmente obtêm-se pela observação dos edifícios religiosos nos seus contextos naturais – Intramuros da Praça-Forte de Valença. Neste sentido Freixo (2009, p. 146), refere que o objetivo desta abordagem de investigação utilizada para o desenvolvimento do conhecimento é descrever ou interpretar, mais do que avaliar. A investigação qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 48), tem várias características: a fonte de dados é o ambiente natural; o investigador é o instrumento principal; é descritiva; o processo é mais importante que os resultados; os dados são analisados de forma indutiva e o objetivo é a compreensão sobre os sujeitos do estudo. A maioria destes estudos baseiam-se no trabalho de campo, apoiam-se no raciocínio indutivo e procuram produzir conhecimento sobre o objeto de estudo. Os dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos e documentos pessoais.

No que concerne à objetividade, validade e fidelidade as metodologias qualitativas apresentam os mesmos critérios científicos que a investigação experimental. Segundo Freixo (2009, p. 152), a objetividade de uma investigação científica está em função da fidelidade e da validade das suas observações. Relativamente a esta questão Bogdan e Biklen (1994, p. 64), referem que a investigação científica implica um escrutínio empírico e sistemático que se baseia em dados. A investigação qualitativa preenche estes requisitos. A recolha dos dados não visa confirmar hipóteses construídas previamente; ou seja as abstrações são construídas conforme os dados se vão agrupando. De acordo com os mesmos autores (1994, p. 51), o processo de condução da investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respetivos sujeitos.

Relativamente ao estudo de caso qualitativo, uma das desvantagens apontadas por muitos investigadores é o facto de os resultados não se poderem generalizar; no entanto, o seu objetivo, como já foi referido, é documentar, perceber um contexto e de acordo com Yin citado por Freixo (2009, p. 113) ajudar a construir novas teorias ou a ajudar a confirmar ou

infirmar as existentes. Esta opção (estudo de caso) reside na compreensão mais profunda do fenómeno e não na generalização dos resultados obtidos.

4.1 Estudo de Caso

Considerando a problemática referida no primeiro capítulo e para responder às questões de partida desta investigação, a estratégia metodológica que aplicamos consiste num estudo de caso, de forma a compreender, explorar e descrever o lugar e o papel atribuído às TIC na fruição do Património Cultural, tendo como estudo os bens Arquitetónicos Religiosos Intramuros da Praça Forte de Valença do Minho.

O que pretendemos é a estruturação de um sistema de informação disponível em suportes tecnológicos que possibilite ao visitante o acesso a dados específicos bem como a interação com essa mesma informação.

O visitante poderá ainda aceder não só à informação “escrita” mas também a informação em formato multimédia como sejam pequenos filmes acerca do património religioso edificado e cultural.

O objetivo é mostrar de que modo é que uma investigação acerca do património e da sua contextualização poderá sair das páginas de um livro e transformar-se numa aplicação portátil, dinâmica e interativa. A meta que se pretende atingir é a de divulgar o Património levando o “público” a interagir com ele.

4.1.1 Vantagens e desvantagens

Relativamente à abordagem qualitativa ou quantitativa e aos métodos de recolha de informação, Bell (1997, p. 20), refere que dependerão da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretende obter. A obtenção dos dados nos métodos descritivos faz-se através de vários procedimentos, entre os quais, o estudo de caso. Segundo Freixo (2009, p. 109), este método baseia-se na exploração intensiva de uma simples unidade de estudo e tem por base o trabalho de campo, estudando uma entidade no seu contexto real, cujo centro da atenção do investigador é o sujeito. Como já foi referido, este método assume-se como o mais apropriado para esta investigação. Freixo (2009, p. 110) caracteriza o estudo de caso como sendo: Particular; Descritivo; Heurístico; Indutivo e Holístico. Apresenta uma natureza empírica e tem um forte cunho descritivo. Bogdan & Biklen (1994) referem que o

estudo de caso pode ser representado como um funil em que o início do estudo é sempre mais largo.

De acordo com Yin, citado por Freixo (2009), é essencial definir neste tipo de metodologia questões de pesquisa e unidades de análise. Ao selecionar esta metodologia, o investigador segundo Bogdan & Biklen (1994) concentra as suas atenções apenas para um caso, cruzando as mais variadas técnicas de recolha, tratamento e análise de dados. Como já foi referenciado nesta investigação privilegiamos apenas uma unidade de estudo: o Património Arquitectónico Religioso intramuros e utilizamos e cruzamos vários instrumentos de recolha de dados. De acordo com Freixo,

O conhecimento produzido num estudo de caso pode advir de uma entre duas perspectivas, a saber: (a) uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes e (b) uma perspectiva pragmática, cuja intenção fundamental é proporcionar uma perspectiva global do objecto de estudo, do ponto de vista do investigador.

(Freixo, 2009, p. 111)

No nosso estudo de caso, o conhecimento produzido permitiu aprofundar a visão do objeto de investigação descrevendo as situações de preparação e implementação do percurso pedonal (rota das Igrejas) feito pelos alunos/visitantes enquadrando factos e motivações. De acordo com Bell (1997), no estudo de caso como noutras investigações, os dados são recolhidos sistematicamente, a relação entre as variáveis é estudada e o estudo é planeado metodicamente. Defende que o investigador observa, questiona e estuda. Precisamente o caminho seguido desde o início da nossa pesquisa e investigação.

Uma das vantagens do estudo de caso, referida por Bell (1997), consiste na possibilidade da investigação ocorrer num curto espaço de tempo e ser indicado para investigadores isolados. O contexto da nossa pesquisa, tendo em conta que o fator tempo foi importante e o investigador era inexperiente.

Como todos os métodos, o estudo de caso apresenta vantagens e desvantagens. Alguns críticos/investigadores apontam como uma desvantagem o facto dos dados não se puderem generalizar. No entanto, Bassey, citado por Bell sustenta que se os estudos de casos,

forem prosseguidos sistematicamente e criticamente, se visarem o melhoramento da educação, se forem relatáveis e se, através da publicação das suas conclusões, alargarem os limites do conhecimento existente, então podem ser consideradas formas válidas de pesquisa educacional.

(Bell, 1997, p. 24)

Assim, a fiabilidade e a validade do estudo de caso são mais importantes do que a sua generalização, o seu objetivo, como já foi referido, é documentar, perceber um contexto e, de acordo com Yin citado por Freixo (2009, p. 113), ajudar a construir novas teorias ou ajudar a confirmar ou infirmar as existentes. Fez-se esta opção porque sentimos que a preocupação reside na compreensão mais profunda do fenómeno e não na generalização dos resultados obtidos.

A validade interna do estudo de caso resulta da forma como o investigador foi capaz de demonstrar a relação causal entre os fenómenos. A validade externa mostra até que ponto as conclusões se podem generalizar a outras investigações de casos semelhantes.

4.1.2 Instrumentos de recolha de dados

A entrevista como técnica de recolha de dados, apresenta vantagens e desvantagens. Neste estudo apresenta-se como uma técnica apropriada, na medida em que permite maior flexibilidade possibilitando informações precisas que não se encontram em fontes documentais. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 134) o objetivo da entrevista é recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.

As entrevistas, tal como Bogdan e Biklen (1994) salientam, podem ser utilizadas juntamente com a observação e com a análise de documentos e favorecem a recolha de dados descritivos na linguagem dos próprios sujeitos, assim como o desenvolvimento intuitivo, por parte do investigador, de uma ideia sobre a forma como os indivíduos interpretam determinados aspetos do mundo. Estes autores (1994) defendem que as entrevistas são métodos privilegiados de aceder aos pensamentos, aos significados e às interpretações, próprios de cada indivíduo, sobre o mundo.

Neste sentido, como Cohen e Manion (1990) afirmam, a entrevista é diferente do questionário, pois, no caso do questionário, é pedido ao entrevistado que responda a um conjunto de questões sistematizadas. Enquanto a entrevista, embora seja propensa à subjetividade por parte do investigador, permite uma maior profundidade na recolha de dados do que outros métodos. Ainda assim, Cohen e Manion (1990) defendem que, ao contrário do questionário, com a entrevista o investigador obtém uma taxa mais elevada de respostas e os entrevistados tornam-se mais envolvidos e motivados. Como os entrevistados podem responder livremente às perguntas, através do seu modo de pensar e

de ver o mundo, a investigação que utiliza este método torna-se sensível às referências e respostas próprias dos participantes.

Assim, como forma de aceder aos pensamentos dos sujeitos sobre o lugar e o papel das TIC na democratização do Património, elaboramos entrevistas ao presidente da Câmara Municipal, a dois historiadores e autores de vários livros sobre Valença. Sentimos igualmente a necessidade de entrevistar o técnico superior do arquivo municipal por ter a seu cargo a gestão e coordenação das visitas de estudo aos monumentos da Praça-Forte da cidade de Valença e o Padre da Paróquia de Valença.

Para a realização das entrevistas, considerámos as indicações de Bogdan e Biklen (1994) e, desse modo, informámos os entrevistados sobre o foco da entrevista e os objetivos da investigação; proporcionámos um ambiente propício a uma relação de conforto e confiança; e, finalmente, procurámos ter uma escuta ativa prestando atenção a aspetos de comunicação não-verbal para a posterior transcrição das entrevistas. As questões colocadas aos protagonistas não obedeceram a uma estrutura rígida, de modo a obtermos uma conversa com maior flexibilidade e liberdade, embora se tenha optado por as elaborar previamente e as pré-estabelecer numa estrutura em “funil”, ou seja, estão estruturalmente alinhadas da pergunta geral para a mais particular.

Tendo em conta que se pretende recolher uma informação aberta, que deixe transparecer as interpretações e valores do entrevistado, optou-se pela entrevista semiestruturada. Neste tipo de entrevista, o entrevistador vai lançando questões previamente formuladas, deixando espaço e liberdade para a inclusão de outras questões supervenientes e oportunas. As perguntas abertas facilitam: a troca de perceções sobre determinado assunto ou situação; a expressão das interpretações e experiências dos sujeitos; e, permitem igualmente que o investigador facilite essa expressão aos entrevistados sem se afastar dos objetivos da investigação. O guião de perguntas utilizado foi igual para todos os entrevistados, exceto para o Técnico Superior de Arquivo, que pela sua experiência na gestão e coordenação das visitas guiadas, optamos por colocar mais questões na conversa com o objetivo de se aceder às suas memórias e ao seu mundo de significados sobre o Património Arquitetónico Religioso em análise e a relação deste com as camadas jovens do concelho de Valença, nomeadamente através de perguntas que pretendem compreender a ligação dos edifícios ao território, a importância da sua própria designação e as razões que levam a criar uma ligação significativa entre Serviço Educativo e as Escolas.

A recolha de dados implica estruturação metodológica e calendarização adequadas. Na investigação qualitativa, a observação e a análise documental são estratégias dominantes. Relativamente à observação Bogdan e Biklen (1994, p. 16), referem que o investigador

introduz-se no mundo das pessoas que pretende estudar, tenta conhecê-los, dar-se a conhecer e ganhar a sua confiança, elaborando um registo escrito e sistemático de tudo aquilo que ouve e observa. O material assim recolhido é complementado com outro tipo de dados. Na perspetiva destes autores, a melhor técnica de recolha de dados nos estudos de casos consiste na observação empírica.

Cohen e Manion (1990) salientam que as observações, enquanto métodos que utilizam a perceção imediata como meio principal de pesquisa, têm a possibilidade de obter dados mais válidos e autênticos do que nos casos em que se obtêm por meio da mediação ou da dedução. Este é o fundamento mais forte deste método de recolha de dados empíricos. Os mesmos autores alegam que, por vezes, os intervenientes dizem que fazem determinada coisa e as observações permitem verificar esses elementos. As observações permitem, desta forma, que o investigador seja sensível aos contextos e consiga ter acesso a dados que os participantes possam não se sentir seguros em dizê-lo nas entrevistas. Não obstante, a estes métodos de investigação estão inerentes aspetos menos positivos, nomeadamente nas dificuldades de acesso, na recolha de amostras insuficientes, nas dificuldades na medição e na recolha de dados e em se manter o anonimato. Cohen e Manion (1990) referem ainda, que há vários níveis de observação, nomeadamente a observação participada. Neste nível de observação pressupõe-se que o observador seja conhecido pelo grupo como investigador e, embora este possa ter um contacto com o grupo a ser observado, será contudo menos extensivo. Na nossa investigação a observação participada foi particularmente útil na visita de estudo que os alunos do Agrupamento de Escolas fizeram à Fortaleza, cujo interesse principal consistiu na obtenção de informação detalhada sobre a fruição do Património Arquitetónico Religioso.



Figura 13 – Visita de Estudo (Igreja Santa Maria dos Anjos)

Assim, o observador/investigador deverá definir operacionalmente os aspetos/pormenores a registar e isolá-los. O recurso do registo da imagem através da fotografia possibilitou-nos uma recolha e tratamento da informação mais detalhada e precisa. Relativamente ao papel do investigador nesta pesquisa, a sua participação na observação foi ativa.

Para obter maior riqueza de dados, e, como podem ser utilizados concomitantemente, na metodologia de estudo de caso, utilizamos outros meios que nos permitiu observar e validar a interatividade dos suportes tecnológicos com a utilização de Protótipos pelos alunos durante a visita de estudo.



Figura 14 – Utilização das Tecnologias na fruição do Património.

Este procedimento permitiu-nos consolidar alguns acontecimentos e aprendizagens com uma atitude reflexiva, complementando a informação recolhida através dos outros instrumentos. Como sustenta Bogdan e Biklen (1994, p. 167) todos os métodos têm as suas forças e as suas limitações. Alguns dizem que a fraqueza da abordagem qualitativa reside na excessiva confiança no investigador com instrumento. Por outro lado, outros dizem que este é o seu ponto forte. Estas são simultaneamente características básicas destes instrumentos de recolha de dados, constituindo também argumentos pelos quais devem ser aplicados.

4.1.3 Plano de Ação

Este estudo de caso irá desenvolver-se entre o mês de Setembro de 2011 e Janeiro de 2012.

O primeiro passo é sempre o da seleção do contexto a tratar, sendo neste caso a Fortaleza de Valença, sua história e conseqüente contextualização do seu Património, tendo incidência sobre o Património Religioso Edificado. Deverão ser feitos e desenvolvidos levantamentos patrimoniais, para a constituição de um corpo de saber e de informação organizada, escrita, visual e gráfica dos diferentes edifícios religiosos da Fortaleza.

Escolhemos os edifícios arquitetónicos religiosos intramuros que ao longo dos tempos tiveram um papel mais ativo na construção da identidade do espaço urbano, todos aqueles que mesmo com o passar do tempo se mantiveram vivos pelo seu papel no quotidiano da cidade e que a própria se preocupou em manter, quer pelo seu valor histórico quer pelo seu contributo para a vida ativa da cidade e dos cidadãos.

Esta triagem é sempre importante quando se fala de um projeto desta categoria, pois tendo em conta que se pretende alcançar um público variado, a informação não pode ser demasiado vasta nem em quantidade nem em qualidade, até porque se se alongar a informação pode perder-se de vista o objetivo essencial, que é o de se interagir com o maior número possível de utilizadores.

Após a seleção do Património a tratar elaboramos, inicialmente, um breve resumo da história desse património, contextualizando-o e referindo os acontecimentos que ao longo dos tempos lhe conferiram a identidade que hoje apresentam. Seguidamente procedeu-se à caracterização mais concreta e específica de cada monumento. Cada um deles é caracterizado segundo o século em que se insere, a estética que utiliza, os seus autores e claro as características arquitetónicas que lhe conferem unicidade e identidade.

Esta recolha inicial de informação e o seu conseqüente tratamento são essenciais para projetos deste tipo. Todo o desenvolvimento do projeto e do sistema em si assentam na informação que se recolheu, que por sua vez tem que ir de encontro aos objetivos do sistema.

Não chega recolher informação acerca do Património e da sua contextualização; utilizando premissas de usabilidade e tendo em conta o público-alvo que se pretende atingir, a informação tem que ser desconstruída e categorizada de forma a ser mais facilmente apreendida pelos utilizadores em geral.

Esta situação permitiria a unificação do património arquitetónico religioso existente Intramuros, que estaria disponível para os diferentes serviços municipais, podendo também

contemplar uma versão Web, disponível na Internet para a população em geral. O facto de possuir sistema cartográfico, permitiria a interpretação do património em relação à sua localização territorial e não desfasada da sua realidade, contendo todos os elementos relacionados com cada unidade patrimonial – edifícios religiosos.

Pela multiplicidade de elementos patrimoniais existentes na Praça-Forte da cidade de Valença, torna-se necessário, como ação de salvaguarda, proteção e dinamização cultural, a realização de uma Rota do Património Arquitetónico Religioso.

4.1.4 Considerações Éticas

Tratamos os sujeitos entrevistados com respeito e de modo a obter a sua cooperação na investigação. Informamos sobre os objetivos da investigação e obtivemos o seu consentimento para registar com tecnologia de gravação as respostas ao questionário do guião previamente elaborado antes das Entrevistas. Como afirmam Bogdan e Biklen,

Nada pode ser mais devastador para um profissional do que ser acusado de uma prática pouco ética. Ainda que a palavra sugira imagens de uma autoridade suprema, em investigação, a ética consiste nas normas relativas aos procedimentos considerados correctos e incorrectos por determinado grupo.

(Bogdan & Biklen, 1994, p. 75)

Procurámos de certa forma proteger a identidade dos entrevistados para que a informação recolhida não fosse motivo de qualquer transtorno ou prejuízo. O anonimato contemplava também a informação recolhida durante as observações e foi nossa preocupação nunca revelar a terceiros informações sobre os sujeitos, tendo o cuidado de não partilhar informação no local da investigação para ser utilizada de forma pessoal ou política.

Na transcrição das entrevistas procuramos ser autênticos, não distorcendo dados por razões ideológicas ou outras, sem pressões, valorizando a característica mais importante do investigador que é a fidelidade.

4.2 Apresentação, análise e interpretação de resultados

A revisão de literatura e a recolha e análise de informação foram fundamentais neste estudo, bem como o uso dos instrumentos (observação e entrevistas) utilizados na obtenção

de dados necessários à investigação. A recolha de dados secundários foi essencial no complemento às informações recolhidas.

Relativamente à fase do tratamento dos dados, Freixo (2009, p. 219) refere que há três funções de relevo: extrair conclusões; interpretar os resultados e apresentar as implicações desses resultados. Após o trabalho de campo, é necessário proceder ao tratamento dos dados recolhidos através da análise das entrevistas, dos documentos consultados e da observação realizada.

Visto que as entrevistas eram o ponto fulcral da obtenção de dados primários, o processo foi previamente preparado. Todas as questões a serem colocadas foram pensadas, para que o guião correspondesse às necessidades desta investigação e fosse perceptível e conciso no momento do contacto com os sujeitos entrevistados. O guião de entrevista (Anexo I) era composto por várias questões. Todos os entrevistados responderam às questões, o que permitiu realizar uma sinopse (anexo II) que posteriormente serviu para comparação e confrontação de dados no processo de análise de conteúdo.

A entrevista foi o meio utilizado na recolha de grande parte da informação que permitiu a elaboração de uma análise meticulosa de dados. As cinco entrevistas foram realizadas entre 16 e 31 de Janeiro de 2012, de forma direta e pessoal, com a duração média de cinquenta minutos e com o recurso a tecnologia de gravação. Antes de cada entrevista, foi explicado a cada sujeito quais os objetivos desta investigação, bem como a finalidade da informação que ia sendo recolhida e a rota que se pretendia criar com recurso às TIC.

A primeira abordagem da entrevista consistia em recolher dados relativos aos entrevistados: nome e formação do entrevistado e sua responsabilidade perante o cargo que desempenhavam. Dos cinco entrevistados, dois representavam funções de responsabilidade na Câmara Municipal de Valença (Presidente da Câmara e Técnico Superior de Arquivo), dois partilham a mesma paixão pelo património e sua divulgação sendo autores de vários livros sobre Valença e um representa a Igreja (Pároco da Paróquia de Valença). As respostas foram transcritas para uma sinopse o que facilitou a análise dos dados (Anexo II). Em relação à questão número um – Sobre o valor histórico e patrimonial da fortaleza? – Todos os entrevistados consideram que a Fortaleza constitui um valor universal excecional pela beleza única do espaço, pela grandiosidade das muralhas e de outros monumentos edificados, fruto da capacidade criativa do Homem, pela memória de lutas, cumplicidades, culturas e conhecimentos dos povos ao longo de séculos. Como disse o Entrevistado (A), “ficamos pequenos quando contactamos com este vasto património; não é só físico, mas que nos envolve do ponto de vista emocional”. Afirma ainda que “esta joia da coroa é o ex-libris não só de Valença, mas de toda a região Norte e do País”.

A convicção, manifestada pelos mais de dez mil visitantes (média diária)⁷ da Fortaleza, em que 96% considera que esta tem um grande valor histórico e patrimonial e 98% que a apresentação da candidatura a Património Mundial é positiva e muito positiva, demonstra o consenso existente na opinião pública sobre o seu valor universal excepcional. “A Fortaleza tem uma dimensão grande, são cerca de 5000 metros de perímetro de muros e o facto de ter dois polígonos, o que lhe dá uma monumentalidade muito grande e depois também o estado de conservação” (Entrevistado C). A área que se apresenta a classificação pela UNESCO como Património Mundial é constituída por fortificações abaluartadas, núcleo edificado intramuros com área de 212 233 m², amuralhada, composta de 224 edifícios, que se desenvolve em dois corpos, o recinto Magistral e a Coroada. O Entrevistado (A) sente uma grande “paixão pela sua imponência”. Já para o Entrevistado (E), acarreta responsabilidades acrescidas: “acrescentaria que esta riqueza para o usufruto da povoação é uma dor de cabeça para o pároco, porque uma coisa é ser pároco de uma paróquia que tem uma Igreja, e que quando é preciso restaurar esta peça assim se faz, outra coisa é ter cinco”.

Quando questionados como conciliar a preservação da autenticidade do Património face ao poder da mudança, o entrevistado (C) defende “a preservação para e pelas pessoas desses valores identitários e de autenticidade” acrescentando que “as pessoas hoje em dia têm consciência da importância do nosso património”. Para o Entrevistado (A), “este equilíbrio não é fácil”, mas “deve ser vivenciado; as pessoas gostam de tocar no Património quer do ponto de vista físico quer do ponto vista das emoções”.

A procura de respostas para este complexo problema obriga a encarar a intervenção de conservação do património, como uma operação que atue e respeite essencialmente a memória viva que tem a Fortaleza de Valença. Como disse o Entrevistado (B),

(...) as cidades devem acompanhar a evolução dos tempos modernos e o seu desenvolvimento; e sobretudo para as pessoas e pelas pessoas; não descuidando as questões patrimoniais, porque isso é também a memória das pessoas, dos nossos ancestrais que nos legaram este património e que nós agora, apesar da evolução, temos de acompanhar e devemos preservar e salvaguardar.

(Entrevistado B)

A relação do planeamento com a cidade histórica tem que ser entendida como um processo dinâmico, onde se gere a permanente ligação entre os valores a preservar com as funções e atividades necessárias ao âmbito utilitário da cidade. “A mudança é tanto mais válida,

⁷ Estudo de opinião efetuado pela Omnisinal, Lda, entre os dias 12 e 18 de Agosto de 2011.

quanto melhor aproveitamento tiver aquilo que já existe, nesse aspeto não colide com o património; o património só enriquece o futuro e as nossas memórias” (Entrevistado C).

A percentagem de edifícios em ruína dentro da Fortaleza de Valença é quase nula tendo uma taxa de ocupação habitacional reduzida, com média etária dos ocupantes superior a 60 anos, sendo a desertificação mais acentuada no Recinto Magistral. Disse o Entrevistado (A) que “Valença chegou a uma situação que vai originar a médio prazo algumas transformações, nomeadamente, na ocupação”. No seguimento destas afirmações, confirma que a tipologia de ocupação é maioritariamente do comércio (60% do edificado), não deixando, contudo, de ter esperança sobre o futuro: “estou convencido que Valença, e toda a sua zona amuralhada voltem a ter uma função residencial, como no passado; temos comércio e pouca habitação; deve haver equilíbrio” (Entrevistado A). Para o Entrevistado (B) “é muito importante não descorar o aspeto residencial, porque os centros históricos vivem para as pessoas e as pessoas vivem para o centro histórico; e um centro histórico sem as pessoas acaba por morrer”. “Haveria toda a vantagem em inverter esta situação” afirmava o Entrevistado (C) quando questionado sobre o mesmo assunto. Continuou dizendo, que as “pessoas devem sentir que vale a pena habitar dentro da Fortaleza; que era um privilégio; claro que teriam que criar condições para que as pessoas pudessem lá viver”. “A Praça-Forte precisa de ter edifícios, serviços que contribuam para a dinamização do Centro Histórico” (Entrevistado C).

Os moradores deixaram de ser proprietários dos prédios e, por sua vez, estes deixaram de ser os ocupantes, em substituição dos comerciantes que se foram instalando nos pisos adjacentes às ruas, para criação de lojas. “A Fortaleza está praticamente desertificada; não vive ninguém no seu interior; só existe comércio e no fim do dia desaparece tudo; é um problema que já se arrasta há bastante tempo” (Entrevistado D).

As preocupações do Entrevistado (E) são de ordem eclesiástica afirmando que “não só a população se desviou desta área geográfica como as preocupações comerciais sobrepuseram-se às preocupações religiosas; é uma terra com dificuldades pastorais”. Continua, dizendo que “temos um riquíssimo património mas não vê da parte da população grande entusiasmo em valorizar o património religioso porque aqueles que mais estavam ligados à Igreja têm desaparecido e os mais jovens estão afastados da Fortaleza”.

A Fortaleza de Valença tem vindo a sofrer ações de reabilitação urbana a cargo de várias entidades como a Câmara Municipal, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e União Empresarial do Vale do Minho e Ministério da Justiça. Sobre este assunto, todos os entrevistados evidenciaram que as obras que foram realizadas merecem nota positiva. Que o trabalho que se fez, do ponto de vista das infraestruturas é muito importante. Para o

Entrevistado (C), “está a ser feita tendo em conta as características da Praça-Forte, com orientação de um grande arquiteto (Souto Moura); o trabalho é válido e só pode enriquecer a Fortaleza no aproveitamento dos seus espaços, na conjugação do granito com a madeira, com as águas, mantendo inalterada o seu aspeto exterior – a sua traça original”.

Sobre o contributo que será dado com a classificação da Fortaleza de Valença a Património da Humanidade da UNESCO, dentro destes valores culturais de unidade e de autenticidade, todos os entrevistados foram unânimes em dizer que a inscrição vem contribuir para a sua proteção e promoção procurando a afirmação do local à escala mundial, mediado pela UNESCO e mediatizado pelos meios de difusão nacionais e internacionais. “Já é um passo decisivo para lhe dar uma projeção em termos de comunicação social, em termos turísticos que ela não teve no passado; está a afirmar-se como um espaço a visitar, não só na nossa euro região mas a nível internacional” (Entrevistado A). “Tudo o que se fizer em prol da candidatura é positivo, mesmo que o resultado da sua inscrição seja negativo” afirmou o entrevistado (D). Para Jorge,

A Igreja deverá ver na comunidade um parceiro incontornável e um recurso importante para a proteção dos seus bens culturais. Sem este reconhecimento de integração no espírito da opinião pública, forte, alargado, sincero e inalienável, nunca a sua salvaguarda será um tema político, socio-cultural e económico e, portanto, público.

(2005, p. 70)

Sobre o interesse patrimonial da arquitetura religiosa intramuros, as respostas dos entrevistados são concisas: “as origens da Fortaleza assentam sobretudo, como era característico da idade média, na sua componente religiosa; a vivência que se fazia girava em torno da Igreja Matriz e da influência da própria Igreja” (Entrevistado B); “Desde a Igreja da Misericórdia, de Santo Estevão até à capela do Bom Jesus, na Coroada; são importantes para quem nos visita; nesta componente urbana temos um conjunto de peças arquitetónicas de grande valor” (Entrevistado A).

Mas, há sempre um senão, e segundo o Entrevistado (C) a arquitetura religiosa tem sido pouco divulgada. “O que na realidade acontece é que há um grande défice de informação; hoje em dia, quando aparece o turista, o visitante, os próprios peregrinos que vêm a Santiago e aproveitam para conhecer o nosso património, não há ninguém que tenha tomado a seu cargo a função de esclarecer essas pessoas; o que nós vemos são pessoas que entram e saem das Igrejas sem qualquer tipo de informação”. Também para o entrevistado (D), “o património arquitetónico religioso não está divulgado; é importante a sua divulgação porque marcou momentos importantes na história de Valença”.

Ainda sobre este assunto, o entrevistado (C), vê “com bons olhos a criação de uma base de dados que possa fazer a gestão deste património e quanto mais rápido melhor, não tenho dúvida nenhuma”.

Relativamente à implementação e uso prático de uma rota do património arquitetónico religioso intramuros, os entrevistados evidenciam dois aspetos: vantagens na realização deste percurso e questões relacionadas com os distintos horários de funcionamento das Igrejas/Capelas. “Sobre este assunto, já identificamos a necessidade de criarmos percursos pedonais dentro das Muralhas” (Entrevistado A). Para o entrevistado (D) “os percursos que existem são generalistas; não existe uma rota específica sobre o património arquitetónico religioso”, afirmando ainda que “o trajeto pedonal também é acessível porque os obstáculos são praticamente inexistentes”. O Entrevistado (E) assegura que a “comunidade paroquial tem por hábito abrir de manhã as igrejas e capelas e fechá-las só à noite; é bom que haja um percurso identificativo para que as pessoas” tenham acesso “pleno e amplo a estes espaços religiosos”. A análise de conteúdo realizada permitiu também sedimentar esta conclusão, na medida em que a motivação dos sujeitos entrevistados é maior do que os obstáculos por eles apontados, embora os sujeitos, na sua maioria, valorizem os benefícios inerentes à criação de uma rota das igrejas.

Para os entrevistados a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na concretização e desenvolvimento de projetos de difusão do Património Religioso é fundamental. “O suporte papel está fora de prazo; hoje nalguns nichos do Turismo os visitantes já querem ter acesso à informação essencial, antes da visita, através da Internet para melhor usufruírem desse património; se tiverem possibilidades de descarregar software para suportes tecnológicos – telemóveis – acho que é uma mais-valia para os municípios” (Entrevistado A). “Seria uma ferramenta essencial”, disse o Entrevistado (B) e persistiu nas suas respostas: “que era bom usar as TIC? Era; que fossem utilizados suportes tecnológicos? Sim; Seria fantástico, mas neste momento não existe”. O Entrevistado (D) vê nas TIC um “papel importante na divulgação do património, sobretudo junto das camadas mais jovens, que utilizam as tecnologias com alguma facilidade”.

Uma das formas de dinamizar uma região é associar o Turismo à fruição do Património, pois o fluxo de visitantes e receitas por eles gerados não se limita apenas ao espaço Igreja/Capela, mas também ao espaço envolvente, beneficiando a comunidade local e permitindo a criação de sinergias entre diversos agentes e respetivas áreas de negócio. Para que tal aconteça e seja salutar para todas as partes, é imprescindível que exista um planeamento integrado e uma gestão dinâmica e otimizada da informação, promovendo a nossa identidade, numa perspetiva sustentável desses bens patrimoniais. Sobre este

assunto o Entrevistado (D) assume que “não existe” entidade para fazer a gestão dos dados e da informação do Património Religioso e caso venha a existir deveria ser a autarquia a assumir essa gerência, porque “tem técnicos que facilitam todo o trabalho a desenvolver nesse âmbito”.

As pessoas têm ideias, mas falta a coragem para implementar um projeto ou apoios; a autarquia tem aqui um papel importante a desempenhar; é essencial que o município apoie iniciativas que valorizem o nosso património, só assim será possível valorizar e preservar a nossa identidade e manter a autenticidade dos nossos bens patrimoniais.

(Entrevistado D)

Para o Entrevistado (E) é aí “que o problema se agrava, porque ao nível da Diocese será raríssimo o pároco e a terra que tem já alguma coisa nesse sentido; a maior parte dos párocos já têm cartório paroquial computadorizado, mas, para além disso, dificilmente, não tem nenhuma forma, nem técnica, nem financeira para elaborar esse sistema de gestão de dados”, reafirmando que “só uma estrutura muito bem conciliada entre Igreja, Município e comunidade paroquial, responsabilmente pudessem, pouco a pouco, avançar nesse sentido; seria uma obra muito interessante”. O Entrevistado (A) expressa a mesma opinião sobre a gestão deste sistema de dados e informação afirmando que “deverá pertencer ao Município, mas, com responsabilidades tripartidas: Autarquia, Igreja e Comunidade Local”.

A Educação Patrimonial, enquanto metodologia, propõe o reforço dos valores identitários através da promoção do património. Este é assumido como o recurso primário para o desenvolvimento de uma consciencialização por parte da população local para a sua proteção e salvaguarda inculcando, desta forma, atitudes cívicas principalmente às crianças em idade escolar. Para o Entrevistado (A), a utilização das TIC são essenciais “para cativar os mais jovens, nomeadamente, na educação patrimonial; os conteúdos abordados deverão contar uma história e se for com o auxílio das tecnologias, melhor”. Já o Entrevistado (B) verificou: “com a minha experiência de contacto com a juventude, a partir dos 13, 14 anos, resultante das visitas de estudo guiadas, verifiquei que a juventude de Valença não conhece a Fortaleza”.

Deste modo, as ações educativas concebidas e dinamizadas pelo Serviço Educativo da Câmara Municipal de Valença são por excelência situações históricas e sociais que acontecem num período de tempo determinado e que se prestam a ser observadas. Embora tivéssemos a consciência de que a presença do investigador pudesse interferir no comportamento habitual do técnico do município e, inclusive, dos participantes nas ações educativas (alunos), consideramos que as observações foram úteis e permitiram obter uma

melhor compreensão sobre as dinâmicas educativas daquela situação. Assim surge o UED em que o desenho do sistema é feito visando os seus utilizadores e o seu contexto de uso. O seu maior desafio foi a implementação dum sistema cuja utilização fosse o mais empírica e intuitiva possível, devendo para tal, diluir-se no contexto em que era utilizado. Por isso foi necessária a análise dos utilizadores e dos contextos de uso do sistema; visto que estamos a lidar com um sistema que ainda não foi implementado apenas podemos supor quem o irá utilizar e em que contexto o fará. Assim pensamos numa estrutura de sistema simples e intuitiva, com uma navegação acessível a todos, não esquecendo a questão do tipo de suporte em que será implementado. A aprendizagem e análise das premissas do UED foram essenciais para delinear a estrutura do sistema. Após a definição do UED traçaram-se diagramas necessários para a compreensão do funcionamento do sistema em si e de que forma interage com os seus utilizadores e com o contexto em que se inserem. Neste caso específico o diagrama que melhor responde à situação foi aquele que melhor retrata a relação do sistema com o meio em que se insere e o seu próprio comportamento. Finalmente procedemos à avaliação do sistema e da sua usabilidade analisando o protótipo em papel e inspecionando-o com base na avaliação presencial de alguns usuários, neste caso, alunos da escola Básica e Secundária de Valença, numa visita guiada à Fortaleza de Valença.

Num estudo de opinião encomendado pelo Município de Valença (Anexo III), tendo como objetivo avaliar a posição dos visitantes sobre o valor patrimonial da Fortaleza, quando questionados sobre os motivos da visita à Praça-Forte, 51% dos inquiridos responderam o Turismo/Férias e 14% o comércio. Sobre a nacionalidade, 35,12% corresponde à Espanhola, 51,23% à Portuguesa e 8,74% à Francesa. Valença é considerada a 3ª Praça-Forte do País, de grande importância na região Norte de Portugal, uma referência no Noroeste Peninsular, como espaço de conhecimento histórico e científico, potenciador de mais rasgados horizontes de progresso. Na Carta Internacional do Turismo Cultural (ICOMOS – 1999), o Turismo

É olhado sob três perspectivas. Em primeiro lugar, enquanto sensibilizador, catalisador e sustentador de políticas de preservação, podendo, quando bem gerido, ser um excelente motor de desenvolvimento. Em segundo lugar, enquanto fenómeno complexo, no que concerne por exemplo a gestão da relação visitante-residente. E por último, como motivação para a preservação do património cultural e natural.

(Pinho & Sousa, 2005, p. 188)

Deste modo, e analisando as variáveis apresentadas e tendo em conta a percepção dos entrevistados, conclui-se que o património arquitetónico religioso associado ao Turismo Cultural apresenta-se como um fator de dinamismo local, nacional e internacional.

4.3 Sumário

Neste capítulo abordamos os princípios teóricos do Estudo de Caso, bem como os conceitos associados a esta metodologia de investigação científica de cariz qualitativo. Feita a abordagem teórica, com as suas vantagens e desvantagens e escolhidos os instrumentos de recolha de dados apresentamos o plano de ação inerente à investigação que se pretende estudar inserida no seu contexto.

Expressamos algumas considerações éticas no decorrer da investigação e por último interpretamos resultados de dados recolhidos através da análise das entrevistas, dos documentos consultados e da observação realizada.

CAPÍTULO V – CONCLUSÕES E FUTURAS IMPLICAÇÕES

Neste capítulo são discutidos e apresentados os resultados e as conclusões finais desta investigação. Tendo presente a revisão bibliográfica e com base nos dados recolhidos, nomeadamente das observações, das entrevistas e das notas de campo, procurou-se analisar e refletir retirando conclusões acerca da existência ou não de um sistema de informação capaz de gerir o inventário do património identificado, promovendo a elaboração de memórias e da nossa identidade, numa perspetiva de gestão sustentável dos bens patrimoniais com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Seguem-se algumas conclusões agrupadas em dois itens que foram considerados marcantes e importantes nesta investigação, a saber:

- (i) A Inovação nas formas de fruição do Património;
- (ii) O papel das TIC no desenvolvimento do Projeto.

Para finalizar é feita uma apreciação sobre o contributo deste estudo e as suas implicações para futuras investigações.

5. Inovação nas formas de fruição do Património

Feito o trabalho que serviu de base ao projeto, como seja a caracterização da Fortaleza e do seu património arquitetónico religioso, o passo seguinte foi a criação de um processo de fruição que fosse inovador e que estivesse próximo do público-alvo. Levar os utilizadores/turistas a interagirem com o Património em tempo real de visita, foi o objetivo. Aqui residiu o fator “surpresa”, o fator “inovação”. Fuir Património através de rotas pré definidas não é de todo um conceito novo, no entanto levar essas rotas até ao local e aceder-lhes através de um sistema que permitisse interagir com elas é efetivamente um conceito renovado e bastante atraente, assim como o acesso à informação sobre o que se visita em tempo real que pode ser (e é) uma mais valia.

O processo de pesquisa e receção de informação sofreu uma grande transformação ao longo dos tempos, acabando por elevar as expectativas dos sistemas de informação e para além disto, há agora uma enorme quantidade de informação digital, em imagem, texto, som e vídeo que é preciso utilizar. No que diz respeito ao Turismo, e até aos dias de hoje, esta informação é pouco utilizada pelos guias de viagens, sejam eles tradicionais ou eletrónicos, permanecendo assim inacessível aos turistas. Algumas das tentativas para fazer chegar esta informação aos visitantes são algo como quiosques de informação turística que

obrigam o turista a sair do sítio em que se encontra e que pretende conhecer para obter informações adicionais. Temos que alterar este paradigma se pretendemos ser competitivos e acompanhar a própria evolução das TIC no que diz respeito à sua capacidade e forma de conseguir/receber informação. Este passo evolutivo da informação poderá ser dado através de aplicações que permitam receber informação e conteúdos multimédia, sem grande esforço e de forma adequada às necessidades e pretensões dos próprios visitantes.

Um turista é, normalmente, alguém com alguma informação sobre o ambiente que está a visitar e com um forte interesse em explorar esse mesmo ambiente. Se tiver uma visão extra da realidade, com informação complementar sobre o que está a ver, poderá aumentar o seu interesse em visitar certos locais, ajudá-lo a escolher o que visitar depois e a criar os seus próprios itinerários de uma forma mais interessante e completa. Porque mesmo olhando para algo interessante, como um monumento ou um local histórico, este pode parecer bem menos interessante devido à falta de contextualização e de visão que o turista tem sobre o mesmo.

A transmissão de informação baseada em dados de posicionamento (GPS) é o foco central do desenvolvimento da proposta de aplicação deste estudo, ou seja, um passo evolutivo na orientação e receção de informação turística. Com este estudo de caso pretende-se dar um contributo para impulsionar a inovação ao nível da fruição do Património em Portugal, com o desenvolvimento de serviços georreferenciados e com recurso às TIC.

A conclusão é a de que é necessário (re)inventar novas formas de fruição do Património e a interação com o objeto de interesse é sempre um atrativo. Tendo em conta que o conceito de rota pré definida é um conceito banal e corrente, tentamos criar uma rota que de alguma forma fosse inovadora e que permite-se o conhecimento do património sob várias perspetivas.

5.1 O papel das TIC no desenvolvimento do Projeto

Finalizado o trabalho de investigação começamos a delinear a forma como as tecnologias servirão a fruição do Património, e é a partir deste ponto que começam a surgir as especificidades do projeto aliada às aprendizagens técnicas, que surgem precisamente nesta fase.

Conceitos como “saber usar” são essenciais para desenvolver projetos deste tipo. Estando definido o objetivo do sistema que se pretende implementar foi premente a aprendizagem do processo que permitiu desenhá-lo. O que pretendemos foi criar um sistema que esteja

disponível em suportes portáteis com ligação à Internet e GPS. Para tal é necessária a implementação de sistemas “wireless” junto de cada um dos monumentos que integram o projeto, porque não existem em número suficiente, mas que se pretende alterar com implementação de mais pontos de acesso (Entrevistado A). Através dessa rede “wireless” o turista/visitante receberá uma mensagem no seu dispositivo móvel com a ligação ao sistema que lhe permitirá uma interação com o património e também com outros turistas que se encontrem no mesmo local.

Na generalidade o sistema permitiu ao utilizador ter acesso à descrição e contextualização dos monumentos que visita em tempo real. Permitiu também que o utilizador selecione o percurso consultando o respetivo mapa e que aceda a toda a informação sobre a rota, a sua temática e de que forma aquele monumento específico se engloba no tema a que está subordinado.

O sistema funcionou também como uma “rede social cultural” uma vez que possui a opção de acesso a um “*Chat*” onde os visitantes/turistas que se encontram no mesmo ponto patrimonial podem “entrar” e trocar informações sobre aquele ponto, sobre aquela rota ou sobre outros que tenham visitado. O sistema permitiu ainda o acesso a vídeos, histórias e vivências, fazendo de certo modo uma ponte entre o Património edificado e o imaterial, ou seja o cultural.

Sendo este um sistema que permite algumas aplicações e interações é essencial pensar-se num processo que esteja ao alcance de todos os utilizadores.

Finda a memória descritiva de todo o processo de conceção do projeto procedemos a uma reflexão acerca da sua especificidade, que residiu essencialmente na forma como se aliam as TIC ao Património e à Cultura. O conceito de fruição do Património através de um web site onde se pode consultar informação organizada em rotas pré existentes é efetivamente um conceito corrente e vulgarizado. A originalidade deste projeto residia na questão de se levar essa informação até ao local sobre o qual se pretende pesquisar e poder no tempo real da visita aceder a uma quantidade vasta de informação, descritiva, visual e até mesmo interativa. Como resultado desta convergência histórica e da mudança tecnológica, Castell afirma que,

entramos num modelo genuinamente cultural de interação e organização social. Isto porque a informação representa o “ingrediente-chave” da nossa organização social e porque os fluxos de mensagens e imagens entre redes constituem o encadeamento básico da nossa estrutura social.

(Castell, 2002, p. 615)

Essa transposição da informação para o local e em tempo real da visita é possível graças à conceção de um sistema inovador, que estará disponível em dispositivos tecnológicos móveis. O levantamento da informação é essencial e é a base de todo o projeto. Tendo em conta o público abrangente a que se dirige é necessária uma seleção cuidada e atenta da informação disponibilizada, para que esta seja acessível a todos. Mas não se pode descurar a vertente da inovação e da atração que se pretende criar nos utilizadores. A especificidade reside no modo como se projetou a conceção do sistema. O sistema que ainda não passou a fase de protótipo é pensado no mundo das hipóteses e aí optou-se por uma conceção com base no UED, estruturando um sistema dirigido ao seu utilizador, sempre orientado pelas premissas da Usabilidade. O que pretendemos é que o público utilize o sistema e visando esse objetivo tão básico e tão simples aliado ao contexto de uso, seja concebido assentando em pressupostos de simplicidade, pragmatismo e intuição.

Considerando o valor multidimensional do património, seria interessante fazer uma divulgação à escala nacional e internacional. A Internet seria a plataforma de ampla divulgação escolhida para este projeto. Não sendo o único meio a utilizar para a divulgação do património arquitetónico religioso, uma vez que serão feitos roteiros digitais, aplicações informáticas de rotas, será um meio privilegiado porque permite promover a democratização da cultura, dando acesso imediato à informação e divulgando-a a todos de uma forma atrativa e apelativa.

5.2 Conclusões

A relação entre cultura e tecnologia vive hoje tempos de mudança. A sociedade cultural olha já de outra forma para a integração de tecnologias interativas na fruição do Património. A tecnologia começa a tornar-se num meio privilegiado para alcançar e divulgar a cultura.

Ao implementar soluções interativas num espaço patrimonial, estamos necessariamente a modificar a relação entre o visitante e o património. A fusão do tecnológico com a história passada de cada objeto, do real atual com o real que já passou, faz emergir uma nova atmosfera onde distintas narrativas ganham forma. As pequenas histórias encerradas nos objetos falam com o visitante, através de palavras, imagens e sons, tendo como ponto de ligação a interatividade com o corpo. As interfaces tecnológicas assumem-se como pontes de acesso ao enredo histórico de cada objeto, permitindo a construção de valiosas pontes entre o passado e o presente. Como afirma Jorge,

Preservar a identidade histórica ou tradicional significa, de resto, declarar-se também partidário da continuidade qualificada do novo na História, através de um diálogo criterioso e articulado com o moderno, com os novos usos e exigências socioculturais e com as conseqüentes transformações da arquitetura, face às oportunidades e capacidades do desenvolvimento da ciência e das inovações tecnológicas (amanhã, hoje, será ontem).

(2005, p. 53)

O Património cultural precisa de combinar conteúdos com tecnologia e gestão, e de implementar novas iniciativas de divulgação do património e adotar as soluções tecnológicas mais adequadas. No entanto é necessário usar a tecnologia de forma eficaz e coerente, para que um sistema interativo esteja plenamente integrado nesse espaço e proporcione uma experiência interativa gratificante. O sistema deve ser suficientemente invisível para garantir a sua integração e ser bem desenhado, de forma a garantir uma imediata comunicação com o turista/visitante.

A opção por um estudo de caso permitiu obter maior riqueza de informação e conhecimento. O caso foi tratado com profundidade, procurando o completo entendimento da sua natureza, das suas circunstâncias, do seu contexto e das suas características. Enquanto investigador procurei desenvolver estratégias que resolvessem problemas. Nesta linha de pensamento, Freixo (2009, p. 110) refere que a base do estudo de caso “é essencialmente o trabalho de campo ou ainda a análise documental, estudando uma dada entidade no seu contexto real tirando todo o partido de fontes múltiplas com recurso a entrevistas, observações, documentos e artefactos”. Assim, procuramos através de uma procura sistemática, crítica e autocrítica contribuir para o progresso do conhecimento na valorização do Património Arquitectónico Religioso Intramuros. Para Jorge,

Esta herança patrimonial, determinada e amadurecida pela sua plenitude histórica bimilenária, sentido e beleza objectiva, constitui a imagem singular e integrante da nossa civilização, isto é, o elemento indissociável e definidor da nossa natureza e cultura, do nosso modo de vida e da nossa paisagem histórica.

(2005, p. 67)

Uma vez que somos todos detentores de património e o património encontra-se repartido por várias entidades, entre elas o Estado, a Igreja e os privados, os modelos de gestão integrada do património cultural deverão prever um entendimento entre estas entidades, no sentido de todas elas poderem contribuir para o mesmo fim, a preservação, a conservação e a fruição do património pela comunidade. Cada vez que se pretende recuperar um bem, deveremos ter em conta a sua sustentabilidade, ou seja, os meios financeiros disponíveis, os recursos humanos e os gastos envolvidos na gestão do quotidiano desse bem cultural e

as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento de ações nesse espaço. Dizia o Professor Leonel Fadigas nas últimas jornadas do Centro do Património da Estremadura que, “sendo um recurso, o Património é reutilizável, mas não reciclável e sendo uma fonte de produção de riqueza intelectual e económica é, de facto, um bem económico, mas não de troca” (Vieira & Magalhães, 2009, p. 99).

Se é uma verdade triste que a Igreja e a generalidade das paróquias já não têm capacidades financeiras suficientes para suportarem, sozinhas, a conservação do seu precioso património como afirmava o pároco da Paróquia de Valença, a responsabilidade constitucional do Estado deve ser exercida sem vacilações⁸, mas também, a Igreja deverá manter uma atitude dialogante e promover a valorização do seu legado cultural religioso junto da opinião pública, do qual somos todos depositários.

Concluimos que mais importante até que a própria recolha da informação é o tratamento que lhe é dado, a seleção que é feita é essencial para que o desenvolvimento do sistema tecnológico resulte no contexto do projeto tornando possível uma interação simples e intuitiva e ainda de grande alcance.

A Fortaleza de Valença é uma cidade detentora de um vasto e rico leque de Património edificado, reflexo de uma longa história cultural e universal excecional pela beleza única do espaço, pela grandiosidade das muralhas, fruto da capacidade criativa do Homem, pela memória das lutas, cumplicidades, trocas de bens, culturas e conhecimentos de povos ao longo dos séculos.

Esperamos com este trabalho contribuir para a inventariação do património arquitetónico religioso, para fomentar a sua investigação e divulgação, o que, hoje em dia, constitui um imperativo para a salvaguarda dos vestígios do passado e da nossa memória coletiva.

Apesar da importância dos meios tecnológicos a sua eficácia depende em primeiro lugar dos conteúdos e em segundo de uma estratégia.

5.3 Implicações para futuras investigações

A Fortaleza de Valença, à semelhança da generalidade das Praças-Fortes Portuguesas, encontra-se ainda mal estudada como sistema fortificado. A evolução da sua construção é razoavelmente conhecida, mas é necessário aprofundar e saber quais foram as

⁸ De acordo com o artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, o Estado tem o dever e o poder de proteger e valorizar o património cultural do povo Português, isto é, de preservar a identidade nacional, respeitando os agentes promotores de cultura e criando medidas jurídicas, financeiras e organizacionais.

condicionantes do terreno que levaram às tomadas de decisão, no que se refere à construção do Corpo Principal da Praça e da Coroada. Para Lobo,

Esse aprofundamento, que é um desafio para os investigadores passa pelo conhecimento:

- das escolas de fortificação, com as suas regras geométricas e sucessivas decisões inerentes, que levaram à construção do complexo sistema abaluartado.

(2000, p. 46)

Na relação entre as TIC e o Património Arquitetónico Religioso da Fortaleza de Valença, aproveitamos as capacidades da tecnologia que já existia e está disponível para inovar e trazer vantagens significativas para os utilizadores. Um modo de inovar passou pela forma como apresentamos esses conteúdos.

A introdução de Realidade Aumentada (RA) poderá ser o próximo passo evolutivo dos serviços móveis aplicados ao Património permitindo fornecer informação contextualizada e que amplia a informação que o lugar por si oferece ao utilizador/visitante.

A tecnologia QRCode (ou Código de Barras em 2D), ainda pouco utilizada no nosso país, pode ser colocada ao serviço do património e da cultura. É preciso ligar o objeto com aquele que o procura. Proporcionar informação quando ela é mais necessária. Com esta tecnologia e um programa de leitura QRcodes bastará apontar o seu telemóvel ao QRCode do monumento, e com isso aceder a uma página de Internet, com todas as informações disponíveis sobre esse monumento (fotos, vídeos e textos). Vai poder visitar virtualmente monumentos que se encontravam fechados, ou simplesmente encontrar mais informação sobre os mesmos. Poderá também ter informações sobre a sua localização, ou ter sugestões de visitas a outros locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, A., & Belo, D. (2007). Portugal Património (Vol. I). Circulo de Leitores.

Alves, L. (1987). Arquitectura Religiosa do Alto Minho. Viana do Castelo: Ofilito.

Alves, L. (1988). O Património Cultural do Alto Minho (Civil e Eclesiástico) - Sua defesa e protecção. Braga: Caminiana.

Ballart, H., & Tresserras, J. (2004). Gestión del patrimonio cultural. Barcelona: Ariel.

Barros, L. (2004). Património Cultural, Novos Enfoques e Paradigmas. Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Vol. 2, pp. 7-25. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

Bell, J. (1997). Como Realizar um Projecto de Investigação. Lisboa: Gradiva.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação. Porto: Porto Editora.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação, uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.

Capela, J. (2003). Valença nas Memórias Paroquiais de 1758. Valença: Câmara Municipal de Valença.

Castells, M. (2005). A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castro, A. (2000). A Igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho e a Formação da Colegiada. Valença: Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria dos Anjos .

Castro, A. (2006). A Praça-Forte de Valença do Minho. Valença: Alberto Pereira de Castro.

Castro, A. (2010). Valença do Minho - Terra, Gente e Património. Valença: Alberto Pereira de Castro.

Cohen, L., & Manion, L. (1990). Métodos de Investigación Educativa. Madrid: La Muralla, S.A.

Conferência Episcopal Portuguesa. (1990). Património Histórico-Cultural da Igreja. Lisboa: Edição do Secretariado Geral do Episcopado.

Correia, M., & Lopes, F. (2004). Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais. Lisboa: Livros Horizonte.

Custódio, M. (1995). Educação Patrimonial. Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, pp. 10-11.

Duarte, A., & Gonçalves, L. (1996). Clubes na Escola. Actividades extra-curriculares. Lisboa: Texto Editora.

Freixo, M. (2009). Metodologia Científica, Fundamentos, Métodos e Técnicas. Lisboa: Instituto Piaget.

Geral, P. A. (Novembro de 2010). Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Obtido em 20 de 09 de 2011, de www.igespar.pt: <http://www.igespar.pt/pt/>

Granchó, N. (Janeiro de 2003). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Obtido em Setembro de 2011, de <http://www.fcsh.unl.pt/>: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/rpj/docs/sig_hist.pdf

Guillaume, M. (2003). A Política do Património. Porto: Campo das Letras.

Jorge, O. (2000). Arqueologia, Património e Cultura. Lisboa: Instituto Piaget.

Jorge, V. (2005). Cultura e Património. Lisboa: Edições Colibri.

Lisboa, A. d. (2001). Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Lisboa: Verbo.

- Lobo, F. (Março de 2000). Um olhar militar sobre Valença. Monumentos . Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Machado Pais, J. (1999). Consciência histórica e identidade. Os jovens portugueses num contexto europeu. Oeiras: Celta Editora.
- Mantiñán, M., Vilariño, B., Bregua, L., & López, C. (2005). Desenvolvimento Turístico Sustentável em Cidades Históricas. Santiago de Compostela: Ayuntamiento Santiago Compostela e Lugo.
- Martins, G. (2009). Património, Herança e Memória. A Cultura como criação. Lisboa: Gradiva.
- Nabais, J. (2010). Introdução ao Direito do Património Cultural. Coimbra: Edições Almedina.
- Nabais, J., & Silva, S. (2006). Direito do Património Cultural. Legislação. Coimbra: Edições Almedina.
- Neto, J. (2001). Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960). Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Neto, M. J. (2004). Perspectivas Actuais do Património Arquitectónico: Conceitos, Critérios e Intervenções. Actas do X Cursos Internacionais de Verão de Cascais (p. 29 a 40). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Neves, M. (1990). Valença na História e na Lenda. Valença: Câmara Municipal de Valença.
- Oliveira, A. (1978). Valença do Minho. Póvoa de Varzim: Editora Poveira.
- Pereira, P. (2004). Gestão do Património Edificado. Actas dos X Cursos Internacionais de Verão de Cascais (pp. 41-47). Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Pinho, P., & Sousa, S. (2005). *Modelos de Gestão: Soluções Institucionais para as Cidades Históricas*. Porto: Câmara Municipal do Porto.

Pires, E. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Porto: Edições Asa.

Ramos, P. (1993). Reviver o passado em torno da Educação Patrimonial e do ensino à distancia. *Tese de Mestrado*. Lisboa: Universidade Aberta.

Sá, A. (2005). Reflexões sobre o Património e a Memória à Luz da Era Tecnológica. *Actas do I Congresso Internacional de História: Territórios, Culturas e Poderes*. Braga: Universidade do Minho.

Sampieri, R., Collado, C., & Lúcio, P. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. S. Paulo: Mc Graw.

Severino, E. (30 de Maio de 2006). *RUN, Repositório Universidade Nova*. Obtido em 6 de Janeiro de 2012, de Sistemas de Informação geográfica nas Autarquias locais - Modelo de implementação: <http://hdl.handle.net/10362/3633>

Silva, A. (16 de Novembro de 1995). Um património para a nossa vida. *Jornal in Público*.

Silva, E. (2000). *Centro de Estudos de Antropologia Aplicada*. Obtido em 20 de Setembro de 2011, de <http://ceaa.ufp.pt>: <http://ceaa.ufp.pt/turismo3.htm>

Tejerina, B. (2003). *Multiculturalismo, movilización social y procesos de construcción de la identidad en el contexto de la globalización*. Obtido em 10 de 05 de 2011, de <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/187/187.pdf>.

UNESCO. (2008). *Unesco - Cultura*. Obtido em 23 de Maio de 2011, de Património Cultural Imaterial: http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9

Valença, C. M. (2011). *Fortaleza de Valença a Património Mundial*. Valença: Câmara Municipal de Valença.

Valinho, P., & Franco, I. (2005). Tecnologia, interacção e cultura: novos horizontes. *Livro de Actas do 4º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (p. 1625/1633). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Vieira, R., & Magalhães, F. (2009). *Património e Identidade*. Leiria: Profedições.

WEBGRAFIA

UNESCO - www.unesco.org

Comissão Nacional da UNESCO - www.unesco.pt

ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) - www.icomos.org/

IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) - www.igespar.pt

MATRIZ (gama de softwares de referência do Ministério da Cultura para inventário, gestão e divulgação on-line de Património Cultural e Natural) - <http://www.matriz.imc-ip.pt/index.php>

ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade) – Carta Europeia do Turismo Sustentável - <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/O+ICNB/Turismo+de+Natureza/Carta+Europeia+de+Turismo+Sustent%C3%A1vel/?res=1350x844>

LEGISLAÇÃO

Lei 107/2001 – Lei de Bases da Política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural;

Decreto-Lei 309/2009 – Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda;

Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009 – Criação do programa de recuperação do património classificado (PRPC);

Decreto-Lei 139/2009 – Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património imaterial;

Decreto-Lei 140/2009 – Aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal;

ANEXOS

Anexo I – Guião da Entrevista

GUIÃO DA ENTREVISTA

INTRODUÇÃO:

A entrevista destina-se a recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo. No nosso estudo optámos por um tipo de entrevista semiestruturada que serão realizadas no final da investigação e destinam-se a obter algumas conclusões/reflexões gerais acerca dos problemas que nos propusemos investigar.

Após a Identificação dos entrevistados, passamos de imediato às questões seguindo os tópicos do guião:

TÓPICOS A DISCUTIR	QUESTÕES	OBSERVAÇÕES
<p><i>Informar, em linhas muito gerais, o objetivo do estudo: Colocar as TIC ao serviço da fruição do Património Cultural, tendo como estudo os bens arquitetónicos religiosos intramuros da praça-forte de Valença do Minho. O que se pretende é a estruturação de um sistema de informação disponível em suportes tecnológicos que possibilite aos visitantes o acesso a dados desse património bem como a interação com essa informação.</i></p> <p><i>Devem evitar-se referências a conteúdos, de modo a não provocar o enviesamento de respostas nos tópicos seguintes.</i></p> <p><i>Explicar, em linhas gerais, qual vai ser o decurso da entrevista; nomeadamente, que se vai falar por alto, do modo como o entrevistado encara alguns domínios da sua vida e do seu comportamento face à divulgação, salvaguarda e valorização do património.</i></p>	<p>Nome, Profissão e/ou Funções que desempenha?</p>	<p><i>Tempo médio: 5 minutos.</i></p> <p><i>- Há que explicar os objetivos da entrevista de um modo breve, preciso, claro e empático.</i></p> <p><i>- Dar resposta, seguindo os mesmos critérios, a todas as dúvidas colocadas pelo entrevistado.</i></p>

<p><i>A Fortaleza de Valença é testemunho único de inovadoras técnicas de construção militar, da cultura de diferentes povos e de vivências sociais ao longo dos tempos, sobretudo a partir do século XIII.</i></p>	<p>Sobre o valor histórico e patrimonial da Fortaleza, qual é a sua opinião?</p>	<p><i>Tempo médio: 5 minutos.</i></p>
<p><i>As cidades hoje, por mais pequenas e isoladas, não podem escapar à extrema velocidade da mudança imposta pelas sociedades modernas nas suas variadas influências.</i></p> <p><i>O que nos coloca uma interrogação fundamental:</i></p>	<p>Como conciliar a preservação da autenticidade do património face ao poder da mudança?</p> <p>Defende uma reabilitação para e pelas pessoas preservando os valores identitários e de autenticidade?</p>	<p><i>Tempo médio: 10 minutos.</i></p> <p><i>Apesar da necessidade de cobrir os vários tópicos de um modo preciso e rigoroso, deixar a conversa fluir, evitando demasiadas questões diretas.</i></p> <p><i>Apostar essencialmente em questões que possam introduzir os tópicos seguintes.</i></p>
<p><i>A relação do planeamento com a cidade histórica tem que ser entendida como um processo dinâmico, onde se gere a permanente ligação entre os valores absolutos a preservar com as funções e atividades necessárias ao âmbito utilitário da cidade.</i></p>	<p>Como vê a requalificação dos espaços públicos feita nos últimos anos na Fortaleza de Valença?</p> <p>Após a sua recuperação, que funções poderão ter os edifícios públicos com interesse histórico e arquitetónico? Será a função residencial uma alternativa à do comércio (60% do edificado)?</p>	<p><i>Tempo médio: 10 minutos.</i></p> <p><i>Recolher dados indicativos como o entrevistado encara a eficácia da requalificação e recuperação antes e depois do mesmo.</i></p>
<p><i>A classificação da Fortaleza de Valença como Património Mundial dará um forte contributo para a sua permanência, dentro desses valores culturais de unidade, de integridade e de autenticidade do tecido construído.</i></p> <p><i>A Fortaleza de Valença deve funcionar, reagir e adaptar-se às necessidades de cada período histórico, mas as peças essenciais devem ser salvaguardadas.</i></p>	<p>Que contributo será dado com a classificação da Fortaleza de Valença a Património da Humanidade da UNESCO, dentro desses valores culturais de unidade e de autenticidade?</p> <p>Tem interesse patrimonial a arquitetura religiosa intramuros, na Fortaleza de Valença? Está identificado?</p>	<p><i>Tempo médio: 10 minutos.</i></p> <p><i>Recolher expectativas do entrevistado: Vê-as essencialmente como desafios ou ameaças? De medo, ira, ansiedade, fúria, aversão? Ou de excitação, entusiasmo, inspiração, êxtase?</i></p>

	<p><i>Que esforço deve ser feito para assegurar uma eficaz proteção, conservação e valorização desse património arquitetónico religioso?</i></p> <p><i>Que testemunhos e riquezas podem ser salvaguardados?</i></p>	
<p><i>A existência de espaços destinados exclusivamente a peões criará condições para que as pessoas usufruam da melhor forma deste espaço aprazível que é o interior da Fortaleza de Valença.</i></p> <p><i>Importa ainda procurar meios que facilitem o acesso ao interior da Fortaleza, fator determinante para a sua divulgação.</i></p> <p><i>Perante a constatação das dificuldades de um sistema de informação de forma a reunir, guardar, processar e facultar dados relevantes, as TIC são relevantes na concretização desta tarefa.</i></p> <p><i>Interessa, também, desenvolver projetos interativos em novos suportes tecnológicos.</i></p>	<p><i>Justifica-se a criação de um percurso pedonal, através de um trajeto efetivo ao longo de toda a Fortaleza, para visitar o Património Arquitetónico Religioso (rota das Igrejas)? Que dificuldades/obstáculos pode imaginar na implementação e uso prático de uma tal rota?</i></p> <p><i>Como vê, a utilização das TIC na divulgação da informação relativa ao Património Religioso existente na Fortaleza de Valença? Seria útil a criação de uma rota das Igrejas, por exemplo, na defesa e promoção do seu valor patrimonial e identitário?</i></p> <p><i>Existe algum sistema de informação capaz de gerir o inventário do património identificado intramuros? Qual é o papel que desempenha as tecnologias, caso exista, na valorização, defesa e difusão desse património?</i></p> <p><i>Que entidades poderão fazer a gestão destas mudanças? Ou seja, a elaboração de um sistema de informação capaz de gerir os dados e a informação do Património identificado, promovendo a nossa identidade, numa perspetiva sustentável desses bens patrimoniais.</i></p>	<p><i>Tempo médio: 10 minutos.</i></p> <p><i>Procurar associar os dados relatados nos tópicos anteriores, aos relatos deste tópico.</i></p>
<p><i>Agradecer a participação e o tempo disponibilizado para a entrevista.</i></p> <p><i>Valorizar o contributo da entrevista para o trabalho.</i></p>	<p><i>Muito obrigado, pelo seu apoio neste trabalho de investigação.</i></p> <p><i>Agradecer a sua contribuição para o enriquecimento deste estudo.</i></p>	<p><i>Tempo médio: 5 minutos.</i></p>

Anexo II – Sinopse das Entrevistas

SINOPSE DAS ENTREVISTAS

ENTREVISTADO (A) – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

QUESTÕES	EXCERTOS
Opinião sobre o valor Histórico e Patrimonial da Fortaleza?	<p><i>“Paixão pela sua imponência”</i></p> <p><i>“ficamos pequenos quando contactamos com este vasto património”</i></p> <p><i>“não é só físico, mas que nos envolve do ponto de vista emocional”</i></p> <p><i>“Esta joia da coroa é o ex-líbris não só de Valença, mas de toda a região Norte e do País”</i></p>
Como conciliar a preservação da autenticidade do património face ao poder da mudança?	<p><i>“Este equilíbrio não é fácil”</i></p> <p><i>“para os protectionistas que defendem a reabilitação do património na sua forma original”</i></p> <p><i>“deve ser quase intocável; que levanta problemas de Preservação”</i></p> <p><i>“um património que não é vivenciado não é experimentado, acabando por não ter utilidade para quem nos visita; acaba por não ter interesse para o cidadão em geral; não tem receitas e acaba por entrar em degradação acelerada”</i></p> <p><i>“É o que tem acontecido em Portugal; neste momento muito património está em ruínas”</i></p> <p><i>“é um equilíbrio difícil; devemos perpetuar sempre a identidade do património”</i></p> <p><i>“deve ser vivenciado; as pessoas gostam de tocar no património quer do ponto de vista físico quer do ponto de vista das emoções”</i></p> <p><i>“Nós vamos fazer aqui este equilíbrio”</i></p>
Após a sua recuperação, que funções poderão ter os edifícios públicos com interesse histórico e arquitetónico? Será a função residencial uma alternativa à do comércio (60% do edificado)?	<p><i>“Valença chegou a uma situação que vai originar a médio prazo algumas transformações, nomeadamente, na ocupação”</i></p> <p><i>“temos uma tipologia de ocupação, esmagadora do comércio; estou convencido que Valença, e toda a sua zona amuralhada volte a ter uma função residencial, como no passado”</i></p> <p><i>“temos comércio e pouca habitação; deve haver equilíbrio”</i></p> <p><i>“vejo nos mais jovens uma vontade de viver na Fortaleza; sobretudo jovens com habilitações literárias mais elevadas”</i></p> <p><i>“há disponibilidade da autarquia para que se fixem estabelecimentos de diversão noturna; as balizas são definidas pelo município, depois os agentes acomodam-se a essas orientações”</i></p> <p><i>“Há um apelo à sociedade civil para que a componente residencial se reforce intramuros”</i></p>

Como vê a requalificação dos espaços públicos feita nos últimos anos na Fortaleza de Valença?

“em relação ao núcleo museológico foi uma aposta ganha; Valença sempre teve necessidade de ter um espaço para pequenos espólios; o núcleo preenche esta lacuna”

“criou uma mais valia na rua direita; na sua envolvente urbana”

“o balcão único que será instalado no edifício da antiga assembleia valenciana será a porta de entrada de qualquer munícipe, pelo fato de se situar ao fundo da rua direita; irá “obrigar” que o utente percorra toda a rua comercial não se remetendo só a entrada das portas do sol ou da Câmara; É uma mais valia não só para o comércio mas para a vivência geral desta urbe”

Que contributo será dado com a classificação da fortaleza de Valença a Património Mundial, dentro desses valores culturais de unidade e de autenticidade?

“a constatação de que temos aqui um grande património; que é único; que é impar”

“Conheço muitos castelos, muitas fortalezas, mas quando chegamos aqui, à nossa fortaleza, pela sua dimensão, pelo estado de conservação, por este equilíbrio que tem entre componente militar, fortaleza, e componente urbana, que é uma realidade, transforma-a numa fortaleza única”

“o fato de apresentarmos uma candidatura deu-lhe uma visibilidade, que não tínhamos; parece que temos vergonha de dizer aquilo que temos; devemos orgulharmo-nos disso”

“já é um passo decisivo para lhe dar uma projeção em termos de comunicação social, em termos turísticos que ela não teve no passado; está a afirmar-se como um espaço a visitar, não só na nossa euro região mas a nível internacional”

Tem interesse patrimonial a arquitetura religiosa intramuros, na fortaleza de Valença? Está identificada? Está divulgada?

“Toda a arquitetura tem interesse”

“deve existir, como lhe disse, um equilíbrio entre a componente fortaleza militar e a componente urbana; nesta componente urbana temos um conjunto de peças arquitetónicas de grande valor”

“Desde as casas abrasonadas, que são ímpares, assim como o património religioso; Desde a igreja da Misericórdia, de Santo Estevão até á capela do Bom Jesus, na coroada; são importantes para quem nos visita”

Justifica-se a criação de um percurso pedonal, através de um trajeto efetivo ao longo de toda a fortaleza, para visitar e conhecer o Património Arquitetónico Religioso? Que dificuldades/obstáculos pode imaginar na implementação de uma tal Rota?

“já somos uma referência, no alto Minho, na implementação de percursos pedestres; mas todos eles são exteriores á muralha”

“sobre este assunto, já identificamos a necessidade de criarmos percursos pedestres dentro da Muralha”

“há dois ou três que podem ser criados; um é à volta da muralha, para conhecermos a própria fortaleza (guaritas, baluartes, portas ...)”

“outra área tem a ver com as casas abrasonadas; há trabalho feito, mas não há rota”

“e por último, que é muito importante, é o património religioso”

“temos muitas referências, quer na igreja da misericórdia, quer na igreja de Santo Estevão que nos permitem criar um percurso muito interessante, de visita a estes edifícios”

“o único obstáculo que pode existir é da parte da igreja; de ter os espaços abertos ou não; sobretudo nos tempos que correm devido à insegurança e furtos que podem levar a não fruição desse património”

“a gestão do património religioso deverá pertencer ao município mas com responsabilidades tripartidas: Autarquia, igreja e comunidade local”

Como vê, a utilização das TIC na divulgação da informação relativa ao património religioso existente na fortaleza de Valença?

“É fundamental”

“O suporte papel está fora de prazo; hoje nalguns nichos do turismo os visitantes já querem ter acesso à informação essencial, antes da visita, através da Internet para melhor usufruírem desse património”

“se tiverem possibilidades de descarregar algum software para os objetos tecnológicos (telemóveis); acho que é uma mais-valia para os municípios”

“o acesso deve ser gratuito”

“com o funcionamento do nosso arquivo municipal é possível colocar outra antena para melhorar a captação do sinal no interior da fortaleza; wireless gratuito”

“neste momento, o avanço tecnológico é tão grande, que é preciso encontrar soluções para ter acesso e usufruir da informação relativa ao património”

“é essencial para cativar os mais jovens, nomeadamente, na educação patrimonial; os conteúdos abordados deverão contar uma história e se for com o auxílio das Tecnologias, melhor”

“os beneficiários deste projeto seriam todos aqueles que nos visitam, incluindo os peregrinos de Santiago de Compostela, que não passam pelo interior da fortaleza e que é preciso corrigir”

“a partir do momento que temos mais gente a visitar o nosso riquíssimo património e que fiquem mais tempo já é possível dizer que o projeto é viável e sustentável”

ENTREVISTADO (B) – TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL

QUESTÕES

EXCERTOS

Opinião sobre o valor Histórico e Patrimonial da Fortaleza?

“A fortaleza de Valença remonta as suas origens ao século XIII, mas era uma estrutura completamente diferente daquela que era hoje, era um castelo medieval que foi mandado construir por Rei D. Sancho, nesta zona de fronteira como medida de proteção e de fixação de população”

“com o passar dos séculos a fortaleza evoluiu, no século XVI / XVII, referente ao período Filipino”

“a fortaleza atual remonta ao século XVII (finais) e princípios do século XVIII e do ponto de vista patrimonial é sem duvida um exemplar quase único a nível nacional”

“existem mais duas semelhantes, mas do ponto de vista da sua conservação e do seu valor histórico e patrimonial é muito, muito importante, porque marca uma época de construção e uma característica arquitetónica de construção militar daquele período que se difundiu por toda a Europa, Brasil e Africa e cujos exemplares, a maior parte deles, já estão completamente destruídos, salvo raras exceções, e Valença e um desses exemplos”

“por isso o seu valor patrimonial é bastante elevado”

Como conciliar a preservação da autenticidade do património face ao poder da mudança?

“Isso sempre; Hoje em dia, podemos constatar que a evolução da cidade é galopante”

Defende uma reabilitação para e pelas pessoas preservando os valores identitários e de autenticidade?

“a evolução que se verifica é astronómica; e é evidente que as cidades têm que acompanhar, muitas vezes acompanham mal, como foi o caso da cidade de Valença exterior às muralhas; a cidade nova merecia uma grande obra de requalificação”

“não houve evolução, mas sim crescimento; crescimento não é sinonimo de evolução”

“as cidades devem acompanhar a evolução dos tempos modernos e o seu desenvolvimento; e sobretudo para as pessoas e pelas pessoas; não descuidando as questões patrimoniais, porque isso é também a memória das pessoas, dos nossos ancestrais que nos legaram este património e que nós agora, apesar da evolução, temos de acompanhar e devemos preservar e salvaguardar”

Que ações devem ser tomadas para garantir a conservação de valores patrimoniais e de identidade cultural, satisfazendo as atuais exigências e modos de vida?

“essas ações devem ser sempre ações concertadas e muito bem pensadas e feitas com muito rigor”

“com muita discussão, ampla discussão, preservando sempre os valores de identidade”

“a mudança que pode e deve operar, deve ter sempre em conta a identidade cultural de cada povo, a sua especificidade, que se pode coordenar e organizar em função das outras identidades culturais”

Como vê o envolvimento das camadas mais jovens? Visando a educação patrimonial?

“com a minha experiência de contacto com a juventude, a partir dos 13, 14 anos, resultante das visitas de estudo guiadas, verifiquei que a juventude de Valença não conhece a Fortaleza”

“o conhecimento da Fortaleza tem que ser feito por toda a gente, por mim, pelo próprio município, pelos professores e os próprios pais em casa também deviam sensibilizar os filhos, alertando-os para a importância do património”

“assusta-me um bocado que eles não tenham esse conhecimento”

Como vê a requalificação dos espaços públicos feita nos últimos anos na Fortaleza de Valença?

“vejo de duas maneiras; o que se vê e o que não se vê do trabalho realizado; Foi um trabalho bastante importante; tinha que ser feito do ponto de vista estrutural; o que não se vê, que está por baixo do subsolo e que foi completamente remodelado e requalificado”

“a parte das estruturas da Fortaleza estão exemplares”

“a obra do arquiteto Souto Moura não resta margem para dúvidas; do ponto de vista estético é discutível”

“uma que não gostei, do ponto de vista do contexto em que está inserido, que é o centro de interpretação das Fortalezas, porque vem contrariar um pouco aquilo que eu dizia atrás, que é preservar o espírito e a cultura e o legado dos nossos ancestrais; veio alterar um pouco esse espírito”

“não havia razão para aquilo ser feito naquele local; é um edifício controverso e polémico”

Após a sua recuperação, que funções poderão ter os edifícios públicos com interesse histórico e arquitetónico? Será a função residencial uma alternativa à do comércio (60% do edificado)?

“é muito importante não descorar o aspeto residencial, porque os centros históricos vivem para as pessoas e as pessoas vivem para o centro histórico; e um centro histórico sem as pessoas acaba por morrer”

“eu tenho uma imagem muito triste da Fortaleza de Almeida, que é muito semelhante a Valença, que em pleno mês de agosto assemelhava-se a um deserto”

“os edifícios públicos na sua globalidade podem e devem continuar com essas funções, como edifícios públicos – mas não só, temos também que apostar no comércio num equilíbrio com o residencial”

“uma aposta que se devia fazer, aqui na fortaleza, espaços públicos, residenciais, comerciais e de lazer que consiga captar e cativar as pessoas a visitarem e permanecerem”

Tem interesse patrimonial a arquitetura religiosa intramuros na Fortaleza de Valença? Está identificada? Está divulgada?

“as origens da Fortaleza assentam sobretudo, como era característico da idade média na sua componente religiosa”

“a vivência que se fazia girava em torno da Igreja Matriz e da influência da própria igreja”

“os edifícios religiosos são o principal aspeto de captação de interesse dentro da fortaleza”

“a fortaleza no seu conjunto também é importante, mas os espaços religiosos também são”

“se fosse um pouco mais divulgado, se as características das próprias igrejas tivessem mais divulgadas; a informação está dispersa; esse próprio trabalho de divulgação não está feito como deveria ser; não está devidamente divulgado;

“as TIC não estão a ser devidamente aproveitadas; toda essa informação devia estar sintetizada, sistematizada em determinado local e não dispersa por vários sites”

Justifica-se a criação de um percurso pedonal, através de um trajeto efetivo ao longo de toda a fortaleza, para visitar e conhecer o Património Arquitetónico Religioso? Que dificuldades/obstáculos pode imaginar na implementação e uso prático de uma tal Rota?

“já praticamente que existe; é genérico; não está é devidamente divulgado; somos nós que o fazemos de livre e espontânea vontade; que era bom sistematiza-los? Era; que era bom usar as TIC? Era; que fossem utilizados suportes tecnológicos? Sim; Seria fantástico, mas neste momento não existe”

“o que existe é o guia em suporte papel”

“as TIC seriam uma mais valia, até para abranger outro espectro de visitantes; seria uma ferramenta essencial”

Existe algum sistema de informação capaz de gerir o inventário do património identificado intramuros?

“que eu tenha conhecimento, Não”

“existe o portal da Câmara Municipal, mas não tem muita informação sobre este património”

“aparecem bastantes erros nos roteiros”

“a informação está bastante dispersa; e a responsabilidade acaba por ser de ninguém; não há uma entidade que se responsabilize e que se comprometa a ter essa informação”

Que entidades poderão fazer a gestão destas mudanças? Ou seja, a elaboração de um sistema de informação capaz de gerir os dados e a informação, promovendo a nossa identidade, numa perspetiva sustentável desses bens patrimoniais.

“a entidade que deveria dar inicio, seria a Câmara Municipal”

“o município é que deveria ter essa responsabilidade”

“o município tem que criar condições para que as pessoas venham visitar a Fortaleza”

“Valença só teria a beneficiar com a implementação de um projeto com recurso às TIC, na fruição do seu património”

“direta ou indiretamente toda a gente iria beneficiar”

“Valença merece, até porque a candidatura a património da humanidade permitirá aumentar o número de visitantes”

“desde 1997 que se fala da candidatura de Valença a património da Humanidade da UNESCO; por acaso integro o grupo que está a tratar da candidatura; Valença reúne condições para chegar a ser inscrita na lista do património da Humanidade;

“o principal problema consistirá em dar resposta às exigências da UNESCO; compete a toda a gente, digo, população trabalhar nesse sentido para manter e justificar a manutenção de Valença inscrita no património da Humanidade”

“vai trazer uma projeção a Valença, como nunca teve”

ENTREVISTADO (C) – HISTORIADOR E ESCRITOR

QUESTÕES

EXCERTOS

Opinião sobre o valor Histórico e Patrimonial da Fortaleza?

“eu não gosto muito do termo historiador, prefiro dizer, quando muito historiador local; nunca foi a minha ideia consagrar-me totalmente à história de uma forma geral”

“gostei sempre muito de história e o contacto, o confronto com o património histórico de Valença é que fez de mim uma pessoa dedicada ao estudo desse mesmo património”

“quando eu comecei, foi inicialmente, com visitas esporádicas, visitas guiadas, que era incumbido de fazer pelos meus superiores e eu chegava a conclusão de que, ou não havia história, literatura sobre esses acontecimentos e sobre os monumentos de Valença e o pouco que havia, era por vezes contraditório, as coisas não jogavam bem, e portanto, eu comecei precisamente, talvez por uma deformação profissional de querer falar de coisas que tivessem sustentação e então comecei a investigar e daí toda a minha atividade; esta é primeira razão porque me dediquei ao estudo do património de Valença e que escrevi todos esses livros”

“a fortaleza de Valença assenta a sua origem no tempo de D. Sancho I; fiz aquilo que nunca tinha sido feito, fiz uma reflexão: os primitivos muros de Valença foram levantados no tempo de D. Sancho I, sabendo que nunca foi possível saber a data em que os primeiros muros terão sido levantados; No meu livro Praça-Forte procurei reunir elementos e cheguei à conclusão de que a construção da primitiva Contrasta situa-se nos anos 1189/1190 e o Foral terá sido dado por volta de 1200, que é perfeitamente natural, D. Sancho I mandou organizar primeiro a povoação que atribuiu a um fidalgo Paio Carramonte que era da família dos Maías, e então o Foral foi dado em nome do Bispo de Tui (D. Pedro); desse primitivo Foral, houve uma luta, uma invasão dos Leoneses por causa das guerras que D. Afonso teve com as irmãs; uma delas tinha sido casada com o Rei de Leão, ela pediu auxílio ao antigo marido porque o Papa tinha obrigado a desfazer esse casamento; Valença ficou destruída e o que existe, realmente, da memória desse tempo é justamente a pedra dessa primitiva igreja (igreja de D. Pedro) que foi levantada ao mesmo tempo que foram levantadas as muralhas; essa pedra eu consegui localizá-la nos alicerces da atual Santa Maria do Anjos, do lado Norte, como também está uma que é muito interessante - uma lápide da idade média, de natureza funerária; uma pedra da primitiva igreja depois construída por D. Afonso II e nos alicerces juntamente com essa lápide está também a primitiva pedra da Igreja de S. Pedro que o Bispo de Tui mandou construir”

“a importância desta fortaleza é muito grande porque, primeiro, tem elementos do século XIII; D. Afonso II não mandou reconstruir a fortaleza – vê-se nas inquirições de 1258 – sabe-se pela descrição que lá está que ela foi reconstruída no tempo D. Afonso III e temos de facto dois importantes segmentos dessa primitiva cerca de D. Afonso III que é as Portas da Gaviarra e as Portas do Açougue”

“no primitivo poço junto das Portas da Gaviarra existe uma Porta que ainda não foi totalmente redescoberta que não é do mesmo tempo das Portas da Gaviarra, será anterior; mas isso só o tempo vai provar; as portas da Gaviarra são nitidamente góticas, a outra tem características românicas (arco redondo)”

“o poço é da fase primitiva, depois tem todo o trabalho que foi feito no século XVII com o grande engenheiro Mestre de Campo Michel Lescot, sendo concretizado por outro engenheiro, seu discípulo direto, Manuel Pinto Vila Lobos, deixando também uma grande marca na Fortaleza”

“é um erro dizer-se que as Muralhas são de natureza Vauban, ou estilo Vauban; o que temos de dizer é que são Baluartes, porque antes de Vauban existir, Portugal já tinha Baluartes; os nossos engenheiros foram os primeiros a construir Baluartes; Vauban aparece no século XVII, sendo a sua importância, o seu mérito devido a adaptação do Baluarte como técnica defensiva; fez um aproveitamento da estrutura abaluartada das fortalezas para fins militares, de defesa”

“a fortaleza tem uma extensão grande, são cerca de 5000 m, de perímetro de muros e o facto de ter dois polígonos, o que lhe dá uma monumentalidade muito grande e depois também o estado de conservação”

Como conciliar a preservação da autenticidade do património face ao poder da mudança?

“a Praça-Forte como história, estrutura arquitetónica tem um valor importante, fala-nos de uma identidade de um determinado povo; esse valor resiste a qualquer mudança; só vai enriquecer essa mudança”

Defende uma reabilitação para e pelas pessoas preservando os valores identitários e de autenticidade?

“a mudança é tanto mais válida, quanto melhor aproveitamento tiver daquilo que já existe, nesse aspeto não colide com o património; o património só enriquece o futuro e as nossas memórias”

“fazendo parte da nossa identidade, deve ser conservado porque tendo em conta a nossa integração na comunidade europeia, tudo aquilo que nós temos (Praça-Forte) só pode enriquecer e consolidar o espírito europeu e a nossa identidade”

“as pessoas hoje em dia têm consciência da importância do nosso património nesse sentido”

“defendo a preservação para e pelas pessoas desses valores identitários e de autenticidade”

Como vê a requalificação dos espaços públicos feita nos últimos anos na Fortaleza de Valença?

“ com bons olhos, porque a Fortaleza de Valença durante muitos anos foi desprezada”

“em 1958, no tempo de Humberto Delgado, a povoação tomou aqui uma certa posição perante esse abandono da Fortaleza e o regime de então resolveu mudar a sua posição e iniciou o restauro, a limpeza da Fortaleza e alguns melhoramentos”

“fizeram-se algumas coisas mal feitas destruindo edifícios militares com história, mas de qualquer maneira foi o primeiro passo para a Fortaleza começar a ser olhada com outra atenção”

“a Fortaleza em termos de sustentabilidade, nomeadamente a existência do seu pavimento (godo), trazia muita incomodidade e por consequente era necessário de facto fazer-se uma requalificação da Fortaleza; está a ser bem-feita”

“está a ser feita tendo em conta as características da Praça-Forte; com orientação de um grande arquiteto “Souto Moura”; o trabalho é válido e só pode enriquecer a Fortaleza no aproveitamento dos seus espaços, na conjugação do granito com a medeira, com as águas, mantendo inalterada o seu aspeto exterior – a sua traça original”

“as infraestruturas que estão a ser introduzidas, que não se veem e que são necessárias”

Após a sua recuperação, que funções poderão ter os edifícios públicos com interesse histórico e arquitetónico? Será a função residencial uma alternativa à do comércio (60% do edificado)?

“no meu tempo, quando foi Presidente da Câmara, e que já se pensava neste tipo de questões, eu próprio comecei também a fazer algumas melhorias”

“foram feitos uns inquéritos e chegou-se de facto à conclusão que há uma grande desertificação do interior da Fortaleza e que os prédios que foram aproveitados servem o comércio, no primeiro piso com lojas e no segundo com armazéns; haveria toda a vantagem em inverter essa situação; as pessoas sentirem que vale a pena habitar dentro da Fortaleza que era um privilégio; claro que teriam que criar condições para que as pessoas pudessem lá viver”

“a Praça-Forte precisa de ter edifícios, serviços que contribuam para a dinamização do centro histórico”

“o núcleo museológico deveria ser complementado com uma vertente turística”

“Valença tem muito pouco informação; é preciso criar serviços que contribuam para a dinamização, o conhecimento e divulgação do centro histórico; e o aproveitamento do próprio centro histórico; consegue-se com o aproveitamento dos edifícios existentes”

“não gosto do edifício do Centro de Interpretação das Fortalezas; como espaço não cumpre as funções que lhe foram atribuídas; a prova é que ainda não foi utilizado, está ao abandono”

Tem interesse patrimonial a arquitetura religiosa intramuros na Fortaleza de Valença? Está identificada? Está divulgada?

“a arquitetura religiosa, tem sido pouco divulgada”

“o que na realidade acontece é que há um grande défice de informação; hoje em dia, quando apreço o turista, o visitante, os próprios peregrinos que vêm a Santiago e aproveitam para conhecer o nosso património não há ninguém que tenha tomado a seu cargo a função de esclarecer essas pessoas; o que nós vemos são pessoas que entram e saem das Igrejas sem qualquer tipo de informação”

“eu próprio, muitas vezes, nos meus passeios pela Fortaleza, tomo a iniciativa de esclarecer as pessoas, sobretudo pessoas com algum nível cultural, e que vale a pena perder alguns minutos para que as pessoas possam levar uma mensagem positiva”

“vejo com bons olhos a criação de uma base de dados que possa fazer a gestão deste património; e quanto mais rápido melhor; não tenho dúvida nenhuma”

Relativamente ao Património Religioso, que testemunhos e riquezas podem ser salvaguardadas?

“o nosso património arquitetónico religioso é muito rico; e é muito expressivo; não só na Igreja da Santo Estevão como na Igreja de Santa Maria dos Anjos porque qualquer uma dessas Igrejas tem características muito próprias e que não existem em muitos locais; por exemplo: a Igreja de Santa Maria dos Anjos tem um românico, a que Carlos Alberto Ferreira de Almeida chamou – Românico de Resistência – que corresponde exatamente à fase última do românico; mas essa Igreja consegue ter uma parte românica, expressiva ainda, e uma parte gótica”

“num só monumento tem ali expressões muito vincadas de dois estilos arquitetónicos”

“a capela da Misericórdia, do século XVIII, já tem elementos barrocos; a capela do Pranto que está anexa à igreja de Santa Maria dos Anjos, do século XIII, é muito anterior; mandada edificar por pessoa de família nobre, provavelmente da estirpe dos da Maia; é uma capela muito expressiva; penso que deve fazer parte do roteiro”

“a igreja da Santa Maria dos Anjos foi construída no tempo de D. Afonso II; e o bispo que consagrou essa Igreja foi o Bispo de Tui, D. Estêvão Egea”

“a igreja de Santo Estevão nunca foi românica; foi construída numa época gótica em 1282 por D. Dinis; teve três fases: em 1398, era uma igreja pequena e com a vinda dos cónegos no século XIV a igreja foi restaurada, foi aumentada; depois quando se deu o Terramoto 1755 em Lisboa a Igreja foi afetada; a colegiada pediu a D. Maria que fosse ampliada, dando-lhe o estilo que tem agora que é Neoclássico; três naves com características neoclássicas”

Justifica-se a criação de um percurso pedonal, através de um trajeto efetivo ao longo de toda a fortaleza, para visitar e conhecer o Património Arquitetónico Religioso? Que dificuldades/obstáculos pode imaginar na implementação e uso prático de uma tal Rota?

“as visitas guiadas à Fortaleza começaram no meu tempo quando eu era Presidente da Câmara; foi eu que comecei com as visitas guiadas porque até ali nunca se fizeram visitas guiadas; nunca tinham existido”

“quando saí, fiz várias visitas guiadas e tive sempre o cuidado de o fazer, acompanhado de alguns funcionários do município e a partir daí fazem-se e fizeram-se centenas de visitas guiadas por ano”

“só há vantagens na realização destes percursos; o trânsito dentro da Fortaleza não prejudica as rotas na fruição do património”

Como vê, a utilização das TIC na divulgação da informação relativa ao património religioso existente na fortaleza de Valença?

“eu sou apologista da condução de visitas personalizadas, mas, tendo em conta que nem toda a gente tem acesso a visitas guiadas, devíamos dar a oportunidade, atendendo á falta de informação que há, e vantagem que temos do património de Valença ser conhecido não só em Portugal como no estrangeiro; todos os meios que se possam dar às pessoas para que elas tenham acesso à informação sobre o património, só têm vantagens”

Que entidades poderão fazer a gestão destas mudanças? Ou seja, a elaboração de um sistema capaz de gerir os dados e a informação do Património identificado, promovendo a nossa identidade, numa perspetiva sustentável desses bens patrimoniais.

“eu sempre defendi, que a entidade que deveria fazer a gestão é o município”

“em primeiro lugar, tem funcionários e técnicos para esse efeito e por outro lado, cada vez mais, o turismo é da responsabilidade do município”

“as igrejas não têm pessoal próprio para desempenhar essas funções; a sua função não é promover e divulgar o seu Património até porque não têm meios; podem e devem disponibilizar os espaços para serem visitados”

“deve ser a Câmara a promover e divulgar o Património”

“o sentimento dos nossos habitantes de Valença, dos valencianos é de orgulho; envolvem-se na salvaguarda desse património; têm o maior respeito pelas coisas do Património”

“eles sabem que a divulgação do Património é uma alavanca para a promoção turística e para o progresso da terra”

“nós quando divulgamos o que a terra tem de bom, nomeadamente, o valor das Igrejas, das próprias casas senhoriais, as pessoas sentem orgulho porque gostam que aja alguém que divulgue aquilo que eles ouviram dizer que eram coisas importantes”

“é a própria população, muitas vezes, que chamam a atenção para pormenores que existem aqui ou ali, para que sejam estudados, para que as pessoas se interessem por isso”

“a população colabora muito na divulgação do Património”

Como vê, a fruição desse património pelas camadas mais jovens, dos nossos alunos?

“tenho algumas reticências; toda a educação, todo o conhecimento do nosso património deve partir das Escolas”

“não compreendo que as escolas não promovam esse conhecimento; procurando ter acesso aos arquivos, núcleos museológicos; os professores devem levar os alunos a conhecer a história do seu concelho”

“o núcleo museológico e a própria Fortaleza têm sido alvo de visitas guiadas por muitas escolas do País e se as escolas do País têm o cuidado de conhecer a Praça-Forte de Valença, muito mais obrigação têm os valencianos; acho que esse trabalho tem sido feito”

ENTREVISTADO (D) – HISTORIADOR E ESCRITOR

QUESTÕES

EXCERTOS

Opinião sobre o valor Histórico e Patrimonial da Fortaleza?

“tem um valor histórico bastante relevante porque se mantém em bom estado de conservação; que não é muito normal acontecer nas Fortalezas Portuguesas e não só; o princípio da nacionalidade começou por aqui; a partir do século XIII tem demonstrado importância histórica e patrimonial”

Como conciliar a preservação da autenticidade do património face ao poder da mudança?

“é importante que as pessoas tenham a noção do valor do seu património; as pessoas não estão muito capacitadas para avaliar o seu valor ou interesse, se calhar é preciso uma educação patrimonial para que se sintam capacitadas para promover uma correta divulgação e preservação”

Defende uma reabilitação para e pelas pessoas preservando os valores identitários e de autenticidade?

“os visitantes dão mais relevo à Praça-Forte do que os próprios residentes”

“as escolas deviam ter um papel importante na educação patrimonial, nomeadamente, nas camadas mais jovens”

Como vê a requalificação dos espaços públicos feita nos últimos anos na Fortaleza de Valença?

“a requalificação tem sido um pouco polémica; de uma forma geral, até se aceitam; as coisas mudaram e não podemos ficar agarrados aos materiais utilizados pelos nossos antepassados; no seu conjunto tem sido bastante positiva”

Após a sua recuperação, que funções poderão ter os edifícios públicos com interesse histórico e arquitetónico? Será a função residencial uma alternativa à do comércio (60% do edificado)?

“a Fortaleza está praticamente desertificada; não vive ninguém no seu interior; só existe comércio e ao fim do dia desaparece tudo; é um problema que já se arrasta há bastante tempo; temos realidades aqui perto bem diferentes, como Monção e Tui – conseguem atrair as pessoas, tem movimento”

“a resolução, passa pela iniciativa da própria sociedade civil com a colaboração e ajuda da Câmara Municipal”

“o museu dos Bombeiros é um exemplo claro de esquecimento e abandono do conhecimento e valorização da população valenciana; devemos conhecer aquilo que temos, só assim conseguimos uma verdadeira preservação e valorização do nosso património”

“passam ali todos os dias e nunca lá entraram”

Que contributo será dado com a classificação da Fortaleza de Valença a Património Mundial da Humanidade, dentro desses valores culturais de unidade e de autenticidade?

“a candidatura já se arrasta à vários anos; é fundamental para as pessoas sentirem interesse pela Fortaleza, quer através da sua preservação, quer através da sua divulgação na valorização da identidade desses bens patrimoniais”

“tudo o que se fizer em prol da candidatura é positivo, mesmo que o resultado da sua inscrição seja negativo”

Tem interesse patrimonial a arquitetura religiosa intramuros na Fortaleza de Valença? Está identificada? Está divulgada?

“o património arquitetónico religioso não está divulgado; é importante a sua divulgação porque marcou momentos importantes na história de Valença”

“a título de exemplo: é na igreja de Santo Estevão que os cónegos cismáticos de Tui, em 1381, vêm constituir a sua fé, que a partir de 1398, com a vinda para Portugal do Arcebispo de Santiago D. João Garcia Manrique transformariam em sede de Colegiada; acontecimento que alteraria toda a sua envolvência”

Que esforço deve ser feito para assegurar uma eficaz proteção, conservação e valorização do património arquitetónico religioso?

“tem sido feito um esforço nesse sentido; a Igreja de Santa Maria dos Anjos está a ser alvo de obras de requalificação e manutenção; houve também alguma intervenção na Igreja de Santo Estevão; é um património importante e tem que ser preservado”

“quer a Capela do Senhor do Encontro, quer a Capela do Bom Jesus estão em bom estado de conservação”

Justifica-se a criação de um percurso pedonal, através de um trajeto efetivo ao longo de toda a fortaleza, para visitar e conhecer o Património Arquitetónico Religioso? Que dificuldades/obstáculos pode imaginar na implementação e uso prático de uma tal Rota?

“é relativamente fácil fazer essa rota porque não há assim tantas igrejas/capelas como isso e estão razoavelmente identificadas”

“o trajeto pedonal também é acessível porque os obstáculos são praticamente inexistentes”

“os percursos que existem são generalistas; não existe uma rota específica sobre o património arquitetónico religioso”

“não há obstáculos na criação desta rota; considero até bastante positivo”

Como vê, a utilização das TIC na divulgação da informação relativa ao património religioso existente na fortaleza de Valença?

“eu pessoalmente sou conservador, mas aceito perfeitamente, o uso e utilização das novas TIC, nomeadamente na fruição e contemplação do património cultural”

“as tecnologias têm um papel importante na divulgação do património, sobretudo junto das camadas mais jovens, que utilizam as TIC com alguma facilidade”

Que entidades poderão fazer a gestão destas mudanças? Ou seja, a elaboração de um sistema capaz de gerir os dados e a informação do Património identificado, promovendo a nossa identidade, numa perspetiva sustentável desses bens patrimoniais.

“não existe; há alguma informação mas encontra-se dispersa; era importante que essa informação fosse armazenada num só local que permitisse um acesso mais eficaz e em tempo útil”

“a entidade que devia fazer a gestão destes dados é a autarquia, porque tem técnicos que facilitam todo o trabalho a desenvolver neste âmbito”

“as pessoas têm ideias, mas falta a coragem para implementar um projeto ou apoios; a autarquia tem aqui um papel importante a desempenhar; é essencial que o município apoie iniciativas que valorizem o nosso património, só assim será possível valorizar e preservar a nossa identidade e manter a autenticidade dos nossos bens patrimoniais”

“tem sustentabilidade e a sua base seria o turismo, que permitiria dinamizar não só o comércio como também a restauração”

ENTREVISTADO (E) – PÁROCO DA PARÓQUIA DE VALENÇA

QUESTÕES

EXCERTOS

Opinião sobre o valor Histórico e Patrimonial da Fortaleza?

“estou há mais de trinta anos à frente dos destinos espirituais desta comunidade paroquial de Valença, mais concretamente, comunidade paroquial de Santa Maria dos Anjos”

“este interior das Muralhas teve noutros tempos duas Paróquias – Paróquia de Santa Maria dos Anjos, cuja igreja é a Igreja Matriz e a Paróquia de Santo Estevão, que é atualmente a que esta a funcionar como Igreja Paroquial desde que foi restaurada em 1976”

“a Igreja de Santa Maria dos Anjos tem estado em obras de recuperação, obras caras; até porque se pretende que venha a ser o Museu Religioso intramuros”

“é uma Fortaleza riquíssima, quer na parte amuralhada, com muralhas muito bem conservadas, com esta monumentalidade, quer no interior das muralhas, pelo sentido religiosa das populações dos tempos ancestrais que foram construindo diversas igrejas: a primeira, Igreja Mãe, Santa Maria dos Anjos (1283), depois esta Igreja de Santo Estevão, que é mais ampla, com autores a dizer que é contemporânea de Santa Maria e para além disso como temos desde 512/513 anos a funcionar uma das primeiras Santa Casa das Misericórdias do País, tem uma capela própria que é da sua gerência e está a seu cargo”

“temos também a capela de Bom Jesus, capela Militar, está implementada na coroadada e foi benzida no dia 1 de Novembro de 1700 e temos ainda a capela de S. Sebastião ou do Encontro onde ainda hoje se faz anualmente o sermão do encontro na procissão do Senhor dos Passos; só aqui dentro são cinco, cada uma delas com o seu valor específico, mas sem dúvida que demonstram, não só a religiosidade deste povo como também, historicamente e artisticamente são um marco nesta área”

“acrescentaria que esta riqueza para o usufruto da povoação é uma dor de cabeça para o pároco, porque uma coisa é ser pároco de uma paróquia que tem uma Igreja, e que quando é preciso restaurar esta peça assim se faz, outra coisa é ter cinco”

Como conciliar a preservação da autenticidade do património face ao poder da mudança?

“nós aqui temos, realmente uma estrutura amuralhada que à partida põe sérios problemas na forma como as pessoas usufruem deste interior, às vezes gerando-se aí pandemónios de toda a ordem no que toca ao trânsito, porque a entrada e saída é feito sempre pela mesma porta”

Defende uma reabilitação para e pelas pessoas preservando os valores identitários e de autenticidade?

“apesar de ser um espaço convidativo, com vistas fabulosas sobre o rio Minho e um espaço comercial muito grande às vezes temo que os visitantes se assustem com as dificuldades que passam para entrar e sair”

“é uma cidade com uma estrutura que dificulta a organização do trânsito, quer das pessoas, quer dos automóveis, mas que tem outras virtualidade que não se encontram noutras cidade, também amuralhadas”

Como vê a requalificação dos espaços públicos feita nos últimos anos na Fortaleza de Valença?

“achei que algumas coisas são interessantes, outras muito importantes, sobretudo o que se fez a nível subterrâneo”

“o piso continua a ser de difícil transito para os peões”

“há alguns aspetos que ficaram mais elegantes, que dão um ar de modernidade nesta estrutura com centenas de anos”

“nem a obra em si é fácil e depois de realizada, os próprios autarcas dizem que não era bem aquilo que se pensava”

Após a sua recuperação, que funções poderão ter os edifícios públicos com interesse histórico e arquitetónico? Será a função residencial uma alternativa à do comércio (60% do edificado)?

“eu nesse aspeto dou os parabéns aos autores das obras que foram realizadas, para fazer obras de grande vulto; seja o próprio edifício da Câmara Municipal, seja a Assembleia Valenciana, que estavam a necessitar de obras de restauro; oxalá também venha a ser restaurado o Teatro; sem dúvida que são peças importantes”

“o centro de Interpretação das Fortalezas é uma peça estranha; que faz lembrar a pirâmide junto ao Museu de Louvre; é diferente, mas os arquitetos também gostam de deixar a sua marca, uma assinatura especial, que Souto Moura quis colocar no seu plano geral”

“eu ainda conheci as muralhas com imensa população, posso dizer que no primeiro ano que cheguei, a visita pascal, eram cinco da tarde ainda estava na coroadá e hoje começando às nove horas, às dez e meia já estou fora das Muralhas; isto significa realmente que a população diminuiu”

“se esta estrutura pode ser atrativa, talvez; porque está em moda também a procura destes espaços históricos; nota-se algumas pessoas que restauram casa antigas; é sinal que pode vir uma nova fase”

“defendo um equilíbrio entre o residencial e o comércio”

Tem interesse patrimonial a arquitetura religiosa intramuros na Fortaleza de Valença? Está identificada? Está divulgada?

“ultimamente já há algumas publicações e a própria autarquia tem procurado levar mais longe o valor arquitetónico do que existe; as pessoas procuram obter essa informação”

“está prometido mais e melhor acesso à informação; sobre a requalificação da Igreja de Santa Maria dos Anjos está prometido realizar um vídeo para divulgar melhor as riquezas encontradas”

“temos o dever e a necessidade de valorizar, apesar de estarmos em tempo de crise”

Justifica-se a criação de um percurso pedonal, através de um trajeto efetivo ao longo de toda a fortaleza, para visitar e conhecer o Património Arquitetónico Religioso? Que dificuldades/obstáculos pode imaginar na implementação e uso prático de uma tal Rota?

“eu acho que se justifica e já se tem realizado visitas generalista que abordam também o património arquitetónico religioso; especificamente das Igrejas não existe”

“a nossa comunidade paroquial tem por hábito abrir de manhã as igrejas e capelas e fechá-las só à noite; é bom que haja um percurso identificativo para que as pessoas se sintam, que têm acesso pleno e amplo a estes espaços religiosos”

Como vê, a utilização das TIC na divulgação da informação relativa ao património religioso existente na fortaleza de Valença?

“confesso que não domino muito bem as TIC mas sei o que se está a fazer nalgumas zonas, particularmente nas Catedrais com acesso a material áudio para realizar as visitas”

“está por fazer; a única coisa que existe são placas identificativas; nesse aspeto muito mais há a fazer, nomeadamente a sua divulgação através da Internet”

“não existe uma base de dados que comporte toda a informação deste património”

Que entidades poderão fazer a gestão destas mudanças? Ou seja, a elaboração de um sistema capaz de gerir os dados e a informação do Património identificado, promovendo a nossa identidade, numa perspetiva sustentável desses bens patrimoniais.

“ai é que o problema se agrava, porque ao nível da Diocese será raríssimo o pároco e a terra que tem já alguma coisa nesse sentido; a maior parte dos párocos já têm cartório paroquial computadorizado, mas, para além disso, dificilmente, não tem nenhuma forma, nem técnica, nem financeira para elaborar esse sistema de gestão de dados”

“só uma estrutura muito bem conciliada entre Igreja, Município e comunidade paroquial; responsabilmente pudessem, pouco a pouco, avançar nesse sentido; seria uma obra muito interessante”

“está longe de ser feita”

Como vê a candidatura da Fortaleza de Valença a Património da Humanidade da UNESCO?

“isso orgulhou-me imenso e alias a alegria seria maior, se Tui tivesse mantido a candidatura conjunta; a parte histórica de Tui é belíssima e tem edifícios religiosos de rara beleza e dariam ainda mais força a esta candidatura”

“de qualquer forma, só as Muralhas e o Património que existe no seu interior são suficientemente um valor para serem inscritas como património da UNESCO;

“também tem que se envolver a população; fazer com que o comércio tenha tudo pendurado pelas ruas da Fortaleza e de qualquer maneira e forma parece que não atrai, antes desvaloriza essa candidatura; tem que haver regras”

“não só a população se desviou desta área geográfica como as preocupações comerciais sobrepuseram-se às preocupações religiosas; é uma terra com dificuldades pastorais”

“temos um riquíssimo património mas não se vê da parte da população grande entusiasmo em valorizar e conservar o património religioso; porque aqueles que mais estavam ligados à Igreja têm desaparecido e os mais jovens estão afastados da Fortaleza”

Anexo III – Estudo de Opinião



Estudo de Opinião

Os Visitantes da Fortaleza de Valença do Minho e o Património Mundial





FICHA TÉCNICA

Estudo de Opinião efectuado pela Omnisinal, Lda, entre os dias 12 e 18 de Agosto de 2011, entre as 8 e as 20 horas, nas três portas de acesso à Fortaleza de Valença (Porta do Meio, Porta do Sol e Porta da Coroada).

Entrevistas pessoais e directas, realizadas por entrevistadores seleccionados e supervisionados entre as 8H e as 20 H.

Este estudo de opinião encomendado pelo Município de Valença, tem como objectivo avaliar a posição dos visitantes sobre o valor patrimonial da Fortaleza.

O universo é constituído pelos indivíduos que acedem habitualmente à Fortaleza pelas referidas portas de acesso.

Foram efectuadas 1.143 entrevistas, e destes foram validadas 1099, correspondendo a 94% dos inquéritos realizados.

A escolha dos inqueridos foi aleatória resultando, em termos de sexo, (Feminino – 48%; Masculino 52%).

A margem de erro é de 3.83%, para um grau de probabilidade de 95,0%.

Porto, 22 de Agosto de 2011

O Responsável Técnico da Omnisinal

(Custódio Oliveira)

1. RESULTADOS GLOBAIS

1.1 - Caracterização dos Visitantes da Fortaleza

1.1.1 -Género

Foram entrevistados 572 indivíduos do sexo feminino e 527 indivíduos do sexo masculino.

P-1 Género

Masculino	52%
Feminino	48%
Total	100%

1.1.2 – Nacionalidade dos Visitantes

P2 – Nacionalidade

Espanhola	35,12%
Portuguesa	51,23%
Francesa	8,74%
Italiana	0,73%
Inglesa	1,36%
Alemã	0,45%
Brasileira	1,27%
Outra	1,00%
NS/NR	0,09%

1.1.1.1 – Nacionalidade Portuguesa quanto à região de origem

P2.1 - Região de origem - Portugal

Norte	77,1%
Centro	14,6%
Alentejo	3,7%
Algarve	1,1%
Lisboa e Vale do Tejo	2,8%
NS/NR	0,7%

1.1.1.2 – Nacionalidade Espanhola quanto à região de Origem

P2.2 - Região de Origem - Espanha

Galiza	54,7%
Outra	44,6%
NS/NR	0,8%

1.1.2 – Idade

P3 – Idade

0-19	10%
20-24	7%
25-29	10%
30-34	9%
35-39	7%
40-44	9%
45-49	13%
50-54	12%
55-59	9%
60-64	5%
65-69	3%
70-74	2%
75-79	1%
80-84	1%
85 +	0,5%
NS/NR	0,4%

1.2.3 – Nível de Formação

P4 - Nível de Instrução

Básico	27,3%
Secundário	36,2%
Politécnico	5,6%
Universitário	29,3%
Não tem	0,4%
NS/NR	1,2%

1.2.4 – Situação perante o trabalho

P5 - Situação Perante o Trabalho

Exerce Profissão	60,8%
Reformado	13,1%
Doméstico	5,5%
Estudante	14,7%
Desempregado	4,6%
Outro	0,6%
NS/NR	0,6%

1.2.5 – Motivos da visita à Fortaleza

P6 - Motivo que o traz à Fortaleza

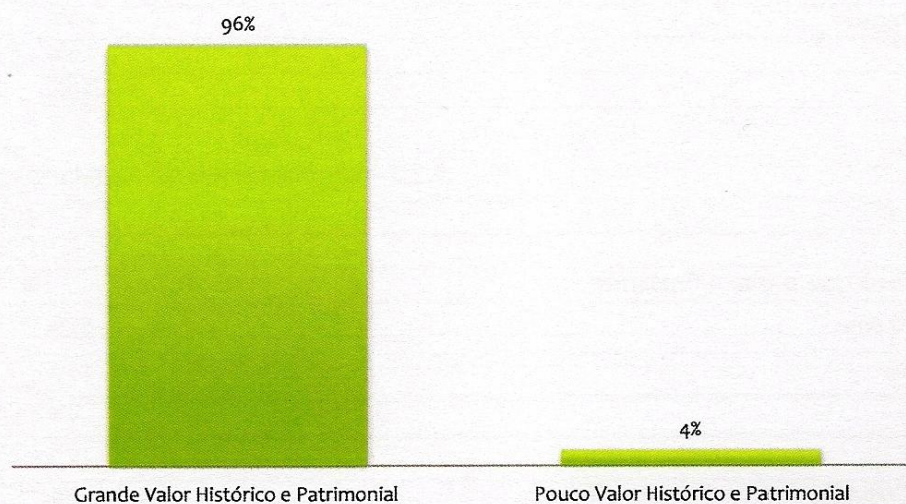
Turismo/ Férias	51%
Comércio	14%
Preço	2%
Trabalho	19%
História/Cultura	3%
Influência de Familiares e Amigos	5%
Outros	4%
NS/NR	0%

5

2 - QUESTIONÁRIO - VALOR PATRIMONIAL DA FORTALEZA

2.1 - Qual é a sua opinião sobre o valor histórico e patrimonial da Fortaleza?

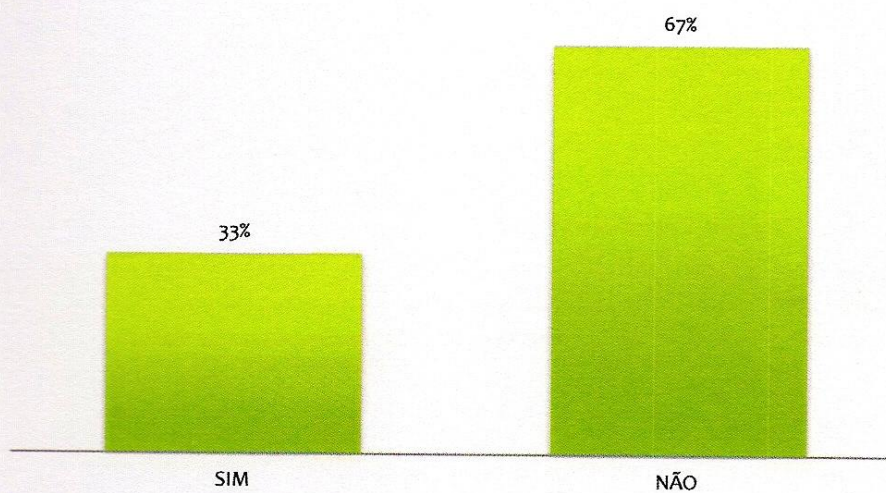
Grande Valor Histórico e Patrimonial	96%
Pouco Valor Histórico e Patrimonial	4%
NS/NR	0%



6

2.2 – Tem conhecimento que a Câmara Municipal de Valença vai apresentar a candidatura da Fortaleza a Património Mundial da Humanidade?

SIM	33%
NÃO	67%
NS/NR	0%



7

2.3 – Que opinião tem sobre esta candidatura?

Muito Positiva	58%
Positiva	40%
Negativa	1%
Sem sentido e Muito Negativa	0%
NS/NR	1%

